

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

MARIANA BARBOSA DE SOUZA

**A MAPEADORA DE AUSÊNCIAS: METAPESQUISA DA PRODUÇÃO HISTÓRICA
SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL (1987-2018)**

**PONTA GROSSA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

MARIANA BARBOSA DE SOUZA

**A MAPEADORA DE AUSÊNCIAS: METAPESQUISA DA PRODUÇÃO HISTÓRICA
SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL (1987-2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestra em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: Instituições e sujeitos: saberes e práticas

Orientadora: Prof^ª. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez

**PONTA GROSSA
2022**

S729 Souza, Mariana Barbosa de
A mapeadora de ausências: metapesquisa da produção histórica sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil (1987-2018) / Mariana Barbosa de Souza. Ponta Grossa, 2022.
153 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez.

1. LGBTQIANP+. 2. Historiografia. 3. Gênero. 4. Sexualidades. 5. Metapesquisa. I. Vázquez, Georgiane Garabely Heil. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 907.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Mariana Barbosa de Souza

**A MAPEADORA DE AUSÊNCIAS: METAPESQUISA DA PRODUÇÃO HISTÓRICA
SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL (1987-2018)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 20 de dezembro de 2022, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Georgiane Garabely Heil Vázquez

Prof.^a. Dr.^a. Georgiane Garabely Heil Vázquez (Orientadora)

Prof. Dr. Jefferson Marianardes
(UEPG)

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, João e Marilse, por todo amor e cuidado ao longo dos últimos anos. Sem o auxílio material e o apoio emocional de vocês, a finalização deste trabalho não teria sido possível. Assim como seria inviável terminar esta pesquisa sem a presença do meu irmão João Otávio e da minha irmã Bibiana. Amo vocês.

Agradeço ao meu sobrinho, João Lucas, amor da tia e à Lídia Maria, minha afilhada. Espero que vocês possam viver em um mundo menos preconceituoso e que vivam livremente seus afetos. A presença de vocês na minha vida deixa tudo mais leve.

Agradeço à Professora Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez, minha orientadora. Há dois anos eu me considerava uma “estrangeira” na História. Foi a partir do seu amor, carinho e ensinamentos que me reconheci enquanto historiadora. Não existem palavras que possam traduzir o quanto aprendi a partir da nossa relação. Obrigada por sempre segurar a minha mão.

Não posso deixar de agradecer ao Professor Doutor Erivan Cassiano Karvat. Quando “eu crescer” quero ser como o senhor. Sempre vi a docência a partir de uma troca não apenas de conhecimentos, mas também de afetos e percebi nas suas aulas a materialidade disso. Agradeço, igualmente, ao Professor Jefferson Mainardes, que mesmo diante de toda a sua grandiosidade, nunca deixou de sanar minhas dúvidas e ouvir meus pesares.

A Academia pode ser um espaço cruel muitas vezes, mas tive o privilégio de conhecer nesse local integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividades – LAGEDIS, com quem tive trocas maravilhosas. Honro a amizade construída com pessoas como a Professora Ângela Ribeiro Ferreira e o meu colega de Programa de Pós-Graduação Alisson Gonçalves.

Esse mesmo espaço acadêmico me proporcionou conhecer Hortência Brito, uma mulher inteligente, batalhadora e linda. Sem a tua amizade eu não poderia ter concluído essa dissertação. Obrigada pelo carinho e pela ajuda. Os teus trabalhos serviram como inspiração (inclusive nas cores usadas) para a elaboração da minha pesquisa, além de serem referências.

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa e seus/suas funcionários/as e professores/as, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Igualmente agradeço aos/as meus/minhas discentes. Tudo é por vocês!! Obrigada pela compreensão diante das inúmeras situações em que eu estava esgotada.

Não menos importante agradeço ao meu noivo, Gregory Rolim, pelo auxílio incansável em tudo, desde a ajuda na formatação desta dissertação até as horas em que você passou escutando os meus choros e dizendo para eu não desistir. Te pedi em casamento no primeiro ano do Mestrado em História com a certeza de que quero passar o resto da minha vida contigo. Te amo!!

Agradeço e dedico esta dissertação à população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero). Eu sou porque nós somos!! Reverencio todos, todas e todes que vieram antes de mim e que abriram caminho para que eu pudesse escrever um trabalho deste porte.

Finalmente, agradeço à Mariana do passado, que teve coragem de se assumir e viver livremente seus amores. Que não desistiu de finalizar essa pesquisa, apesar de todos os ataques misóginos e bifóbicos sofridos, principalmente no ambiente universitário. Muitas batalhas ainda terão que ser enfrentadas, mas as conquistas também virão.

Nós já abandonamos a política da morte: somos um batalhão sexossemiótico, uma guerrilha cognitiva, uma armada de amantes. (PRECIADO, 2020, p. 389-390).

RESUMO

Este estudo visou analisar os aspectos teórico-metodológicos da produção do conhecimento relativa à população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero), em História no Brasil, a partir da análise de dissertações e teses produzidas sobre o tema em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da área. Foram objetivos específicos: a) apresentar a produção historiográfica acerca da população LGBTQIAPN+ no Brasil, partindo da relação existente entre Estudos Feministas e de Gênero. b) identificar a produção acadêmica (teses e dissertações) relacionadas à população LGBTQIAPN+ em História; e c) examinar as perspectivas conceituais e epistemológicas sobre a população LGBTQIAPN+ a partir de teses e dissertações em História. Em relação aos pressupostos epistemológicos, a pesquisa adota a teorização combinada como referencial para entender gênero a partir das concepções expostas por Butler (2003), Haray (2004) e Scott (1995). Ao discutir historiografia foi preciso entrar em contato com referências como Fico e Polito (1996) e Schmidt (2021) e em relação aos pressupostos de análise apoiou-se na metapesquisa desenvolvida por Mainardes (2021a). Com base nesse referencial e nos dados disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (1987-2018), foi realizado o mapeamento de 90 trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+ em História no Brasil, produzidos em Programas de Pós-Graduação. Argumento que existem ausências e silêncios relacionados a determinados grupos na produção historiográfica brasileira, dentre eles, a população LGBTQIAPN+. O BDTD CAPES (1987-2018) possui 22.840 dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História, entretanto, do quantitativo de trabalhos em História existentes no banco apenas 0,4% fazem referência à população LGBTQIAPN+, o que justifica a necessidade de análise e caracterização da produção de conhecimento sobre a temática, identificando similitudes, particularidades e principalmente os obstáculos para a sua ampliação.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Historiografia; Gênero; Sexualidades; Metapesquisa.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the theoretical and methodological aspects of the production of knowledge related to the LGBTQIAPN+ population (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Transgenders, Queer, Questioning, Intersex, Asexual, Pansexual, Non-binary, and other sexual and gender identities), in History in Brazil, based on the analysis of dissertations and theses produced on the subject in *Stricto Sensu* Graduate Programs in the area. The specific objectives were: a) to present the historiographical production about the LGBTQIAPN+ population in Brazil, based on the existing relationship between Feminist and Gender Studies. b) identify the academic production (theses and dissertations) related to the LGBTQIAPN+ population in History; c) examine the conceptual and epistemological perspectives on the LGBTQIAPN+ population based on theses and dissertations in History. Regarding the epistemological assumptions, the research adopts the combined theorization as a reference to understand gender from the conceptions exposed by Butler (2003), Haray (2004), and Scott (1995). When discussing historiography, it was necessary to get in touch with references such as Fico and Polito (1996) and Schmidt (2021), and the assumptions of analysis, it was based on the meta-research developed by Mainardes (2021a). Based on this reference and the data available in the Theses and Dissertations Bank of CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) (1987-2018), a mapping of 90 works on the LGBTQIAPN+ population in History in Brazil, produced in Graduate Programs. I argue that there are absences and silences related to certain groups in Brazilian historiographical production, among them, the LGBTQIAPN+ population. The BDTD CAPES (1987-2018) has 22,840 dissertations and theses produced in Graduate Programs in History, however, of the number of existing works in History in the bank, only 0.4% refer to the LGBTQIAPN+ population, which justifies the need for analysis and characterization of the production of knowledge on the subject, identifying similarities, particularities and, above all, the obstacles to its expansion.

Keywords: LGBTQIAPN+; Historiography; Genre; Sexualities; Metasearch.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Percurso de pesquisa para construção do corpus	46
FIGURA 2 – Concessão de bolsas de pós-graduação da CAPES no Brasil, 2020 ..	48
FIGURA 3 – Divisão regional brasileira de cursos de pós-graduação em História...	56
FIGURA 4 – Correlação entre ética/metodologia/epistemologia/ontologia	60
FIGURA 5 – Divisão regional brasileira dos trabalhos da amostra	77
FIGURA 6 – Nuvem de palavras (segmentos das linhas de pesquisa)	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Número de Programas de Pós-Graduação em História no Brasil	54
QUADRO 2 – Descritores utilizados na primeira seleção	63
QUADRO 3 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (1987-2012).....	64
QUADRO 4 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018).....	66
QUADRO 5 – Total de trabalhos defendidos por ano (1993-2018).....	71
QUADRO 6 – Número e tipo de pesquisa por ano (1993-2018)	72
QUADRO 7 – Corpus da pesquisa e distribuição regional	75
QUADRO 8 – Orientadores(as) com dois ou mais trabalhos orientados (1987-2018).....	79
QUADRO 9 – Descendência e Índice genealógico/História	80
QUADRO 10 – Linhas de pesquisa	81
QUADRO 11 - Organização das pesquisas por temáticas, tipo de trabalho e ano.....	97
QUADRO 12 – Conceitos relativos à sexualidade	111

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição orçamentária anual/CAPES-2020	50
GRÁFICO 2 – Percentual de Programas de Pós-Graduação em História por região brasileira.....	52
GRÁFICO 3 – Cursos de Pós-Graduação em História e conceitos: divisão regional	57
GRÁFICO 4 – Avanço das produções do corpus da pesquisa (1993-2018).....	73
GRÁFICO 5 – Percentual de trabalhos do corpus da pesquisa por região do Brasil	78
GRÁFICO 6 – Amostra final (Tipos de produção: 1988-2018).....	88
GRÁFICO 7 – Recortes temporais das pesquisas da mostra (1987-2018)	90
GRÁFICO 8 – Avanço das produções da amostra final da pesquisa (1993-2018)...	91
GRÁFICO 9 - Fontes usadas nas pesquisas - <i>Corpus</i> final (1987-2018)	104
GRÁFICO 10 – Identificação de posicionalidade LGBTQIAPN+ nas pesquisas (1987-2018).....	118

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IES	Instituição de Ensino Superior
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
UPF	Universidade de Passo Fundo
USP	Universidade de São Paulo
USS	Universidade Severino Sombra (Universidade de Vassouras)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CLIO SAIU DO ARMÁRIO? UMA BREVE ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL.....	20
1.1 Articulações entre os estudos de gênero/sexualidades e feministas.....	23
1.2 População LGBTQIAPN+ na historiografia de gênero brasileira	30
2 AUSÊNCIAS E SILÊNCIOS NA PRODUÇÃO HISTÓRICA SOBRE E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (1987-2018).....	45
2.1 A pós-graduação no Brasil: dos aspectos gerais às especificidades da área de História	47
2.2 Caracterização do <i>corpus</i> da pesquisa	61
3 ONDE ESTÃO O LGBTQIAPN+? METAPESQUISA DAS PRODUÇÕES HISTÓRICAS NO BRASIL.....	85
3.1 A população LGBTQIAPN+ como objeto de pesquisa: tendências e considerações	89
3.2 Temas e fontes de pesquisa	97
3.3 A Posicionalidade como caráter ético-político dos/as pesquisadores/as nas pesquisas em História sobre a população LGBTQIAPN+.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES.....	144
APÊNDICE A – ANO DE DEFESA, AUTOR/A, TÍTULO DO TRABALHO E MESTRADO/DOCTORADO.....	145
APÊNDICE B – TEMÁTICAS E TEMAS CORRELATOS APRESENTADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES	151

INTRODUÇÃO

“Se falo em primeira pessoa é para escapar da política da abstrata pessoa ausente de discurso”. (DANIEL; MÍCCOLIS, 1983, p. 79).

No livro de Mia Couto, intitulado *O mapeador de ausência*, e publicado em 2021 (COUTO, 2021), o autor moçambicano narra a história de um professor universitário que revisita o próprio passado a partir de uma viagem a sua cidade natal (Beira). O título dessa dissertação – “A mapeadora de ausências: metapesquisa da produção histórica sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil (1987-2018)” – parte de uma adaptação da obra mencionada. Esse título reforça o ponto de vista do qual eu estou partindo e se coaduna com outras pesquisas da área, como o artigo de Henrique Lopes (2018), gay, Doutor em História e Professor da UFRJ, intitulado “Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário”, no qual ele usa a expressão “cegueira historiográfica”. Segundo o autor,

a cegueira historiográfica com seus pertencimentos identitários de gênero, suas negligências e neutralizações é efeito de uma cultura acadêmica e política. Da mesma forma, não podemos ignorar as intersecções entre importantes eixos de dominação, como classe, raça, identidades de gênero, orientação sexual, geração e corporalidades, as quais permitem e possibilitam saberes, conhecimentos, linguagens e narrativas. (LOPES, 2018, p. 96-97).

Minha trajetória pelas Ciências Sociais Aplicadas e pelas Ciências Humanas carrega um pouco disso, um passado logo ali, sempre visitado quando necessário e que faz parte de mim e da escrita em primeira pessoa que proponho ao longo de todo este trabalho. Ademais, o termo *mapeadora* além de ter relação profícua com uma das minhas formações (Geografia), tem sentido com a intenção que tenho ao escrever um trabalho no qual eu também me coloco como sujeita da própria pesquisa. Ainda, as *ausências* de que falo são as que se referem à população LGBTQIAPN+.

Antes de dar início à compreensão que estabeleci é importante que eu me localize em termos éticos, ontológicos e epistemológicos enquanto mulher pesquisadora, tendo em vista que saber-ser-fazer é um processo dialeticamente indissociável, uma ação com determinações e implicações políticas, que a análise da realidade e a produção de conhecimento é realizada a partir da forma como

interpreto, percebo e modifico a realidade. Sou uma mulher cisgênera, bissexual¹, branca, de classe média e que, até recentemente, não me dedicava aos estudos da historiografia. Porém, senti-me responsável pessoal e profissionalmente a trabalhar com essa temática, ainda mais ante o contexto político atual que o Brasil atravessa, ocasião em que movimentos antigênero² criam cada vez mais artifícios para combater qualquer pauta que lute pela diversidade de gênero.

Tanto gênero, quanto sexualidade não são categorias fixas, mas ao contrário, atravessam diferentes movimentações e, portanto, são de difícil conceituação, ou de desafiadora classificação. Esse raciocínio leva à ideia de que temas como os que são abordados nesta pesquisa estão situados em locais de fronteira, ou, que vão além das fronteiras existentes, como as morais (MISKOLCI, 2007) e culturais.

Recorri a diferentes áreas do conhecimento para destacar como temáticas relativas à sexualidade, gênero e população LGBTQIAPN+ são invisibilizadas, tanto em disputas sociais, quanto acadêmicas. Apenas para ilustrar, menciono os trabalhos de Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Júnior (SILVA; ORNAT; CHIMIN JÚNIOR, 2017), que abordam os percalços destas pesquisas na Geografia; de Joana Pedro (PEDRO, 2005), que faz o mesmo percurso na História; e de Berenice Bento (BENTO, 2006), na Sociologia. Embora nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 1980 (GREEN, 1999; LOURO, 2003), muitos/as pesquisadores/as tenham se dedicado aos estudos de gênero e das sexualidades, no Brasil, o fato é que muitas instituições, como a escola, a medicina, o judiciário, mais recentemente e fortemente a religião³, entre outras, têm determinado o que deve ser considerado “normal” no que se refere às formas de sexualidade humana. Logo, o tema aqui analisado ainda se mostra como um tabu,

¹ As cores da bandeira bissexual são usadas em todos os quadros, cartogramas e ilustrações desta pesquisa, também como um posicionamento político.

² Corrêa (2018) reconstrói o caminho da constituição da política antigênero fabricada pelo Vaticano e seus aliados, ressaltando que ela remonta aos anos 1990 e começo dos anos 2000, atravessando eventos como a ECO 92, a Conferência do Cairo (CIPD, 1994), a IV conferência Mundial das Mulheres de Pequim (IV CMM, 1995), e as Revisões +5 e mais 10 da CIPD e da IV CMM (1999, 2000, 2004 e 2005).

³ “Há, mesmo neste meio religioso, certas hegemonias, ou seja, determinados grupos que têm visado monopolizar a fé e as interpretações sobre sexualidade e a maneira como os sujeitos expressam a si mesmos. No mundo construído a partir da Europa o cristianismo, em suas múltiplas versões, tem exercido tal poderio e, assim, o exercício social e as práticas eróticas estiveram ligadas a uma anatomia mal conhecida, garantindo a possibilidade de existência normativa e compulsória da heterossexualidade, bem como as representações sociais vinculadas ao macho/masculino e à fêmea/feminino, porque construídas como ‘naturais’, criadas pela divindade. [...]”. (SOUSA NETO, 2018, p. 29).

que enfrenta ressalvas e preconceitos, mesmo e ainda nos ambientes universitários. No caso da História, em específico, há um certo choque com a Sociologia, como se este tema fosse de responsabilidade e de análise da Sociologia exclusivamente. Então, comentários como “essa pesquisa não é uma pesquisa da área da História”⁴ são recorrentes.

Assim, trabalhar com esses temas é um desafio, tanto pessoal, quanto profissional/acadêmico. Pois embora eu participe de uma luta por afirmar meus direitos em um contexto de desigualdade social, persiste o sucateamento e posicionamento do pensamento que elaboro, assim como outras pessoas LGBTQIAPN+, na fronteira. Refiro-me às questões de gênero e de sexualidade, mas não esquecendo que isso se repete com outros movimentos de lutas por direitos, como é o caso dos movimentos sociais em defesa do aborto.

A partir da familiaridade que estabeleço com sujeitos que são alvo das pesquisas que compõem as minhas fontes, consigo elaborar perguntas e acessar informações devido à minha orientação afetiva-sexual. Essa prerrogativa no acesso à informação me coloca em um local de poder, que é compreendido por Rose (1997) a partir do aspecto tangente a diferentes escalas.

O percurso desta pesquisa se aproxima do que Norma Mejía, a partir de entrevista concedida à Raquel Osborne (2009) para a revista *Política y Sociedad*, determinou como “etnografia extrema”⁵. Em outras palavras, faço parte do grupo que estudo, sendo simultaneamente, sujeito e objeto da pesquisa que desenvolvo.

⁴ Falo isso muito abertamente e partindo da minha experiência, enquanto pesquisadora e mulher bissexual. Por ocasião da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, da Licenciatura em História, propus uma pesquisa que envolvia o trabalho acerca de conceitos de gênero e de sexualidade com estudantes da educação básica, anos finais (9º ano). Tive o meu trabalho rejeitado sob a alegação de que esta proposta não envolvia um tema de História. E somente fui aprovada na disciplina quando submeti um trabalho que investigava o uso de imagens para estudo da Sociedade Feudal com alunos e alunas do 6º ano do Ensino Fundamental, sem discutir gênero e/ou sexualidade. O retorno da professora responsável pela disciplina informava que a proposta que apresentei primeiramente tratava de um tema da área de Sociologia e não de História. Muito embora a Base Nacional Comum Curricular (2018) faça previsão, em relação aos conteúdos de história do 9º ano, de que é necessário “(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas”, o que fortalece o argumento de que as discussões de gênero e de sexualidade fazem parte do campo de ensino de história. Ribeiro (2019, p. 79) afirma que “falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder.”

⁵ Agradeço à Hortência Britto, mestranda em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG e orientada pelo Professor Marcio Jose Ornat, pela indicação dessa referência.

Possuo vários pontos de encontro com as pessoas que foram alvo das pesquisas que analiso e que possuem uma sexualidade monodissidente⁶.

Levando em consideração o tempo, recursos disponíveis e o fato desta dissertação ter sido construída em período de pandemia de COVID-19⁷, escolhi trabalhar com a população LGBTQIAPN+ e as dissertações e teses elaboradas em Programas de Pós-Graduação em História *stricto sensu*, no Brasil que se encontram disponíveis e acessíveis em endereços eletrônicos. Tendo em mente que pesquisas que analisam também outras produções (como artigos em periódicos e textos em anais de eventos) são interessantes para compreender como categorias analíticas como gênero são abordadas quando relacionadas à população mencionada.

Ao integrar minorias sociais e elaborar pesquisas sobre temas que põem em xeque a norma vigente, tenho o desafio de construir novos conhecimentos que ultrapassem o saber eurocêntrico⁸ (branco e cisheteronormativo). Portanto, a presente pesquisa busca contribuir com o preenchimento desta lacuna na historiografia brasileira e insere-se no conjunto de análises que tem sido desenvolvido no âmbito do LAGEDIS – Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividades, criado em 2018, na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre história das mulheres, das sexualidades e dos estudos de gênero a partir de construções teóricas e historiográficas.

Diante do exposto, a fim de atender a problemática estabelecida – *Quais as principais tendências, características e obstáculos epistemológicos nas pesquisas relacionadas à população LGBTQIAPN+ em teses e dissertações na área de História, no Brasil?* – a dissertação é dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Para responder o problema de pesquisa, o seguinte

⁶ Termo originado nas redes sociais para designar sexualidades que fogem à norma monossexual, ou seja, a bissexualidade, pansexualidade, polisssexualidade, entre outras.

⁷ As crises, sejam elas desencadeadas por questões sanitárias, econômicas ou sociais, evidenciam as desigualdades e colocam as minorias vulneráveis em situações de ainda maior precariedade, uma situação que tende a ser duradoura. O Brasil chegou a possuir uma média de mais de 1.000 mortes diárias por COVID-19 e assim ultrapassa as 690.298 mortes e os 35.436.031 casos diagnosticados desde o início da pandemia, conforme Dados do Consórcio de Veículos de Imprensa do Brasil em: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.240440902.435398396.1631213714-321630e8-4039-cbf6-946c-61f4eb49e45f

⁸ Em Margareth Rago (1998, p. 04) há a descrição das suas principais características: “Não é demais afirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. (...) Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam desse modelo de referência”.

objetivo geral foi estabelecido: analisar os aspectos teórico-metodológicos da produção do conhecimento relativa à população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero)⁹ em História no Brasil, a partir da análise de dissertações e teses produzidas sobre o tema em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da área de História. Três objetivos específicos também foram traçados: apresentar a produção historiográfica acerca da população LGBTQIAPN+; identificar a produção acadêmica (teses e dissertações) sobre a população LGBTQIAPN+ em História; e examinar as perspectivas conceituais e epistemológicas a partir de teses e dissertações sobre a população LGBTQIAPN+ expressas nas pesquisas selecionadas e inseridas no Banco Digital de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), entre o período de 1987 e 2018, datas de criação e última atualização acessada do banco correspondentemente.

Metodologicamente esse estudo se vincula à metapesquisa, que assumiu como parte do suporte analítico conceitual o enfoque do entendimento de gênero combinado com a contribuição de autores e autoras do campo dos estudos de gênero, estudos feministas e historiográficos. Mainardes (2018) explica que a metapesquisa pode ser entendida como pesquisa sobre pesquisas ou, ainda, a pesquisa que busca explicitar o processo de pesquisa sobre um tema ou sobre uma área ou um campo específico.

Recorrente em outras áreas do conhecimento, no Brasil destacadamente em Educação, a metapesquisa possui relação com a História e pode assumir características próprias a partir da área, disciplina na qual é aplicada. Mas a questão central é que a metapesquisa está em transformação, visa avaliar e melhorar as

⁹ Conforme (GOMES, 2014, p. 17) “a maioria dos estudos acadêmicos da área consolidou o uso da sigla MHB para se referir ao Movimento Homossexual Brasileiro até o ano de 1992. A contar do ano seguinte a sigla foi modificada mais de uma vez, com a inclusão de novas letras e a alteração da ordem de apresentação das mesmas. Uma verdadeira Sopa de Letrinhas de que fala Regina Facchini (2005). Aquelas alterações se deram por definição dos encontros nacionais realizados, à medida que relações de poder no interior do movimento definiram desde o uso de novos termos, como no caso das lésbicas (1993) e dos gays (1995), ou possibilitaram a conquista de espaços dentro do movimento como se deu com as travestis (1997) e transexuais (2005), ou nele foram incluídos seguindo uma tendência internacional, como se deu com os (as) bissexuais (2005) [...]. Cabe esclarecer, por fim, que a sigla LGBT foi aprovada pelo movimento na I Primeira Conferência Nacional, realizada em Brasília, em 2008, para se referir, pela ordem, às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 14-15).”

práticas de pesquisa, além de aprimorar os métodos já existentes. (MAINARDES, 2021a).

Com base nesse referencial e nos dados disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (1987-2018), a partir de descritores, foi realizado o mapeamento de 90 trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+ em História no Brasil, produzidos em Programas de Pós-Graduação. Após acessar os trabalhos que se encontram disponíveis em endereços eletrônicos, a amostra final ficou composta por 79 trabalhos. Argumento que existem ausências e silêncios relacionados a determinados grupos na produção historiográfica brasileira, dentre eles, a população LGBTQIAPN+. O BDTD CAPES (1987-2018) possuía, até a data da atualização acessada (julho de 2018), 22.840 dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História, entretanto, do quantitativo de trabalhos em História existentes no banco apenas 0,4% fazem referência à população LGBTQIAPN+, o que justifica a necessidade de análise e caracterização da produção de conhecimento sobre a temática, identificando similitudes, particularidades e principalmente os obstáculos para a sua ampliação.

Assim, o primeiro capítulo teve como objetivo apresentar a produção historiográfica acerca da população LGBTQIAPN+ no Brasil, partindo da relação existente entre Estudos Feministas e de Gênero. Nele apresento as primeiras pesquisas sobre esses sujeitos na área de Ciências Humanas, perpassando por áreas da Sociologia e Antropologia, para então adentrar em pesquisas historiográficas.

No segundo capítulo apresentei as fontes que compõem o *corpus* da pesquisa. Com o objetivo de identificar a produção acadêmica (teses e dissertações) relacionada com a população LGBTQIAPN+ em História, realizei uma busca no BDTD CAPES (2018) e selecionei pesquisas que continham descritores pertinentes à população investigada. Os termos foram consultados nos títulos, resumos e palavras-chave das pesquisas. Assim, o segundo capítulo trata do detalhamento e apresentação destes trabalhos.

No terceiro capítulo, com o objetivo de examinar as perspectivas conceituais e epistemológicas sobre a população LGBTQIAPN+ a partir de teses e dissertações em História, estudei as epistemologias e os tipos de teorização usados nos trabalhos

investigados, além de ter buscado relacionar a ética e a posicionalidade dos/as pesquisadores/as.

1 CLIO SAIU DO ARMÁRIO?¹⁰ UMA BREVE ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

No dia 10 de novembro de 2017, após uma semana intensa de trabalho em São Paulo envolvendo palestras e lançamento de livro, a filósofa Judith Butler, norte-americana, de 61 anos (na época), foi hostilizada quando tentava embarcar para o Rio de Janeiro. Na ocasião a pesquisadora e militante foi perseguida e agredida por manifestantes que a xingavam¹¹ e alegavam que uma suposta “ideologia de gênero” poderia influenciar negativamente as crianças. A pesquisadora é uma das principais estudiosas acerca de temas como feminismo e teoria queer, que assevera que a orientação sexual e a identidade de gênero de sujeitos são resultantes de constructos sociais.

Esse tema que motiva perseguições a pesquisadores/as, que fomenta debates políticos e rompantes destemperados, inclusive de líderes políticos, é o tema que pretendo abordar nesta dissertação. É um tema que transborda os muros universitários e chega aos mais diferentes segmentos sociais. Quando me reporto a este tema estou também me referindo à cultura brasileira que permite a violência estrutural praticada diariamente contra a população LGBTQIAPN+. O Brasil segue como o país que mais permite matar as pessoas dessa comunidade. Embora muito se tenha avançado no reconhecimento formal de alguns direitos (como é o caso da união civil homoafetiva e da equiparação da homofobia ao crime de racismo), ainda persiste o avanço do conservadorismo que permeia a sociedade e as instituições do Estado brasileiro. Muitas lutas foram travadas para a conquista histórica de todos os direitos e muito ainda há que se lutar, notadamente em se tratando de um contexto constante de disputas e tensões em torno da construção de prerrogativas LGBTQIAPN+.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) organiza anualmente relatórios que apresentam índices sobre a violência praticada contra essa população. No ano de

¹⁰ Em 2019 houve um grupo temático no 30º Simpósio Nacional de História (organizado pela ANPUH), chamado “Clio sai do armário: homossexualidades e a escrita da história”. Porém, parto aqui não de uma afirmativa, mas sim de uma interrogação. Será que a Filha de Zeus e Mnemosine, uma das nove musas da mitologia grega, considerada Musa da História, teria mesmo saído do armário? Se saiu, argumento que não foi uma simples e anunciada saída.

¹¹ Esse fato foi amplamente retratado em diferentes mídias. Apenas para elucidar a questão cito o exemplo da seguinte matéria: <https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>

2019 foram identificadas 329 vítimas, dentre as quais 297 tratavam-se de homicídios e 32 de suicídio¹². (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

É preciso destacar que essas informações não representam a gravidade da violência LGBTQIAPN+fóbica no Brasil, em razão da subnotificação e da invisibilidade no modo como a situação é tratada no interior do Estado. Desde o golpe praticado com o auxílio de Michel Temer em 2016, a Secretaria de Direitos Humanos não realizou mais relatórios a respeito da modalidade de violência contra a população LGBTQIAPN+, o que diz muito a respeito do descaso do Brasil com essa população. Ademais, além dos dados retratados acerca da violência contra essa população, o Brasil é, pelo 12º ano consecutivo, o país que mais assassina travestis e transexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Ainda segundo Benevides e Nogueira (2021), com um número de 175 assassinatos de travestis e transexuais no ano de 2020 e de 80 assassinatos no 1º semestre de 2021, todos com requinte de crueldade, a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos. O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia que durante o ano de 2021 ocorreram 316 mortes LGBT de forma violenta. Dessas mortes 285 foram assassinatos, 26 suicídios e 5 de outras causas. (OBSERVATÓRIO, 2021).

Pesquisar sobre o tema não é uma tarefa fácil de ser realizada tendo em vista que muitas das fontes da história das pessoas e dos movimentos LGBTQIAPN+ dificilmente se encontram organizadas em arquivos públicos, sendo mais fortemente encontradas em arquivos familiares, em arquivos de líderes de movimentos, enfim, em instituições ou espaços não especializados na sua guarda e conservação. Isso requer, particularmente, de historiadores e historiadoras, uma disposição em trabalhar com a diversidade de fontes e possibilidades metodológicas, como a memória oral, por exemplo. Ademais, quando se trata da historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ são escassos os conhecimentos suficientemente sistematizados e publicizados. Segundo Sousa Neto (2018, p. 39):

Mesmo quando analisamos a dezena e meia de artigos sobre os estudos queer no campo da História, o que encontramos é, sobretudo, um conjunto de balanços bibliográficos, mas pouca problematização do próprio campo teórico ou sua absorção na compreensão histórica.

¹² De acordo com Iacovini (2019), pessoas LGBTQIAPN+ são acometidas até 7 vezes mais por casos de depressão e de suicídio, quando comparadas com o restante da população no Brasil. O medo constante e a insegurança que envolvem a vida dessas pessoas também age sobre sua saúde mental, conforme é possível perceber.

Outrossim, concordo com Pedro (2011) quando afirma que categorias como “mulher”, “feminismo”, “feminilidades”, “masculinidades” e “relações de gênero”, têm objetivado colocarem-se no centro do debate historiográfico, buscando fazer com que categorias como as mencionadas tornem-se rotineiras para quem produz nessa área científica. Simultaneamente, igualmente a outras categorias, são acometidas por instabilidades resultantes das lutas dentro da própria área, localizando-as, portanto, e ainda, nas fronteiras da historiografia e dos seus saberes. Logo e, por isso mesmo, perquire outros modos de refletir acerca dessas margens, reposicionando o centro, criando percursos e caminhos. Isso implica em uma nova produção da história, muitas vezes de modo forçado.

É o que Walter Benjamin (1985, p. 159, grifei) afirma quando diz:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera sua tarefa *escovar a história a contrapelo*.

Assim, neste capítulo, que tem como objetivo apresentar a produção historiográfica acerca da população LGBTQIAPN+ no Brasil, exponho na primeira seção a aproximação existente entre os estudos feministas e os estudos de gênero, para na seção seguinte tratar do cenário da produção acadêmica sobre a história LGBTQIAPN+ no Brasil, dando destaque para as suas relações, para as suas temáticas, para as suas militâncias, debates teóricos e metodológicos tidos com a historiografia. Os estudos feministas conviveram e convivem com os estudos de gênero e de sexualidade, de tal modo que não é possível traçar uma linha entre um marco inicial e uma mudança de paradigma. Os estudos de gênero, feministas e de sexualidade se complementam.

Tal como Benito Bisso Schmidt (2021)¹³, Professor e Gay, estou sabedora do anacronismo presente na utilização da sigla LGBTQIAPN+ para nominar pessoas do passado com identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes da

¹³ “Estou ciente do anacronismo do uso desta sigla – que se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer* e Intersexuais – para nominar pessoas do passado com identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes da cisheteronormatividade, pois se trata de uma expressão surgida nas últimas décadas. Porém, optei por utilizá-la em função de seu potencial político englobante, simbolizado pelo sinal de adição que a encerra, em vez de termos mais restritivos ou comprometidos com discursos patologizantes. (SCHMIDT, 2021, p. 19)”.

cisheteronormatividade¹⁴, tendo em vista que é uma sigla conformada nas últimas décadas, de maneira especial após os anos 2000. Contudo, concordo com o professor Benito para afirmar que a sua utilização contém uma potência política englobante e a tomo exatamente por essa razão. E defendo que o modo como ela é formada dá visibilidade para diferentes grupos a partir de distintas relações de poder e disputas políticas.

1.1 Articulações entre os estudos de gênero/sexualidades e feministas

Internacionalmente os efeitos em relação a criticar o existencialismo e o viés androcêntrico das ciências iniciadas a partir da segunda onda do feminismo dos anos 1970¹⁵, foram potencializados pela passagem dos estudos sobre a mulher para os estudos que tomam o gênero¹⁶ como categoria de análise, nos anos 1980 (MOORE, 1996). Esses estudos passaram a questionar o caráter universal, homogêneo e o modo transcultural em relação à categoria mulher, pensando gênero como o modo de conhecimento cultural das distinções sexuais, em outras palavras, o conhecimento que se relaciona não para os homens e mulheres, mas para as significações e valorações históricas e culturais associadas a masculino e feminino. (SCOTT, 1995).

A professora Joana Maria Pedro (2005, p. 78) questiona sobre o que se está “falando quando dizemos ‘relações de Gênero’? Estamos nos referindo a uma

¹⁴ A heteronormatividade presume a cisheteronormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado (GRIMM *apud* BAGAGLI, 2017, p. 159-160). Segundo Eli Bruno do P. R. Rosa, a cisheteronormatividade é caracterizada “como um conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições, assim como aquelas presentes nas instituições totais” que buscam “formatar subjetividades para que estas sejam sempre cisgêneras e heterossexuais”. (ROSA, 2020, p. 09).

¹⁵ Para Zirbel (2007, p. 129) “O trabalho de acadêmicas feministas durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa se fixou, em parte, na investigação das causas da sujeição feminina. Para tanto, as pesquisadoras se utilizaram de material oriundo da Antropologia, da Psicanálise e ligados às teorias marxistas para entender aspectos dessa sujeição e elaborar novas teorias”.

¹⁶ “Longe de ser uma criação da agenda feminista dos anos 60, a categoria gênero pertence ao discurso biotecnológico do final dos anos 40 (...). Para a rigidez do sexo do século XIX, John Money, o psicólogo infantil encarregado do tratamento de bebês intersexuais, vai opor a plasticidade tecnológica do gênero. Utiliza (ele) pela primeira vez a noção de gênero em 1947 e a desenvolve clinicamente mais tarde com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não podem classificar só como feminismos ou masculinos”. (PRECIADO, 2008, p. 81).

categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração. Mas, o que isto significa?” A resposta não é simples e se refere inclusive a questões linguísticas. Mas o fato é que gênero é resultante de luta de diferentes movimentos sociais, de mulheres, de gays, de lésbicas, que pleiteiam a garantia plena de direitos.

Quando me refiro aos Estudos de Gênero, a partir de 1990 é possível perceber uma consolidação dessa área de estudos em relação ao surgimento da perspectiva pós-estruturalista, marcada pelo questionamento de reduções essencialistas e dualismos, que denunciavam falsas oposições como as que se estabelecem entre corpo/mente, natureza/cultura e real/construído e as armadilhas presentes em ideias como a de que gênero tomaria por base o dimorfismo sexual. (BUTLER, 2003; HARAWAY, 2004). Conforme Donna Haraway (2004, p. 217), “era parte de uma vasta reformulação liberal das ciências da vida e das ciências sociais no desmentido do pós-guerra, feito pelas elites governamentais e profissionais do ocidente, das exibições de racismo biológico de antes da Segunda Guerra”. Esta narrativa tinha como objetivo servir aos interesses colonialistas¹⁷ de países ocidentais e “estruturava o mundo como objeto do conhecimento em termos da apropriação, pela cultura, dos recursos da natureza”. Para Haraway (2004, p. 218), as feministas se esforçaram tanto no campo político, quanto no campo epistemológico “para remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais na história, construídas e auto-construtoras”. Destaco que nesse sentido, o feminismo, como movimento social concreto, tem experienciado

‘ondas’. O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’. [...] Foi justamente na chamada ‘segunda onda’ que a categoria ‘gênero’ foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. (PEDRO, 2005, p. 79).

¹⁷ a colonialidade “intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações [...] e a reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, [...] nomenclaturas permanecem, mas são interpretadas à luz de uma nova ordem”. (SEGATO, 2012, p. 118).

Essas perspectivas passam a conviver com os diversos feminismos que são melhor entendidos a partir de suas pluralidades internas conforme afirma Butler (1998). Também data da década de 1990 a necessidade de se entender as articulações entre gênero e outros marcadores sociais da diferença. (HARAWAY, 2004). E o uso do termo *Mulher* sofreu insistentes compreensões, a depender de como as relações eram entendidas. Mas, conforme Pedro (2005) é no contexto norte americano que a crítica ganha maior reconhecimento, principalmente diante da diferença reivindicada por mulheres indígenas, negras, pobres¹⁸.

Em termos internacionais é possível destacar que desde meados dos anos 1950 foram desenvolvidos estudos sobre sexualidade nas Ciências Sociais e na História, assim como nos estudos sobre mulheres estes trabalhos pioneiros procuravam interromper com essencialismos e com as perspectivas que pensavam

¹⁸ “Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam, como fez Betty Friedan na *‘Mística Feminin’*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma ‘libertação’. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais. Além disso, argumentavam, o trabalho ‘mal remunerado’ que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais’. Todo este debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras”. (PEDRO, 2005, p. 82). Outrossim, trago à discussão o pensamento da nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004) para mostrar que passados mais de 40 anos do início da segunda onda do feminismo, a discussão sobre essencialismo é atual, principalmente quando relacionada aos feminismos africanos e árabes. A autora chama atenção para o feminismo que vem de outros contextos que não o ocidental. A ideia de que o racismo é tão profundo e está incutido inclusive em campos de conhecimento sociais e humanos faz com que o conceito careça de nova análise. A autora elabora seu pensamento baseando-se em suas vivências, reelaborando o que sabe sobre conceitos ocidentais. E muito embora a sua crítica ao feminismo branco eurocêntrico e cultural leve em consideração que o movimento foi capaz de transformar o que parecem ser problemas pessoais de mulheres em questões públicas conhecidas, tendo em vista que experiências de opressão conformaram o gênero enquanto um campo de pesquisa, ela atenta ao fato de que não se pode esquecer das questões de raça e de classe. Também é importante romper com a lógica binarista e dicotômica que atravessa o pensamento sobre gênero na sociedade. Segundo Oyèrónké Oyèwùmí (2004, p. 5), “Mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira. A partir de uma perspectiva africana e como uma questão de fato, mães por definição não podem ser solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com homem. Dentro da literatura feminista, maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Porque a mulher é um sinônimo da esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. A formação de casais pelo casamento está assim constituída como a base da divisão social do trabalho”. E se a pensadora nigeriana Oyèwùmí (2004) chama atenção para o modo como determinados conceitos, como é o caso de gênero e até mesmo feminismo, não se adequam à realidade de mulheres africanas e suas especificidades, o mesmo ocorre na maneira como na literatura ficcional brasileira a maternidade é tratada. Aproximando a Nigéria do Brasil, é possível perceber que enquanto a maternidade branca é detalhada e superestimada, a maternidade negra é vista como um problema da sociedade que necessita ser combatido, muito embora estas experiências tenham recebido maior atenção nos últimos anos, com a visibilidade atribuída a autoras como Conceição Evaristo (apenas para exemplificar cito o seu romance intitulado *Ponciá Vicêncio*) e Maria Carolina de Jesus, com a sua conhecida obra *Quarto de Despejo*.

as sexualidades a partir de um viés patologizante. (GAGNON, 2006). Desde os anos 1970, foi possível perceber nos estudos feministas importantes vinculações entre as questões das mulheres e a temática da sexualidade. Tal vinculação já demarcava as preocupações que relacionavam e até mesmo pacificavam a heterossexualidade com a relação entre a reprodução e o gênero, há muito presentes no pensamento feminista conforme verificado em textos de Rubin (1975)¹⁹, Rich (1980) e Wittig (1993).

No que pese não termos conhecimentos mais aprofundados sobre as referidas conexões no caso brasileiro, o impacto dessa trajetória internacional e das diversas vertentes teóricas, assim como reflexões bastante inovadores para o período em que foram feitas podem ser notados na produção do conhecimento no Brasil (CARRARA; SIMÕES, 2007), embora aqui uma separação entre o campo de estudos de gênero de sexualidade seja bem menos explícita. Mais do que pensar num ambiente científico hostil a ponto de impedir a institucionalização de estudos sobre sexualidade, talvez caiba pensar em convenções e modos de conformação mais específicos aos caminhos que marcaram o desenvolvimento dos estudos da sexualidade no Brasil. (FACHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 174).

No Brasil alguns estudos chamam atenção para as articulações com a temática da sexualidade, o que pode ser resultado de uma área científica consolidada ou recém consolidada. Algumas publicações ou grupos de trabalhos criados nos principais eventos e ações científicas nacionais e eventos específicos alusivos a gênero indicam a consolidação da área de estudos de gênero no país.

Embora a área de estudos sobre sexualidade, gênero e sexualidade, diversidade sexual e/ou qualquer estudo que se relacione com população LGBTQIAPN+ venha crescendo nas últimas décadas, mormente a partir dos anos 1990, ainda são escassos os trabalhos que se propõem a acompanhar o seu desenvolvimento através do tempo e que se dispõem a realizar uma revisão crítica da literatura construída.

Desde os anos 1970 foi possível notar uma autodenominação dos estudos sobre sexualidade em atenção relativa à identidade nacional e ao projeto de nação que caracterizaram a inserção inicial da temática no Brasil. É exatamente nesse contexto que os movimentos feminista e homossexual iniciaram a participação no cenário público brasileiro de modo mais incisivo, ainda durante período da ditadura militar. (CORRÊA, 2001; SCAVONE, 2011). Essas pesquisas parecem surgir, assim da união da produção de conhecimento realizado no berço da universidade, bem

¹⁹ O ensaio *The traffic in Women: Notes de 'Political Economy of Sex'*, foi salutar para compreender a categoria gênero nas discussões acerca das causas da opressão/subordinação social da mulher.

como da reunião entre pesquisadores/as que se dedicavam ao estudo sobre mulheres, feministas e sobre sexualidade. Desde 1960, uma parte dos trabalhos buscava entender questões relacionadas à família, feminismo, saúde, educação sexual, reprodução humana e aborto. (CITELI, 2005).

Durante os anos 1970 e 1980²⁰ houve uma tendência em pesquisas que discutiam a sexualidade a partir das relações familiares e conjugais, buscando compreender os valores que atravessavam a vida das mulheres, questões concernentes à sexualidade, compreendendo as relações que envolviam também mulheres lésbicas. Para Citeli (2005) é possível elencar temas como saúde da mulher e sexualidade; educação sexual; prostituição e regulação ou controle da sexualidade; e moralidade sexual.

No final da década de 1980 a terminologia gênero passa a figurar em títulos de trabalhos de pesquisadoras brasileiras e torna-se alvo de discussões específicas entre grupos de feministas. Machado (apud Costa e Bruschini, 1992, p. 26), se refere aos campos das Ciências Sociais, da Literatura e da Crítica Literária no Brasil como locais onde, a partir de 1987, ocorre a 'primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulher e a 'superação' dos estudos dos papéis sexuais pelos de 'papéis de gênero'. No ano de 1987, quatro textos são publicados e uma dissertação é defendida fazendo alusão à nova nomenclatura. De igual forma, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da USP, juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia desta universidade, promovem o seminário de estudos 'Relações de Sexo X Relações de Gênero?'. (ZIRBEL, 2007, p. 139).

Também é com o fim dos anos 1980²¹ que os estudos sobre a mulher acabam fundindo-se com os estudos de gênero no Brasil. Parecia avançar entre

²⁰ Segundo Zirbel (2007), em 1988, foi defendida na Universidade Federal do Paraná, na área de Educação, uma dissertação intitulada "Contribuição para o estudo do papel do educadores pré-escolares na formação da identidade e papel de gênero dos educandos", de autoria de Sônia Maria Guidi. "A repercussão das discussões sobre o gênero nos núcleos e demais centros de pesquisa fica evidente ao observarmos o grande número de grupos que incorporaram esta terminologia em suas pesquisas e se auto-identificaram com os estudos de gênero. Como exemplo citamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da USP, que, em 1988 passou a se denominar Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, e o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da UFSC, denominado desde 1989 como Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG)". (ZIRBEL, 2007, p. 139).

²¹ "É preciso considerar a conjuntura político-cultural marcada pela ditadura estabelecida pelos governos militares a partir do Golpe de 1964. Naqueles governos que se estenderam até 1985 a caça aos comunistas, datada de pelo menos três décadas antes se manteria, juntamente com a rigidez nos costumes, expressos na manutenção do binarismo heteronormativo e nas performances erótico-sociais patriarcais baseadas em tipos tais quais o 'homem viril', a 'mulher pura para casar', a 'puta', a 'bicha'. Intelectualmente, o que se viveu foi retirada das pesquisas e publicações acerca da luta de classes — por que vista como comunista —, tema e referenciais teóricos que lhe serviam de suporte que apenas apareceriam nos anos 1980. Entretanto, mesmo no seio daquela ampla frente que lutava pelo fim da ditadura e o estabelecimento da democracia havia pouca ressonância a uma crítica de costumes, sobretudo por se considerar que dela pudesse advir a fragmentação do movimento. Assim, os movimentos sociais baseados na ruptura do modelo binário e patriarcal dos costumes no Brasil precisaram tensionar com dois establishments, à direita e à esquerda. Em que pese isso, seria

acadêmicos/as uma possibilidade de conceitos relativos às mais diferentes disciplinas e nesse contexto o conceito de gênero parecia ser útil a distintas finalidades. (ZIRBEL, 2007).

Com os anos 1990 os estudos sobre sexualidade aumentaram e é possível perceber uma legitimação e reconhecimento das pesquisas sobre essa temática. Igualmente são incorporados temas relativos à sexualidade nas discussões dos centros de pesquisas e universidades no Brasil. A revisão crítica construída por Citeli (2005) indicou 56 obras publicadas no período compreendido entre 1970 e 1989 e outras 298 publicações no período entre os anos 1990 e 2002. Esses números são representativos do crescimento do campo de estudos de gênero no período estudado por Citeli (2005) e envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A década de 1990²² dá início a criação de periódicos com foco no campo de estudos de gênero. Segundo Miriam Grossi (GROSSI, 2010, p. 296):

Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm o que são regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: a *Revista Estudos Feministas*²³, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 editado em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e *Cadernos Pagu*²⁴, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras do gênero da

necessário ultrapassar a essencialização dos sujeitos, também normativa e rígida, em busca de uma pluralidade que comportasse a existência de fissuras, resistências, tensões, improvisos”. (SOUSA NETO, 2018, p. 28).

²² O artigo de Scott (1995) é traduzido ao menos em três regiões do Brasil, o que facilita a sua difusão. Outrossim, o conceito se espalha para outras áreas do conhecimento e diferentes profissionais passam a operar o entendimento de gênero a partir de Scott, como uma categoria útil de análise. São historiadores/as, sociólogos/as, cientistas políticos/as, críticos/as literários, que passam a construir estudos a partir de vieses de gênero. (ZIRBEL, 2007).

²³ O editorial do primeiro número (v. o, jan./dez. 1992, p. 3), de autoria de Lena Lavina traz o seguinte conteúdo crítico, de denúncia e de expressão de movimentos sociais: “Trata-se de um projeto coletivo, que hoje ganha forma pela determinação e competência de pesquisadoras — quase só mulheres, ainda — que, nesses últimos vinte anos, de Norte a Sul do país, contribuíram para renovar o conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais a partir da reflexão sobre o lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade. Reflexão essa que nasce da prática política do movimento de mulheres e do movimento feminista, fundada na denúncia da desigualdade e da discriminação, para se tornar crítica à teoria da ciência, nova episteme do conhecimento e do método. Se prática acadêmica e prática política são indissociáveis, pela sua interação criativa, ambas têm autonomia e dinâmicas próprias. A criação da Revista Estudos Feministas, além de servir como canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende, antes de mais nada, difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudo não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento”.

²⁴ “Em 1993, foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade de Campinas (Unicamp) e com ele os Cadernos Pagu, um periódico dedicado à problemática do gênero. Dentre os objetivos do núcleo e da revista estão “a colaboração na criação e funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão e treinamento que contemplem a problemática de gênero” e o fornecimento de subsídios “para a atuação de organizações não governamentais e governamentais, incluindo a formulação de políticas públicas”. (ZIRBEL, 2007, p. 152).

Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu [atual Núcleo de estudos de gênero Pagu] a partir do início dos anos 1990.

Durante os anos 2000 houve a multiplicação de grupos de estudos sobre gênero e/ou sexualidade — fenômeno sem precedentes no país —, em razão do seu espraiamento por diversas regiões e áreas do conhecimento, além do crescimento de trabalhos apresentados em congressos relevantes.

[...] é o caso do Seminário Internacional Fazendo Gênero²⁵, e o surgimento da Associação Brasileira de Estudos da Cultura (ABEH), com ênfase nos estudos sobre homossexualidade, que também passa a organizar eventos nacionais. É também o momento em que se amplia a quantidade de grupos de trabalho em congressos de associações científicas nacionais e em que surgem novos periódicos científicos do campo, como a revista *Gênero*, editada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), desde 2000; a revista *Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, editada pelo Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2007; e a revista *Sexualidad, salud y sociedad*, publicação eletrônica trilingue, editada pelo CLAM/IMS/UERJ, desde 2009. O conteúdo de todas essas publicações está atualmente disponível na internet, o que facilita e amplia o acesso a produção crescente do campo. (FACHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 180-181).

Segundo Zirbel (2007) em poucos anos a terminologia gênero já havia sido incorporada pelos mais diferentes grupos e ultrapassava diferentes barreiras e instituições universitárias. A troca entre pesquisadoras, militantes de movimentos sociais e ONGs continuava potente. Cursos e formações eram oferecidos a grupos de alfabetização popular e pastorais de igrejas, mulheres da região da Amazônia, sindicalistas, camponesas, entre outras.

Ainda de acordo com a autora é possível entender que embora o campo dos estudos de gênero esteja ancorado na teoria feminista, em razão de diferentes fatores como o anti-feminismo, o incentivo (ou a pressão) das agências financiadoras, levaram em menor ou maior intensidade o campo a adotar a

²⁵ “Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1994, o evento deu ênfase às discussões ligadas à Literatura, História e Antropologia, enfocando questões de gênero e do feminismo. Cerca de 100 trabalhos foram apresentados e uma coletânea de textos foi publicada. Em 1996, realizou-se uma segunda versão do encontro, congregando cerca de 400 pesquisadoras/es e implicando duas novas publicações. [...] Um número especial da Revista de Ciências Humanas (UFSC, CFH - v. 15, n. 21. Florianópolis: EdUFSC, 1997) e o livro *Masculino, Feminino, Plural: o gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Miriam Grossi e Joana Pedro (Florianópolis: Editora Mulheres, 1998). A partir de 2000, o encontro passou a ser internacional, com representantes de universidades latino-americanas, estadunidenses e européias (Pesquisadoras reconhecidas internacionalmente, como a antropóloga Françoise Héritier, do Laboratoire d'Anthropologie Sociale do College de France, Paris, a especialista em teoria literária Jean Franco, da Columbia University, e a economista Carmen Diana Deere, da Massachusetts University, estiveram presentes) e em 2006, na sua sétima versão, contou com 1400 trabalhos inscritos e mais de 1500 participantes. Conforme os sites: www.cfh.ufsc.br/~ref/fazgen/index.html e www.fazendogenero7.ufsc.br/apresentacao.html. (ZIRBEL, 2007, p. 151).

terminologia *Estudos de Gênero*. Ademais, a nova nomenclatura atraía mulheres interessadas em trabalhar com temáticas associadas a pesquisas acerca de sexualidades, violência, direitos reprodutivos e outros temas pertinentes. (ZIRBEL, 2007).

Diante do exposto, os apontamentos trazidos ao longo desta seção tiveram como objetivo apresentar, de modo geral, a articulação da produção acadêmica na área dos Estudos de Gênero e Estudos Feministas. O aparato epistêmico-prático oferecido pelos Estudos de Gênero, pode, por meio do estabelecimento de relações de homologia, ser utilizado para compreender os mecanismos e estratégias que configuram o processo de produção do conhecimento na área acadêmica da História. E a próxima seção abordará a historiografia brasileira sobre gênero relacionada à população LGBTQIAPN+.

1.2 População LGBTQIAPN+ na historiografia de gênero brasileira

Em 2014, Elias Veras e Joana Pedro publicaram artigo buscando compreender por qual motivo a história silenciava quando o assunto envolvia “sexualidades disparatadas”²⁶, sendo estas alvo de áreas do conhecimento como a Sociologia ou a Antropologia. E afirmando que, mesmo que timidamente, a historiografia acerca de pessoas LGBTQIAPN+ parecia sair do armário, embora ainda ocupasse um lugar marginal na produção da História. Conforme afirmado por Schmidt (2021), o que parecia ser tímido em 2014 parece ter se consolidado mais recentemente, embora enfrente novos desafios, marcados por exemplo pela falta de investimentos em pesquisas e em educação em geral²⁷.

Foucault (1988, p. 43) detalhou como no século XIX o discurso médico foi responsável por criar o homossexual como “uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida (...)”. Essa formação estabelecia o dispositivo da sexualidade que na modernidade também delimita a maneira como os sujeitos devem praticar os seus desejos sexuais e o que deve ser

²⁶ Descritas por Michael Foucault (1988) em a História da Sexualidade I – A vontade de Saber. E reforçadas por Judith Butler (2003) como sendo “corpos abjetos”, aqueles que não são referência e que não se enquadram dentro da matriz heterossexual que percebe a cisheteronormatividade como certa, impondo limites discursivos ao sexo.

²⁷ Apenas para ilustrar a questão segue notícia, de 2021, que informa sobre cortes no orçamento de Universidades Federais, resultando no comprometimento de mais de 70 mil pesquisas: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml>

considerado “normal” e “anormal”, “saudável” e “patológico”. No Brasil essa prática também se reproduziu e médicos e advogados debruçaram-se a solucionar e tratar o “mal da pederastia”.

James Green (1999, p. 191-192), ao analisar essa produção médico-legal no Rio de Janeiro e em São Paulo, no mesmo período (século XIX²⁸), evidenciou que seus autores relacionavam a proliferação de práticas não pautadas pela cisheteronormatividade com um processo histórico específico: a crise do “corpo social brasileiro” provocada pelos problemas relativos à urbanização, industrialização e modernização. Nesse contexto havia uma preocupação de médicos e juristas com relação à família e à nação, que restava por colocar a pederastia relacionada às relações homossexuais, situando-a historicamente e tentando justificá-la por razões congênitas e hormonais.

Ainda de acordo com Green (1999), durante as décadas de 1920 e 1930, estudiosos das manifestações homossexuais sugeriram diferentes formas de impedir ou de curar a suposta depravação sexual, que incluía atribuir uma maior responsabilidade ao Estado em reagir a essa patologia que acometia a sociedade naquele período. Como a tradição positivista imperava no Brasil e enfatizava a “ciência” como responsável pela ordem social, a intervenção estatal para resolver os males da sociedade tinha respaldo. Logo, essa filosofia serviu inclusive para que médicos, juristas e criminologistas buscassem a cura para promover um suposto país saudável. Essa tradição serviu como embasamento também para as narrativas eugenistas sobre raça, papéis de gênero e o lugar da mulher na sociedade²⁹.

Porém, embora suas elucubrações sejam marcadas por prejulgamentos e preconceitos e suas demonstrações práticas sejam prontamente afastadas hodiernamente, não deixam de tornarem-se alvo da área de História das sexualidades dissidentes. Ademais, embora não sejam os seus argumentos

²⁸ “[...] Forma-se, nesse período, a ideia de que a “saúde” da nação era diretamente ligada à “saúde” da família e, logo, dependente do controle da sexualidade. É, portanto, flagrante, na historiografia da homossexualidade, como fundamentação médica dos desvios sexuais contribuiu para a construção social do homossexual contemporâneo, a partir de um pressuposto científico, notadamente no campo das patologias.[...] Enquanto o crime merece punição, a doença exige a “cura” e a “correção”. É nesse sentido que o regime médico, como regime de normalidade, irá normatizar o sexo por meio da disseminação da ideia de que o uranismo decorre de uma inversão congênita, por meio da qual os órgãos genitais do embrião humano se formam em direção oposta ao cérebro. Ao se considerar que o “homossexualismo” está relacionado a um defeito no hipotálamo ou outra área do cérebro, abre-se caminho na história da medicina para sua extirpação. É notável que em muitos dos casos, aquilo que se entendia como “cura” não passava de um eufemismo para punição.” (BRULON, 2018, p. 56-57).

²⁹ Existe, então, uma relação entre tradição positivista e este encaminhamento – que respaldava tanto a intervenção estatal quanto as narrativas eugenistas.

aproveitáveis, os são em termos de fontes, no caso, os prontuários, os processos judiciais, as anotações. (SCHMIDT, 2021).

Para ser mais clara no percurso estabelecido na elaboração de pesquisas tocantes à comunidade LGBTQIAPN+, em um primeiro momento é necessário demonstrar como essas pesquisas encontraram abrigo em outras áreas do conhecimento. Logo, de acordo com Schmidt (2021, p. 21), com base em Green e Trindade e da Silva (2005), ao que tudo indica a primeira pesquisa que não se qualifica conforme um padrão de investigação patológico, seria a monografia defendida na Universidade de São Paulo – USP, em 1958, sob o título "Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário". Este trabalho, de José Fabio Barbosa e Silva, orientado pelo sociólogo Florestan Fernandes e contando com as participações de Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso na banca examinadora, seria o primeiro trabalho desta natureza na área de Ciências Humanas³⁰. Notadamente de urgente menção tendo em vista a sua inovadora especificidade na área das Ciências Humanas e Sociais, no caso: a Sociologia.

Embora o trabalho supramencionado tenha sido o marco inicial para a construção de um caminho que indicasse a construção de uma produção científica afastada de um caráter patológico ao menos, isso foi de fato rompido com o estopim da ditadura militar, como ressalta Quinalha³¹ (2017). Com a instauração do golpe militar em 1964 o que se seguiu se baseava em questões ideológicas que mesclavam uma série de delírios anticomunistas e moralistas retrógrados, que também visavam qualquer sujeito que tivesse uma sexualidade dissidente.

Tratar de corpos e sexualidades dissidentes envolve atribuir visibilidade ao que provoca algo dado como natural, uma estrutura prévia que aparentemente é hegemônica. Logo, todas as pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+ são

³⁰ “[...]foi o primeiro trabalho que ambicionava tratar de um grupo definido por sua erótica e por uma cultura comum partilhada que era atravessada, ela mesma, por essa erótica, em sua diversidade. José Fabio compreende as dificuldades de desenvolvimento de sua pesquisa, a já vista interpretação corrente da sexualidade não é heterossexual como doença, levando as possibilidades de cura, ou seja, vista como um problema ser solucionado, entretanto, pretende ultrapassar tal compreensão.” (SOUSA NETO, 2018, p. 31).

³¹ Apesar de a tese de doutoramento de Quinalha (2017) não ter sido construída em um Programa de Pós-Graduação em História (mas sim de Relações Internacionais), menciono-a aqui por compreender a sua importância para o tema e para a discussão que envolve a ditadura militar no Brasil e a população LGBTQIAPN+. Ressalto esse fato, pois em um primeiro momento intencionava-se trabalhar com referências unicamente da área historiográfica, o que é relativamente inviável, porque há a presença de pesquisas em áreas interdisciplinares.

corpos/sexualidades dissidentes, porque contrariam uma realidade tida como normal, tanto cultural quanto socialmente.

Também pode-se aventar que a presença forte de tendências estruturalistas do marxismo nos departamentos de ciências humanas nas universidades brasileiras durante as décadas de 1960 e 1970, com ênfase nos modos de produção e na luta de classes, tenha deixado pouco espaço para o reconhecimento da importância do estudo de temas considerados do âmbito do privado, como as sexualidades não normativas. De qualquer forma, foi somente no final dos anos 1970 que ressurgiram as pesquisas sobre esse assunto, acompanhando a formação do moderno movimento LGBTQIA+ (chamado de Movimento Homossexual Brasileiro naquele período), o qual emergia junto a outros movimentos sociais (como o negro, o feminista e o ecológico) no contexto da redemocratização política do país. (SCHMIDT, 2021, p. 22).

Como de certa forma acontece com os grupos que de alguma maneira são marginalizados, foram seus e suas integrantes que se responsabilizaram por manter viva a memória e preservar qualquer vestígio, documento e fonte que permitisse construir uma narrativa a respeito do passado, além de servir, simultaneamente, como estímulo aos entraves do presente. Nesse contexto surge a imprensa homossexual apresentando-se enquanto uma ferramenta política e intelectual.

Entre os anos 1978 e 1981 (QUINALHA, 2021) o jornal *Lampião da Esquina*, considerado uma importante mídia voltada ao público homossexual, dedicava-se a debater aspectos sociais interessantes à comunidade gay³². Além de deter um significado simbólico, possuía também uma importância de levar informação até os interessados, especialmente em um momento histórico altamente repressivo, no qual abordar temas de grupos subalternos era corajoso e contribuía para a organização do Movimento Homossexual. De acordo com Schmidt (2021) essas iniciativas da imprensa LGBTQIAPN+ para a preservação da memória contribuíram para a desconstrução de um ser biológico patológico ou de uma anomalia psicológica e sua transformação em um sujeito social reconhecido.

A partir de um grupo inicial de militantes, que também se dedicaram a construir carreiras universitárias, surgiram trabalhos significativos acerca da comunidade LGBTQIAPN+. São trabalhos na área da Antropologia, refletindo

³² “De acordo com o jornal *Lampião da Esquina*, no início da década de 1960, surgiram as primeiras publicações dirigidas para o público homossexual. No Rio, tínhamos, de restritíssima circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, *20 de abril* e *O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; Em Campos havia o *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay* e *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*. Segundo os editores do *Lampião*, eram jornais que versavam sobre amenidades e badalações sociais, sem esquecer de falar de acontecimentos culturais, reportagens e classificados. Eram jornais feitos por alguns amigos. Nem por isso eram vistos como algo menor”. (RODRIGUES, 2014, p. 89).

experiências homossexuais e rompendo com a produção científica e moralista dos anos 1970. Ainda neste período, a área da História permanece sonolenta quanto às pesquisas relativas à população mencionada. Suas primeiras publicações são dos anos 1980 e destacam-se nomes como Peter Fry, da Universidade de Campinas (UNICAMP), que iniciou ainda nos anos 1970 o debate sobre homossexualidade e o comportamento entre homens do município de Belém (PA), e Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia (UFB), fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), destacados como os pioneiros nessas pesquisas no Brasil (ARNEY; FERNANDES; GREEN, 2003). Schmidt (2021, p. 23, grifos no original) destaca também os trabalhos, ainda na área de Antropologia, de:

Edward MacRae, que em 1986 defendeu a tese de doutorado *O militante homossexual no Brasil da abertura*; Nestor Perlongher, o qual, no ano seguinte, lançou um livro seminal sobre a relação entre homossexualidade e prostituição viril em São Paulo; e Richard Parker, quem, no ano de 1991, buscou traçar um panorama do desenvolvimento histórico dos valores sexuais no Brasil, desde o primeiro contato dos europeus com os povos originários até a época da publicação.

Do grupo inicial de militantes LGBTQIAPN+, embora não seja historiador, gostaria nesta pesquisa de dar atenção ao diretor de cinema, roteirista, contista, romancista, ensaísta e dramaturgo João Silvério Trevisan, autor do livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade masculina no Brasil, da colônia à atualidade*, publicado no ano de 1986.

Trevisan não seguiu carreira universitária. Contudo, apesar do tom coloquial da narrativa e da explicação constante do seu engajamento político, o autor segue protocolos caros à academia, como as citações de fontes extremamente variadas e muitas delas inéditas até então, sempre referenciadas em notas. Além deste modo de validação típico do texto acadêmico, Trevisan também se vale de sua posição de testemunha dos fatos — no sentido tanto daquele que ‘esteve lá’ como que ‘ouviu de testemunhas confiáveis’ (Ricoeur, 2014) — para validar as interpretações que apresenta, sobretudo no que se refere aos períodos mais contemporâneos. [...] A edição mais recente do livro, a quarta, de 2018, cujo sucesso também é sintoma do interesse pela temática dentro e fora da academia, Trevisan ressalta como a sua postura militante atrapalhou a difusão da obra: [...] ‘como participei ativamente do movimento pelos direitos homossexuais no país passei a merecer a suspeita (ou franca acusação) de ‘fazer proselitismo homossexual’, um surrado argumento repetido por reacionários de todas as tendências sempre que você deixa de mostrar homossexuais morrendo de infelicidade. (TREVISAN, 2018, p. 2016 *apud* SCHMIDT, 2021, p. 24-25)³³.

³³ Schmidt (2021, p. 25) comenta que a crítica que Trevisan sofre pode se dar em razão do seu afastamento da academia: “Para explicar esse ostracismo, parece-me que também é preciso levar em conta o afastamento do autor da academia e de suas regras de validação, as quais se por um lado servem para garantir a qualidade das pesquisas produzidas sobre a sua égide, também frequentemente agem como barreiras de proteção aos *outsiders*. De qualquer modo, a obra parte

Ao mesmo tempo em que as mulheres, nesse contexto, procuravam tornarem-se protagonistas da escrita da história, buscando reparar uma tradição que historicamente as invisibilizou enquanto sujeitos históricos (SOIHET; PEDRO, 2007), os homossexuais não buscavam apenas tornarem-se protagonistas de uma história que os relegou a experiências patológicas, mas também a invisibilidades históricas e sociais.

De acordo com Veras e Pedro (2014), todos os trabalhos mencionados alhures são emblemáticos desse momento histórico acadêmico-político, sobretudo quando analisadas as questões homossexuais no Brasil, assim como as pesquisas realizadas por James Green (1999), porque representam uma fenda na história da invisibilidade das homossexualidades na produção científica brasileira.

Conforme João Bôsco Hora Góis (2003), a produção acerca dos estudos homossexuais resultou na reivindicação de uma identidade, que significou uma aglutinação de temas diametralmente antagônicos daqueles estudados previamente. Assim, abandonando a procura pelas origens ou as causas da homossexualidade e dos supostos malefícios, partiu-se para um pensamento acerca da construção social dos axiomas associados a ela e das dificuldades travadas pelos homossexuais na sociedade brasileira.

Ainda dentre os brasileiros destaco o caminho percorrido pelo já citado Luiz Mott, com formação inicial em Antropologia Econômica, que se debruçou desde a década de 1980 a estudar o homoerotismo no império colonial e português, a partir de fontes do Tribunal da Inquisição. Sigo a partir do narrado por Schmidt (2021, p. 23):

Mott também foi até agora o único autor que publicou estudo específico sobre história LGBTQIA+ na mais importante revista da história do Brasil, a *Revista Brasileira de História*, editada pela Associação Nacional de História (ANPUH), no qual sugere, de forma bastante pioneira, uma abordagem interseccional entre marcadores raciais, de gênero e sexualidade na análise dos perseguidos pela inquisição em função do ‘pecado nefando’. Também de modo muito corajoso se define no artigo explicitamente como um ‘acadêmico militante’ (Mott, 1985, p 116), postura nada usual no vetusto campo da historiografia que, apesar de desde há muito criticar teoricamente a ideia de ‘neutralidade científica’, resiste bastante, em nome de supostos métodos seguros de construção do conhecimento histórico, em levar em

literalmente da carta de Pero Vaz de Caminha e chega até as paradas do orgulho LGBTQIA+ contemporâneas, traçando uma continuidade que, como vimos, pode ser questionada por não levar em conta o “inventário das diferenças” (VEYNE, p. 1983) que, desde o meu ponto de vista, deve ser efetuado quando se trata de sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade”. O autor menciona também que contemporâneas a Trevisan, duas mulheres militantes: Leila Míccolis, em 1983 e Rita Colaço (1984) também intencionaram divulgar a história do Movimento Homossexual Brasileiro, contudo sem lograr o mesmo êxito que Trevisan. (SCHMIDT, 2021).

conta os, 'lugares de fala' que constroem as subjetividades dos (as) historiadores e situam decisivamente os saberes que produzem (Haraway, 1995; Ribeiro, 2017). Por outro lado, é possível questionar o anacronismo de muitas interpretações de Mott, que, em nome de um posicionamento político, estabelece continuidades quase indiferenciadas entre os sodomitas da colônia e os gays da atualidade.

É importante ainda sublinhar lugares institucionais da produção acadêmica inicial sobre a história LGBTQIAPN+ como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialmente seus departamentos de ciências sociais. A maior parte dos estudos se voltou para a homossexualidade masculina, mas merece destaque a pesquisa precursora no campo historiográfico, de Lígia Bellini que, em 1987 defendeu a dissertação *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*³⁴, discutindo mulheres acusadas de sodomia, sob orientação de Luiz Mott (SCHMIDT, 2021), tornando-se assim um dos primeiros estudos envolvendo população LGBTQIAPN+ na área da História no Brasil. Essa obra possui relevância para a historiografia brasileira porque envolve também o estudo da vida privada no Brasil colonial, além de apresentar o manejo com fontes documentais de grupos subalternos, no caso as mulheres.

Também em 1987 Luiz Mott publicou a obra intitulada *O Lesbianismo no Brasil* (SCHMIDT, 2021) tratando do tema na história e na atualidade do país. Em termos comparativos, e de modo geral, a história das lésbicas foi menos abordada do que história capitaneada por gays. Destaco que esse é um ponto que ainda merece atenção no campo da historiografia brasileira, pois a produção acerca da homossexualidade masculina é mais significativa³⁵ se comparada com a produção historiográfica das mulheres lésbicas no Brasil, assim como das outras populações que compõem a população LGBTQIAPN+. Entretanto, (VERAS, 2015, p. 35-36) reflete que

³⁴ Esta pesquisa foi publicada em livro, em 1989, pela editora brasileira e analisa registros de confissões, denúncias e processos que versam sobre casos de relações afetivas e sexuais entre mulheres, feitos pelo Santo Ofício da Inquisição de Lisboa quando da primeira visitação ao Brasil, Lígia Bellini reconstitui o cotidiano das mulheres pertencentes sobretudo às camadas médias da população. (BELLINI, 1989).

³⁵ “À obra de Green, que analisa as experiências dos homossexuais masculinos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, somaram-se pesquisas realizadas em diferentes regiões do país, que pluralizaram as experiências de gays, lésbicas, travestis e transexuais. A dissertação *A metamorfose encarnada*, de José Carlos de Araújo Júnior, e as teses *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop*, de Nadia Cristina Nogueira [destaco que este trabalho não foi encontrado no BDTD CAPES], e *De Daniele a Chrysóstomo*, de Rita de Cássia Colaço Rodrigues, revelam que a predominância da análise da homossexualidade masculina, presente nas primeiras obras antropológicas, inclusive na pesquisa pioneira de Green, dividiram a atenção dos/as historiadores/as com outras temáticas do “universo” LGBT.” (VERAS, 2015, p. 35).

Do mesmo modo, as pesquisas da historiadora Tânia Navarro Swain, que abordam as experiências das mulheres lésbicas a partir de uma perspectiva feminista, foucaultiana e queer, apontam que a quase invisibilidade dessas experiências, observada por Green na bibliografia sobre a produção homossexual nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 1980 e 1990, é um quadro que vem se revertendo nas últimas décadas.

Refletindo a partir da área da História reforço a importante contribuição da professora Joana Pedro que, em texto publicado em 2011, mostrou que o feminismo, o movimento de mulheres, o movimento de gays e de mulheres lésbicas já haviam contribuído e muito para construção de reflexões interdisciplinares no campo da historiografia brasileira. Porém, persiste uma resistência que se disfarça sob o pretexto de que pesquisas dessa natureza são “histórias militantes” e não seriam “científicas”. Para Pedro (PEDRO, 2011, p. 270), é importante pensar como, “igualmente, outras “categorias como ‘classe’, ‘raça/etnia’, ‘geração’ também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma ‘desconfiança’ e desqualificação”.

Essa questão é facilmente refutável e detém como pano de fundo certo preconceito, especialmente porque a acusação de que pesquisas sobre pessoas LGBTQIAPN+ seriam “histórias militantes” não prospera. Essas pesquisas são científicas e contêm a formulação de problema de pesquisa, pensam em referenciais teóricos e metodológicos, selecionam e analisam fontes. Tudo para demonstrar que a historiografia sobre pessoas LGBTQIAPN+ detém rigor científico, são respaldadas em termos científicos-metodológicos e que embora tenham compromissos políticos como qualquer narrativa histórica, são também narrativas rigorosas, conformadas a partir de referenciais reconhecidos e de termos acadêmicos. Essa história LGBTQIAPN+ não se destina somente a pessoas da comunidade, ela é uma história que interessa a todos e todas, tendo em vista a possibilidade de permitir rever cronologias, revisar currículos.

Por exemplo e para elucidar a questão, nas histórias contemporâneas (do Ocidente, das Américas), são estudadas as grandes catástrofes (Grandes Guerras, Governos Totalitaristas) e pouco é estudada a pandemia da AIDS, que dizimou milhares de vidas, que mobilizou inúmeros ataques conservadores. Não foi apenas um evento LGBTQIAPN+ (embora tenha atingido essa população significativamente³⁶) e ainda não é visto como um evento da História

³⁶ Grande parte de estudos que relacionam a AIDS e a população LGBTQIAPN+ são produzidos na área da saúde. Recomendo a leitura dos seguintes trabalhos para aprofundamento da temática: a

Contemporânea. Esse evento possibilita que a História seja repensada, além de questões teóricas, que o pressuposto da heteronormatividade seja analisado, noções de temporalidade sejam revistas, de narrativa, de sujeito, de estrutura igualmente sejam revisitadas e reinterpretadas. É interessante para historiografia como um todo, a discussão da historiografia específica da população LGBTQIAPN+³⁷.

Durante a década de 1990 trabalhos acadêmicos foram produzidos na área da história embora surgissem novas temáticas, novos objetos e outras abordagens sobretudo influenciados pela história francesa no Brasil, especialmente no que diz respeito ao tema das sexualidades. Apenas para exemplificar a situação e o contexto, nesta década é lançada no Brasil a obra *Amor e Sexualidade no Ocidente*, organizada pelo medievalista francês Georges Duby. Originalmente esta obra foi lançada em 1984 na França, o livro é uma coletânea de textos curtos escritos por especialistas e destinados ao público em geral. (SCHMIDT, 2021).

Na obra de Duby (1992) são encontrados quatro capítulos dedicados às sexualidades dissidentes: “Safo de Lesbos”, de Claude Mossé; “A homossexualidade na Grécia Antiga”, de Maurice Sartre; e “A homossexualidade em Roma”. Estes três referem-se à Antiguidade Clássica. O quarto capítulo, chamado “Nascimento de uma minoria”, de Michel Rey, trata da prática da sodomia na França, no período do século XVIII.

Ao final de sua introdução ao volume, Duby escreveu: ‘a pesquisa [histórica sobre amor sexualidade] mal inicia. [...] O pouco que ela conseguiu desvendar penosamente, às cegas, já nos obriga a olhar as sociedades do passado de um prisma completamente diferente’ (Duby, 1992, p.11). Se tal avaliação era plausível para a França do início dos anos de 1980 e para o Brasil do começo da década seguinte, as investigações históricas sobre os/as dissidentes da cisheteronormatividade seguiram ‘penosos’ e ‘às cegas’ ainda por um bom tempo. Em termos estritamente historiográficos, talvez essa demora se deva ao pouco contato dos/as historiadores/as sociais e culturais brasileiros/as com os estudos de seus pares estadunidenses, os quais, desde a década de 1970, desenvolvem pesquisas e promovem importantes debates a respeito da temática. (SCHMIDT, 2021, p. 26).

dissertação de Ana Cláudia Teixeira de Lima, intitulada *O câncer gay e o orgulho gay: a experiência da AIDS para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro (1986-1995)*, produzida no Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz e defendida em 2019. Igualmente indico a leitura do artigo de Marcos Roberto Vieira Garcia, de 2013, sobre diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e vulnerabilidade ao HIV/AIDS.

³⁷ Exemplifico também a questão citando o exemplo do Professor/Pesquisador Doutor Daniel Aarão Reis Filho, que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira e que se tornou um historiador reconhecido por produzir publicações sobre o período mencionado. A pesquisa do professor Daniel Reis Filho também é uma pesquisa científica e política.

Veras e Pedro (2014) afirmam que o desinteresse pela história LGBTQIAPN+ é também uma questão política, para além de um assunto intelectual, uma vez que essa ausência pode ser justificada a partir da mesma razão que explica a exclusão das mulheres da escrita da história, especialmente por decisões políticas embasadas no fazer historiográfico³⁸, que, ao escolher certos temas, como a eleição e a política, relegavam outros, como é o caso da história sobre a população LGBTQIAPN+. Importante destacar que Veras e Pedro (2014, p. 96) diferenciam a história das mulheres e a história LGBTQIAPN+:

Se, por um lado, a invisibilidade das mulheres era produzida pela hegemonia do sujeito masculino universal, por outro, a exclusão da homossexualidade demonstra que os homossexuais nem mesmo como outros fazem parte da história. Estes sujeitos, na lógica da história tradicional, não seriam o outro, mas o não-humano, uma vez excluídos da humanidade legitimada pela heteronormatividade.

Outro fator importante que torna difícil a construção de uma historiografia ou de uma análise da historiografia em relação às pessoas LGBTQIAPN+, diz respeito aos termos usados. Por exemplo, no artigo de Veras e Pedro, de 2014, é utilizado o termo "homossexualidades", no plural para indicar as experiências de gays, lésbicas e transexuais. Veras e Pedro (2014) reconhecem as críticas na utilização do termo e a sua tendência a generalizar a multiplicidade de experiências e as marcas das trajetórias dos sujeitos envolvidos na discussão, contudo eles apontam que na perspectiva empregada no texto, os sujeitos são constituídos por atravessamentos, por pluralidades e por multiplicidades de discursos produzidos por diferentes dispositivos de poder e de subjetivação historicamente contingentes.³⁹ É possível que ao longo dos últimos anos diversos trabalhos tenham sido produzidos e tenham,

³⁸ “não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos do direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo”. (RIBEIRO, 2019, p. 64).

³⁹ Em artigo publicado em 2018 e que trata de uma revisão do texto de 2014 (intitulado *Outras histórias de Clío: escrita da história e homossexualidades no Brasil*), os mesmos autores continuam a usar o termo “homossexualidades” e afirmam que os “sujeitos se constituem atravessados pela pluralidade e multiplicidade dos discursos produzidos pelos dispositivos de poder e os processos de subjetivação historicamente contingentes. Assim, longe de sugerir qualquer ideia de essencialidade e generalidade, “homossexualidades”, conforme o entendemos, aponta justamente para a pluralidade das práticas culturais, afetivas e sexuais, em constante transformação”. (VERAS; PEDRO, 2018, p. 123).

ao mesmo tempo, invisibilizado a história de pessoas bissexuais, transexuais, lésbicas, entre outros/as.

Ainda pensando a década de 1990 e a historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil, na aurora deste período é importante mencionar os trabalhos de Caufield (1993), que abordou a maneira como mulheres foram retratadas em revistas policiais, inclusive mulheres “masculinizadas”, e trabalhos como o de Guimarães (1994) e Ford (1995), que tratavam de discursos médicos sobre a homossexualidade tanto na Europa, quanto no Brasil.

Mas a historiografia de pessoas LGBTQIAPN+ ganha mesmo notoriedade com o trabalho do pesquisador norte-americano, James Green. Em 1996 Green defendeu tese nos Estados Unidos sobre a homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e em São Paulo durante o século XX, chamada *Além do Carnaval*. Este trabalho publicado no Brasil no ano de 2000, a partir de uma pesquisa que trabalhava com fontes diferenciadas como registros médicos, inquéritos policiais, ocorrências, entrevistas, periódicos além de outros documentos oficiais, traçava uma narrativa bastante interessante dos homossexuais brasileiros contemporâneos. (SCHMIDT, 2021).

Importante perceber como James Green, em entrevista concedida no ano de 2018 (FREITAS, 2018, p. 489), jamais negou que a sua atuação acadêmica também se tornou um projeto militante, declarando não possuir nada contra as pesquisas que não detêm essência social e política, inclusive respeitando-as e legitimando-as "e não as estou marginalizando ou dizendo que o meu trabalho é melhor do que o de ninguém, mas essa foi a minha opção ao voltar para a academia: era conscientemente uma intervenção política", embora não tenha admitido em nenhum momento em sua narrativa, talvez até mesmo para evitar que todo seu projeto fosse, de alguma forma, deslegitimado. Em entrevista concedida em 2019 ele retorna ao momento da escrita de sua obra referência no Brasil:

Naquela época [da preparação de *Além do carnaval*], eu percebia que não existia um trabalho acadêmico sério sobre a história da homossexualidade no Brasil. Eu quis escrever este livro. [...] E para mim era muito importante realizar um trabalho muito rigoroso, bem feito e com todos os critérios e as exigências da disciplina de história, mas também com conteúdo político de afirmação da homossexualidade. Então, eu também insisti em publicar numa editora acadêmica, a editora da Unesp, para mostrar que era possível ter um trabalho sério, bem feito e com todos os critérios acadêmicos publicado por uma editora importante no mercado. (DUARTE; SILVA, 2019, p. 05).

Destaco ser preciso um esforço maior do que seria necessário para pesquisadores/as de temas tradicionais na História, para que questões relativas à população LGBTQIAPN+ recebam maior espaço, maior notoriedade como o que foi mencionado por James Green no trecho acima destacado. É como se não bastasse apenas fazer um trabalho com rigor científico, embasado em referenciais teóricos, respaldado metodologicamente. É preciso ir além disso, é preciso que o trabalho atenda outros critérios para ser considerado válido dentro da academia, critérios muitas vezes implícitos.

O trabalho *Além do carnaval* se tornou não somente mais uma obra dentro de um amplo e complexo conjunto de obras acerca de uma determinada temática, mas sim um clássico da historiografia brasileira sobre pessoas LGBTQIAPN+, porquanto detalha a história social, preocupa-se com as experiências das pessoas, com as práticas dos indivíduos e dos sujeitos componentes da comunidade. A mencionada obra “certamente contribuiu para a legitimação acadêmica da temática, transformando-se em bibliografia obrigatória nos trabalhos que se seguiram”. (VERAS; PEDRO, 2014, p. 99). Schmidt (2021, p. 27-28) revela conversa informal que teve com James Green,

Jimmy – como é conhecido no Brasil – disse-me que sua expectativa era de que, logo após a publicação do livro no Brasil, houvesse uma explosão de trabalhos sobre a temática. Contudo, isso demorou um pouco acontecer. Nesse meio tempo, o historiador, sozinho ou em parceria, ofereceu importantes contribuições para a consolidação do campo, como um levantamento bibliográfico (Arney; Fernandes e Green, 2003), uma antologia de fontes (Green; Polito, 2006), coletâneas temáticas (Green; Quinalha, 2014 e Green et al., 2018) e um trabalho biográfico sobre uma destacada liderança LGBTQIA+ (Green, 2018). Além disso, teve um importante papel de trazer a pauta da perseguição aos (às) dissidentes da cisheteronormatividade pela ditadura civil-militar brasileira para o relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, incluindo tais violências do rol das graves violações aos direitos humanos promovidas pelo regime instaurado em 1964.

Destaco também um texto publicado em 2019 na Revista Cult, por James Green intitulado *Nem todos os caminhos levam à Nova Iorque*, no qual o autor menciona que embora alguns marcos para o movimento LGBTQIAPN+ sejam importantes de serem analisados, como o movimento de Stonewall, ocorrido em 18 de junho de 1969 em Nova Iorque, no caso da América Latina outros marcos históricos também devem ser pensados e analisados como é o caso da Frente Homossexual Argentina, anterior a Stonewall, combativa, com ideários esquerdistas e trotskistas.

Na formação do movimento LGBTQ+ brasileiro, enquanto muitos olhavam para o norte em busca de referências sobre como formar um grupo, outros olhavam para o sul, mais especificamente para a Argentina. De fato, o nome Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, foi uma homenagem à publicação da FLH na Argentina, o jornal chamado Somos. [...] Nem todos os caminhos, assim, levam à cidade de Nova York. (GREEN, 2019, s. p.).

Veras e Pedro (2014) apontam que existe uma íntima relação entre as temáticas relacionadas à população LGBTQIAPN+, as histórias ligadas às histórias mulheres e às relações de gênero, além de uma relação solidária com o pensamento de Michael Foucault, sobretudo a partir das reflexões relativas ao poder que constituem historicamente os dispositivos da sexualidade. Nesse sentido alguns autores vêm se destacando na área da História como é o caso de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Embora esse não seja o seu objeto de estudo especificamente, o pesquisador se dedica a investigar masculinidades e o pensamento de Foucault, publicando e lançando periodicamente importantes reflexões sobre a temática, desde o ponto de vista do pós-estruturalismo, destacando o modo como práticas discursivas e não-discursivas conformam sujeitos “desviantes” e como esses e essas se inter-relacionam ante as distintas relações de saber e de poder existentes⁴⁰.

O esforço de pesquisadores/as destacados/as foi fundamental para que a historiografia sobre a população LGBTQIAPN+ se consolidasse nas universidades brasileiras, embora os olhares desconfiados ainda persistam. Em algumas situações os olhares transformam-se em acusações baseadas nos discursos identitaristas, acusando a produção da história LGBTQIAPN+ de não possuir condições de contribuir para as discussões que conformam o conhecimento histórico, como os que se relacionam com o tempo, com sujeitos, com a estrutura e com a mudança social. Contudo, a questão tem se modificado ao longo dos últimos anos mesmo ante a pressão da conjuntura política nacional e também internacional.

Nos últimos anos, especialmente a partir dos anos 2000, nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, tem surgido uma pujante historiografia sobre a população LGBTQIAPN+. Contudo é importante apontar que pela primeira vez na

⁴⁰ Para saber mais sugiro a leitura do artigo intitulado *O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise do discurso do movimento homossexual*, publicado na revista *Cadernos Discursivos*, em 2014. Igualmente indico a leitura do capítulo de livro chamado *Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção do território de prazer e dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980*, de autoria de Durval Nunes de Albuquerque Júnior e Rodrigo Ceballos. Este capítulo encontra-se disponível na obra organizada pela professora Monica Raísa Schpun, chamada *Masculinidades*, de 2004.

história dos encontros nacionais da Associação Nacional de História – ANPUH, em 2019, houve a realização de um simpósio temático especificamente dedicado ao tema LGBTQIAPN+⁴¹. Este grupo temático foi organizado pela Professora Rita de Cássia Colaço Rodrigues, militante importante do movimento LGBTQIAPN+, que desenvolveu tese de doutoramento sobre as formas de repressão às pessoas desviantes da cisheteronormatividade e as formas de luta dessas pessoas no Brasil em duas temporalidades, 1959 a 1976 e 1977 a 1988, com destaque no campo jurídico. (RODRIGUES, 2012); e por Elias Veras que defendeu tese sobre experiências trans em Fortaleza no período de mudança compreendido entre 1970 e 1980, que resultou na publicação da pesquisa em livro no ano de 2020. As pesquisas como a de Veras, juntamente com outros trabalhos publicados, promovem também um saudável deslocamento de interesses para região Nordeste, rompendo com os trabalhos que focam quase que exclusivamente no eixo Rio-São Paulo.

O primeiro grupo temático presente no encontro da ANPUH, em 2019, tinha como título "Clio sai do armário: homossexualidades e a escrita da história"⁴². A sessão temática trazia em si um nome deveras provocativo. Como resultado, em 2021, foi publicada uma coletânea de trabalhos intitulada *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*, organizada por Rita de Cassia Colaço, Elias Ferreira Veras e Benito Bisso Schmidt. A obra conta com prefácio da professora Joana Maria Pedro e com treze capítulos.

Entre os grupos estudados no âmbito da 'sopa de letrinhas', sete se referem a gays, três a lésbicas e três a mulheres trans. Não há trabalhos sobre homens trans, bissexuais ou intersexuais. Infelizmente, tal quantificação reafirma a já mencionada hierarquia política e acadêmica entre os dissidentes da cisheteronormatividade. [...] Quanto às fontes, apenas uma pesquisa se vale de entrevistas, que não deixa de ser surpreendente; uma, de processos-crime; uma, de documentos produzidos pelo aparato repressivo no período ditatorial; outra, de documentos internos à instituição judiciária (processos disciplinares, fichas...); duas, de teses médicas, não casualmente as que se voltam à virada do XIX para o XX, quando esse saber procurava configurar o 'sujeito homossexual'; quatro, da literatura; e oito, da imprensa, comercial ou alternativa (o número de menções aqui

⁴¹ Anterior a isso, em 2018, houve o XVI Encontro Regional de História (ANPUH/PR) – Tempos de Transição, evento que ocorreu de 15 a 18 de julho de 2018 no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na cidade de Ponta Grossa- Paraná. O evento contou com simpósios temáticos direcionados às questões de gênero e da população LGBTQIAPN+. Maiores informações podem ser obtidas no endereço eletrônico do evento: <http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/site/capa>.

⁴² Os textos apresentados, em 2019, na sessão temática "Clio saem do armário: homossexualidades e a escrita da história" podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: http://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=277

supera o número de capítulos, pois alguns/as autores/as utilizaram mais de um tipo de fonte). Isso mostra que o argumento da falta de documentos não é plausível para justificar a ‘timidez’ da história LGBTQIA+ e que muitas searas arquivísticas ainda podem ser desbravadas. (SCHMIDT, 2021, p. 30).

O primeiro capítulo da obra mencionada foi elaborado pelo professor Benito Bisso Schmidt. O capítulo é intitulado *História LGBTQIA+ no Brasil: atravessamentos entre militância e produção acadêmica*. Como o próprio autor retrata no texto, a sua intenção não foi de maneira alguma exaurir a temática, contudo ele conseguiu abordar de maneira extremamente didática desde os textos pioneiros até os trabalhos mais recentes sobre a temática da historiografia de pessoas LGBTQIAPN+, objetivando clarear os seus contextos de produção e seus perfis temáticos e teóricos, localizando as obras em uma trajetória mais ampla de debates e de reflexões e demonstrando como a temática tem início em outras áreas, como a Sociologia e a Antropologia, para posteriormente receber abrigo na área da História, tornando-se fonte de investigação em teses e dissertações que são analisadas nesta dissertação.

Assim, o próximo capítulo, apresentará o que se considera a primeira etapa do processo de construção do objeto de estudo desta pesquisa. Detalharei o *corpus* da metapesquisa, trabalhos construídos por diferentes pesquisadores/as da área da História. De antemão indico que a pesquisa se limita a teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* e presentes no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que disponibiliza as pesquisas elaboradas entre 1987 e 2018 (BDTD CAPES, 2021). Não são estudados trabalhos e pesquisas feitos por investigadores/as historiadores/as em Programas de Pós-Graduação interdisciplinares, o que não minimiza a importância destes trabalhos. Contudo, com o objetivo de atender a finalidade desta dissertação, o *corpus* da pesquisa se restringe ao estudo de trabalhos feitos em Programas de Mestrado e Doutorado em História, no Brasil, que estão acessíveis em endereços eletrônicos.

2 AUSÊNCIAS E SILÊNCIOS NA PRODUÇÃO HISTÓRICA SOBRE E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (1987-2018)⁴³

Em 2022 completaram-se trinta anos da primeira vez que uma travesti conquistou um cargo eletivo no Brasil. Isso aconteceu no sertão do Piauí, em 1992, na ocasião em que Kátia Tapety foi eleita vereadora. (KER, 2020). Embora muito se tenha avançado nos últimos anos, especialmente na última eleição majoritária, muito ainda é preciso progredir. Em 2018 importantes lideranças LGBTQIAPN+ foram eleitas, como é o caso de Erica Malunguinho e Erika Hilton, primeiras deputadas federais trans de São Paulo. Porém, influências como Jean Willys, homem gay, eleito como deputado federal pela terceira vez consecutiva também em São Paulo, viu-se obrigado a deixar o Brasil diante das constantes ameaças que sofria, sobretudo após o assassinato não solucionado da vereadora e mulher lésbica Marielle Franco, em 14 de março de 2018.

De acordo com Freire (2019), a história da historiografia nem sempre se mostra enquanto um discurso em que tradições são desmistificadas e naturalizações são realizadas. Isso significa dizer, que a depender dos indivíduos que se encontram envolvidos na cealema, nos contextos institucionais, isso funciona como narrativa e até mesmo pode ser legitimado pela disciplina e pela ciência para erigir e consagrar determinados fundadores, certas escolas, alguns temas, ou assuntos trabalhados em pesquisas acadêmicas.

A historiografia, como todo empreendimento social, necessita de identidade, isto é, de traços particularizantes, de símbolos, origens, acontecimentos e marcos, os quais são compostos e articulados de modo a formar 'um ser'. Quem melhor do que os próprios historiadores e historiadoras da história para operar tais composições e articulações?. (FREIRE, 2019, p. 150).

Buscando conhecer a história de outras pessoas LGBTQIAPN+, o objetivo do presente capítulo consiste em identificar, mapear e analisar as principais características das teses e dissertações produzidas em Programas brasileiros de Pós-Graduação em História. Após a apresentação da amostra haverá análise das

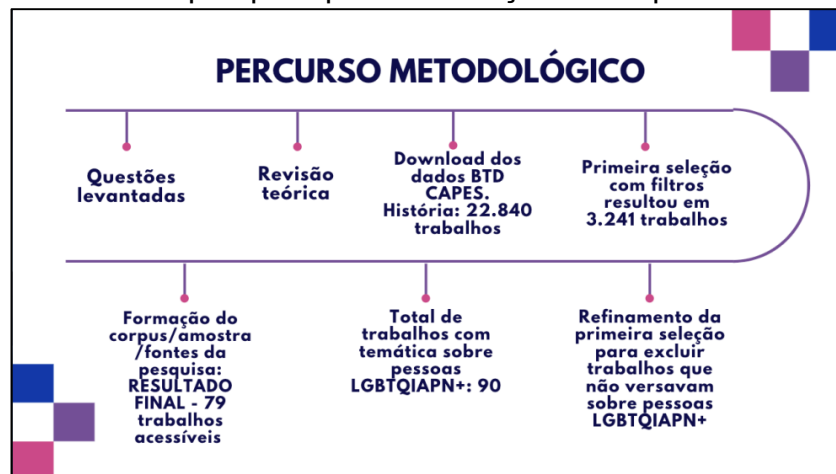
⁴³ Este título além de ser uma referência é também uma homenagem ao trabalho empreendido pela Professora Doutora Joseli Maria Silva na Geografia. No livro *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (2009), ela intitula um capítulo com a seguinte provocação: *Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica*.

produções, com o processo de estudo sobre quais elementos das pesquisas necessitariam ser considerados para responder à questão inicial desta dissertação⁴⁴.

A área da História se tornou no Brasil bastante volumosa, para qual convergem diferentes pesquisas com distintas temáticas. E embora existam muitos trabalhos há também a necessidade de se pensar as reflexões que são tecidas em relação aos critérios epistemológicos, teórico-epistemológicos de tais pesquisas, assim como já vem sendo realizado em outras áreas do conhecimento, como é o caso da Educação⁴⁵, da Sociologia⁴⁶ e da Antropologia⁴⁷.

O objetivo, assim, envolve a análise de dissertações e teses defendidas em programas de mestrado e doutorado em História, pois estes são considerados referências na produção de pesquisas. Eles contam com docentes e discentes qualificados/as pelo seu movimento acadêmico, relação de publicações, experiência profissional. Assim, todos os trabalhos de todos os programas foram considerados, independente do seu conceito, já que todos desenvolvem pesquisas e contribuem para a produção acadêmica em História e, especificamente, quando relacionada à população LGBTQIAPN+. Afim de delimitar o escopo do trabalho, a seleção final contará com aqueles trabalhos que se encontram disponíveis em endereços eletrônicos e, conseqüentemente de acesso público. A figura 1 apresenta o percurso transcorrido para a construção do *corpus* da pesquisa.

FIGURA 1 – Percurso de pesquisa para construção do corpus



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

⁴⁴ Quais as principais tendências, características e obstáculos epistemológicos nas pesquisas relacionadas à população LGBTQIAPN+ em teses e dissertações na área de História, no Brasil?

⁴⁵ Para saber mais, acessar as pesquisas de Mainardes (2018).

⁴⁶ Para saber mais, acessar as pesquisas de Castro e Guedes (2020).

⁴⁷ Para saber mais, acessar as pesquisas de Franch e Nascimento (2020).

Contudo neste capítulo serão apresentadas as características de todos os trabalhos que são encontrados no BDTD/CAPES, quando discutem a temática alvo central dessa dissertação. Desse modo, será possível mostrar como a área da História, de maneira geral, e de maneira específica, quando pensada a população LGBTQIAPN+, comporta uma multiplicidade e uma riqueza de pesquisas com interface com outras áreas do conhecimento, resultando em uma enorme diversidade de objetos de pesquisa e de perspectivas e abordagens. O capítulo é dividido em duas seções. A primeira trata brevemente de aspectos gerais da pós-graduação no Brasil e especificamente da pós-graduação em História, enquanto que a segunda seção apresenta e caracteriza o *corpus* de pesquisa.

2.1 A pós-graduação no Brasil: dos aspectos gerais às especificidades da área de História

Neste ponto importa mencionar que foi apenas a partir de 1965 que experiências brasileiras na pós-graduação foram reconhecidas enquanto nível de ensino, conforme Parecer Sucupira nº 977 aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Foi a partir do mencionado parecer que os níveis de mestrado e de doutorado foram reconhecidos e, não necessariamente sequenciais, muito embora os modelos avaliativos das Instituições de Ensino Superior adotem essa sequência. (CAPES, 2004).

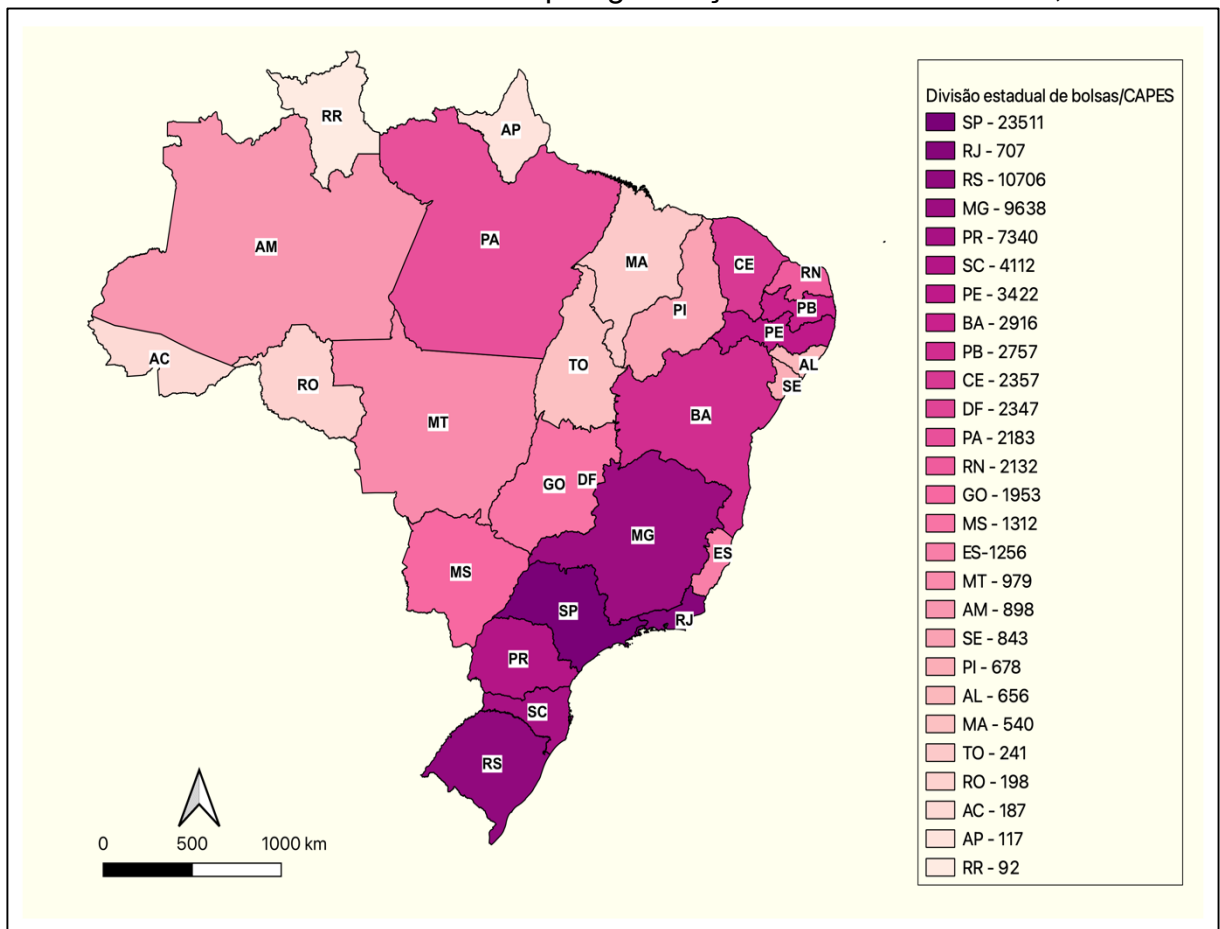
Historicamente a CAPES interviu e criou ações para a expansão e institucionalização da pós-graduação. Pós-graduandos receberam bolsas de estudos o que facilitou a formação de um expressivo contingente de profissionais, em especial para a docência na pós-graduação. Indicando um posicionamento no ensino, os currículos dos cursos marcadamente tinham listas de matérias ofertadas conforme temas desenvolvidos pelos professores que tinham orientado tais profissionais no seus respectivos doutorados e mestrados. Balbachevsky (2005) ressalta que o modo como este sistema se expandiu contribuiu para a qualificação de professores da rede federal de ensino, significando uma saída barata para qualificar os professores da rede federal das universidades.

E para refletir sobre a pós-graduação no Brasil, um conjunto de informações pode ser acessado por meio de ferramentas criadas pela CAPES, como é o caso da ferramenta de geoprocessamento oferecida pela instituição: GeoCapes

(<http://geocapes.capes.gov.br>), que apresenta dados a respeito do número de bolsas por região geográfica, além da indicação dos recursos financeiros investidos. Contudo, os dados são limitados a perfis regionais e não são incluídas, por exemplo, informações acerca das bolsas distribuídas por gênero ou etnia, que poderiam auxiliar a compreender outras questões, como o acesso e a permanência de discentes na pós-graduação.

A distribuição de bolsas, elementos organizacionais e aspectos estruturais, podem, mesmo que de maneira interdependente, agir para a construção e manutenção de um sistema que regulamenta o domínio masculino, branco e heterossexual e que caracteriza a ausência ou silenciamento das abordagens relacionadas à população LGBTQIAPN+ na História brasileira. A figura 2 apresenta a distribuição da concessão de bolsas de pós-graduação da CAPES em 2020:

FIGURA 2 – Concessão de bolsas de pós-graduação da CAPES no Brasil, 2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de GEOCAPES (2022) e Base cartográfica do IBGE (2019).

Em meados da década de 1990 Fico e Polito (1996) já apontavam a carência de financiamentos e de bolsas de estudos por parte das principais agências

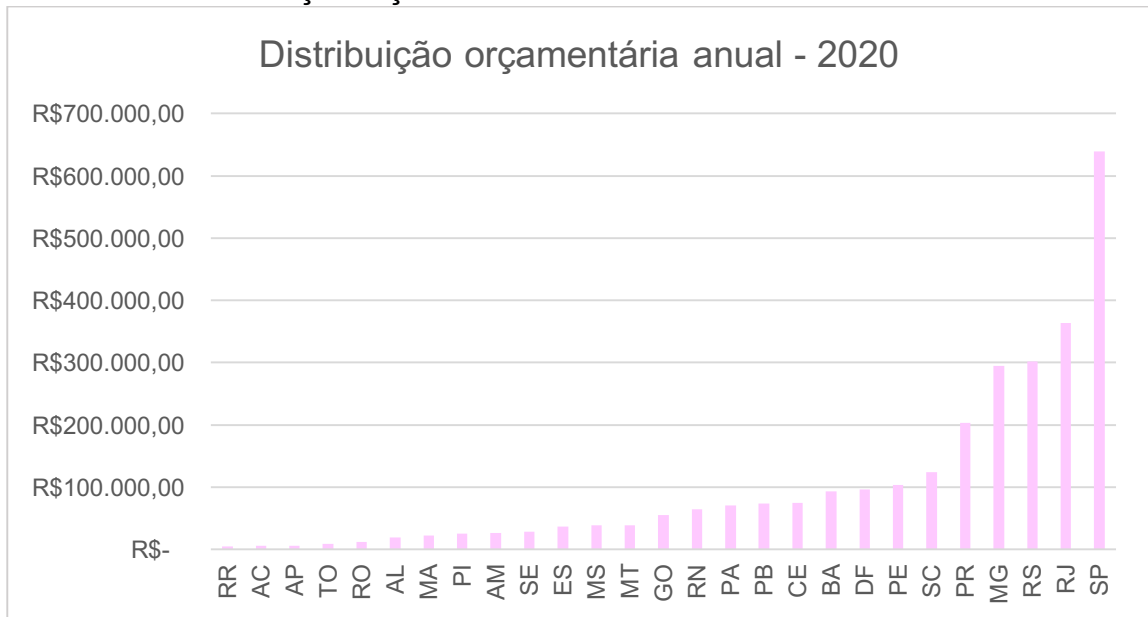
de fomento à pesquisa no Brasil, situação recorrente, principalmente após o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff e o avanço de políticas neoliberais em diferentes frentes da sociedade, inclusive na própria Educação, resultando no corte de investimentos no setor e também na diminuição de bolsas de estudos em todos os níveis educacionais.

Fico (2015, p. 1.022) ressalta que além do forte tradicionalismo na área da História, outra característica resultante disso, é a resistência à interdisciplinaridade. “A interdisciplinaridade em termos propriamente epistemológicos ainda é pouco praticada.” E hipoteticamente essa resistência pode justificar a ausência de trabalhos com maior densidade teórica e metodológica, associada à forte presença de pesquisas localistas ou *paroquialistas* para retomar o termo apresentado por Iglésias (1971).

Além disso, para mostrar como existe uma concentração de investimentos, de programas de pós-graduação, além das bolsas de estudo como acima ilustrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o gráfico 1 apresenta a distribuição orçamentária anual da CAPES para o ano de 2020. Enquanto que em São Paulo a distribuição do orçamento em 2020 foi de R\$ 638.799,95, na outra extremidade do gráfico está Roraima com orçamento de R\$ 5.229,32, para o mesmo período. Todo este cenário está marcado pelos cortes de investimentos em educação e em ciência, como mencionado no capítulo anterior. Para o cenário, de acordo com Moura e Camargo Júnior (2017, p. 02):

Entre as soluções equivocadas propostas estão o pagamento da universidade por alunos, doações e mais prestação de serviços. Dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) mostram que 66,2% dos estudantes das instituições federais têm renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita, e apenas 10,6% apresentam renda familiar igual ou maior que 10 salários mínimos.

GRÁFICO 1 – Distribuição orçamentária anual/CAPES-2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de GEOCAPES, 2022.

O saber sobre a produção científica de uma área do conhecimento pode contribuir para exercícios de reflexão e de vigilância epistemológica por parte de pesquisadores/as. O valor em se entender os percursos realizados para a construção das pesquisas da área da História, relacionadas à população LGBTQIAPN+ permite apontar, sem a ambição de julgar, as ausências e pontos positivos bem como perceber diferentes possibilidades de análises a partir da ponderação sobre conceitos como o de gênero, entre outros, em pesquisas históricas tocantes à população LGBTQIAPN+.

Tanto o *corpus* da pesquisa, quanto os Programas de Pós-Graduação em História se concentram em universidades localizadas principalmente nas regiões Sul e Sudeste, conforme é possível visualizar no gráfico 2. Nesse contexto, com base em Santos e Azevedo (2009) destaco que a produção acadêmica relacionada à Pós-Graduação no Brasil não é igual nas distintas regiões brasileiras. Em outras palavras, isso significa dizer que persiste a necessidade de realização de estudos específicos a partir das realidades regionais, levando em conta as suas peculiaridades, sobretudo territoriais. E sobre esse contexto institucional é preciso refletir que

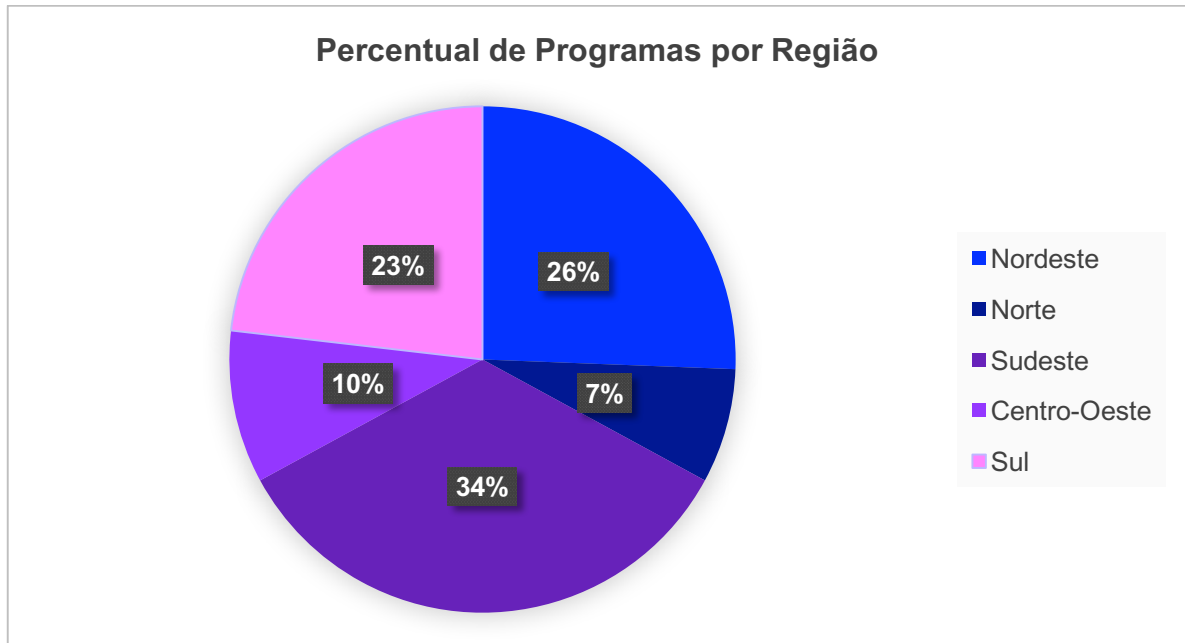
O aspecto mais importante a ser levado em conta por qualquer estudioso interessado na história contemporânea da historiografia brasileira é que, entre nós, a cultura de pesquisa que definiu a universidade como o lugar por excelência da produção do conhecimento histórico foi institucionalizada em uma Ditadura Civil-Militar. A partir do início da década de 1970, é possível

perceber um esforço sistematizado e coordenado diretamente pelo regime ditatorial para a consolidação do ensino pós-graduado no Brasil. Esse esforço institucional interferiu diretamente no funcionamento dos diversos campos de estudos que, na época, constituíam a cena universitária brasileira. (OLIVEIRA, 2018, p. 199).

Este período marcou a produção historiográfica ocidental de tal modo que seus efeitos são perceptíveis mesmo no albor do século XXI, como é o caso do forte empirismo. Essas características associadas às necessidades sociais e políticas da área de História podem auxiliar para a construção de proposições para o melhoramento da própria produção. (FICO, 2015). A história e a historiografia produzidas por historiadores/as são áreas de saber engendradas e envolvidas por relações de poder. Somente a partir do momento em que é assumido um posicionamento de que o discurso e a produção científica são resultado e consequência da construção social e se desenvolve uma postura crítica em relação a como fazer História, questionando a consagração das verdades estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia, é que será possível entender as fundamentações das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso historiográfico científico.

As ausências e os silêncios de certos grupos sociais são resultado de alguns conflitos criados no cerne da própria comunidade científica, que originam hierarquias e dependências, reforçando o poder de alguns grupos hegemônicos e, tendo como resultado, a prevalência de certas teorias científicas. Embora a epistemologia contemporânea, sacudida pela crise da objetividade dos enunciados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de ideias derivadas de uma cultura que se difunde pela linguagem e que marca profundamente os saberes propagados e incorporados pelos cientistas, muito é preciso ser desenvolvido em torno do “conhecimento do conhecimento”. (SILVA, 2009, p. 25). Parte dos conflitos mencionados e das disputas em torno da produção do conhecimento ocorre no interior dos Programas de Pós-Graduação. No caso da História, eles encontram-se com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, conforme é possível visualizar no gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Percentual de Programas de Pós-Graduação em História por região brasileira



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira, 2022.

No Brasil, conforme informações da Plataforma Sucupira (2021) existem 82 Programas de Pós-Graduação em História que contemplam 129 cursos de pós-graduação. A divisão regional aponta para uma maior concentração de cursos na região Sudeste, com as regiões Sul e Nordeste em sequência. Nas pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação e na ciência resultante desse processo alguns privilégios ficam evidentes, como por exemplo os privilégios de sexo e de raça, marcadores que dificultaram a expressão das espacialidades de certos grupos como por exemplo as mulheres, pessoas não-brancas e aqueles/as que não se encaixam no perfil heterossexual dominante, como é o caso específico da população LGBTQIAPN+.

No caso da História, o motivo que justifica a ausência destes grupos na elaboração do discurso científico deve ser compreendido pela legitimação naturalizada da hegemonia da História que é vista como branca⁴⁸, cisgênera⁴⁹,

⁴⁸ “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistemológico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento.” (RIBEIRO, 2019, p. 24-25).

masculina⁵⁰ e heterossexual⁵¹, que via de regra negou certas existências e também impediu o questionamento da diversidade de saberes que englobam as sociedades e a suas mais variadas especialidades. Todavia, movimentos realizados por historiadores/as como Joana Maria Pedro, Raquel de Soihet (História das Mulheres) e outros/as têm trazido à tona discussões que pautam estes grupos marginalizados. Ainda sobre o tema, Lopes (2018, p. 78) assevera que

[...] em sua maioria, homens delimitaram o debate, por muito tempo sendo referência para as discussões e a bibliografia. Entre os nomes mais citados, aparecem: Bloch, Febvre, Bourdieu, Marrou, Furet, Carr, Shaff, Le Goff, Thompson, Certau, Ginzburg, Foucault, Veyne, Burke, Dosse, Fontana, Hobsbawm, Hartog, Chartier, Prost, Rüsen, Jenkins. Este breve levantamento sugere que o lugar de enunciação, a localização privilegiada dos discursos e a ordem discursiva foram, em sua maioria, produzidas e delimitadas por homens europeus, brancos e cisgêneros... Entre as mulheres, destaco sobretudo Michele Perrot, Natalie Zemon e Joan Scott, todas mulheres cisgênero.

A necessidade por uma história das mulheres e da população LGBTQIAPN+ se apresenta como luta política. Joan Scott (1992) atenta para o fato de que não existirá trégua, no tocante à história das mulheres, para seus/suas praticantes, que estarão sempre sob o julgo de estarem fazendo uma história politizada, que não é fidedigna ou que é menos histórica. Mas a historiografia de gênero justifica o motivo de tais pesquisas e estudos estarem à margem da cientificidade histórica. Bonnie Smith (2003), na obra intitulada *Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica* ajuda a compreender como mesmo no século XIX embora existissem mulheres que experienciavam o sucesso acadêmico na Inglaterra e nos Estados Unidos, a maioria se dedicava à construção de uma história relegada aos espaços domésticos e informais, diferentemente dos homens que faziam parte de associações institucionais e profissionais. Em muitos casos essas mulheres

⁴⁹ De acordo com Lopes (2018, p. 85) “As pessoas cisgênero são as únicas que participam do debate histórico historiográfico no Brasil, gozam, portanto, de privilégios, efeitos de sua identidade de gênero, historicamente cristalizados.”

⁵⁰ “[...]a exclusão e o apagamento das mulheres foi efeito de uma dupla estratégia. De um lado, elas não foram incluídas no rol dos temas e dos objetos da História, baluarte de defesa de uma dada e histórica masculinidade, a branca, viril, eurocentrada, cisgênero e heterossexual. Ao mesmo tempo, por meio de várias estratégias de poder e de hierarquização, elas foram proibidas de ocupar postos acadêmicos institucionais como pesquisadoras, ou, mais precisamente, como historiadoras. A historiografia foi, por muito tempo, hostil às mulheres, às suas existências, histórias, memórias, narrativas e problematizações.[...]”. (LOPES, 2018, p. 79).

⁵¹ “[...]necessitamos reconhecer que se a História ainda se mantém atrelada a um centro político de produção de conhecimento e legitimação de verdades, este centro é balizado pela heteronormatividade, que se vê indissociável da escrita histórica dos sujeitos e das sexualidades. [...]”. (BRULON, 2018, p. 50).

(romancistas e historiadoras) eram tratadas como amadoras, embora contribuíssem para a construção formal da história. (RIBEIRO JÚNIOR, 2018).

Eles também praticavam a história mais privadamente em casa, arregimentando mães, esposas, filhas, cunhadas, primas e outros parentes do sexo feminino para o trabalho de pesquisa, arquivamento, editoração e até mesmo da própria escrita. Todos os créditos iam para o autor homem. (SMITH, 2003, p. 32).

O que é possível constatar nesse cenário é que tanto a área da história das mulheres quanto a área que estuda as relações de gênero e de sexualidades vinculadas à História, foram pejorativamente qualificadas como “politizadas”, seja pela sua vertente explicitamente feminista, em muitas ocasiões tida como menos profunda, menos preocupada com a história real, ou pelo fato de esta ser percebida como menos comprometida com a verdade dos fatos históricos. Assim, o que se percebe é que a História, notadamente a que é produzida nos programas de pós-graduação no Brasil, quando trata de pesquisas tocantes a gênero e sexualidades, é acusada de politizada, ao mesmo tempo em que aponta a politização de toda uma área de conhecimento que determina aquilo que é ou não história, quais os objetos históricos a serem analisados, quais conceitos e fontes devem servir a pesquisa histórica. (RIBEIRO JÚNIOR, 2018).

Os 129 cursos brasileiros de pós-graduação em História estão divididos em mestrado e doutorado acadêmicos e mestrado e doutorado profissionais⁵². Assim como é possível vislumbrar no quadro 1, sendo que a maior parte dos cursos possui viés acadêmico, muito embora nos últimos anos tenha aumentado a presença de mestrados profissionais na área, como é o caso do PROFHistória que tem como objetivo qualificar e oferecer formação para professores/as de educação básica.

QUADRO 1 – Número de Programas de Pós-Graduação em História no Brasil

Área de Avaliação	Total de Programas de pós-graduação						
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP
HISTÓRIA	82	26	0	9	0	44	3

ME: Mestrado Acadêmico

DO: Doutorado Acadêmico

MP: Mestrado Profissional

DP: Doutorado Profissional

ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico

MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira, 2022.

⁵² Os doutorados profissionais em História encontram-se em fase de implementação e devem entrar em funcionamento, provavelmente em 2023 ou 2024.

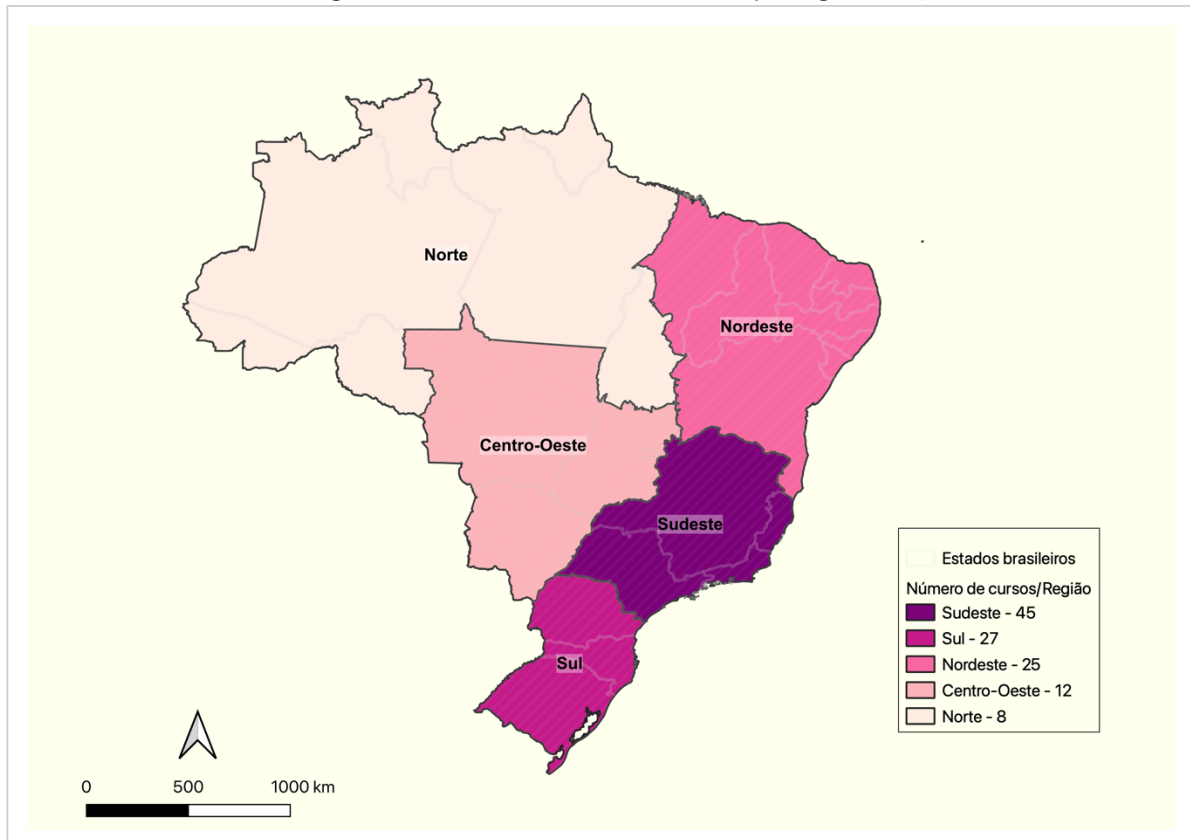
Antes mesmo de apresentar os trabalhos que compõem a amostra, cabe aqui uma referência à questão da divisão encontrada no BDTD CAPES para mestrados/doutorados acadêmicos, profissionais e profissionalizantes. Na amostra são encontrados trabalhos que foram construídos no Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais da Fundação Getúlio Vargas/RJ. Este mestrado foi criado em 2003 e encontra-se inserido na Área de Concentração de História, por isso a amostra conta com trabalhos do referido curso. Diferentemente é o ProfHistória⁵³, que conforme Silva, M. M. (2021a, p. 01),

É um Programa de Pós-Graduação em rede nacional que atualmente conta com 39 instituições de ensino superior associadas, com a coordenação geral da UFRJ. Aprovado em 2013, em contexto de ampliação dos mestrados profissionais da área de História e Educação e também de outros mestrados profissionais em rede, o curso é parte de uma política de indução da CAPES, estimulada pela área de História e integra o PROEB (Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica). Em 2020 já alcançou quase 2000 professores, nas cinco regiões do país, com a finalidade de oferecer formação continuada para docentes de História da educação básica que são selecionados a partir de um processo nacional unificado, pautado por critérios seletivos que priorizam aspectos teórico-metodológicos do campo da História e do Ensino de História.

A figura 3, a seguir, traz novamente as informações relativas aos cursos de Pós-Graduação em História no Brasil e sua distribuição regional, para reforçar como a concentração dos cursos é expressiva nas regiões Sul e Sudeste. São 72 cursos de mestrado e de doutorado apenas nas duas regiões, ou seja, mais da metade dos cursos de História, lembrando que são 129 cursos no total:

⁵³ Em 2015, em uma fala enquanto coordenador da área de História, o Professor Carlos Fico comentou sobre a resistência havida na implementação do ProfHistória. (FICO, 2015).

FIGURA 3 – Divisão regional brasileira de cursos de pós-graduação em História



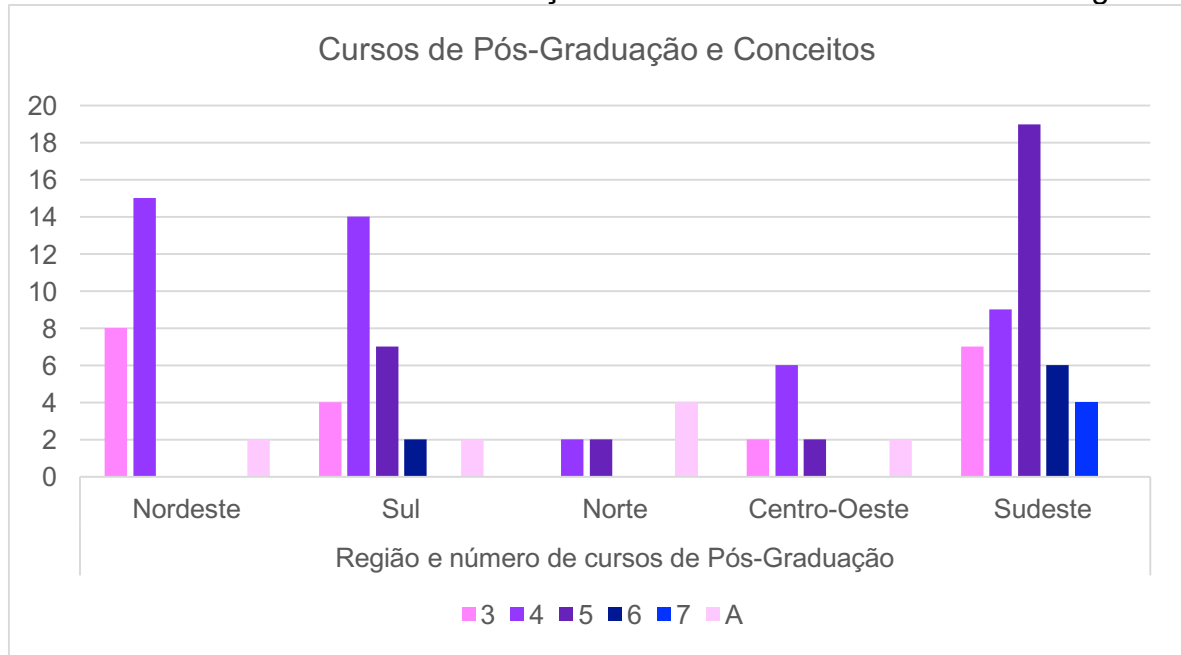
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira (2022) e do IBGE (2019).

Do mesmo modo como no caso de os Programas de Pós-Graduação estarem concentrados na região Sul e principalmente na região Sudeste, há também uma repetição de concentração quando são analisados os cursos de pós-graduação a partir dos conceitos avaliativos da CAPES. No Brasil apenas dois mestrados e dois doutorados em História receberam avaliação máxima (sete) na avaliação da CAPES (quadriênio 2013-2016), são cursos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da Universidade de São Paulo – USP (Gráfico 3), isso também pode influenciar na quantidade de recursos e bolsas de estudos que podem ser aplicados na pós-graduação. Os dois cursos mencionados não são referências na produção historiográfica sobre população LGBTQIAPN+ e isso tem influência inclusive na visibilidade que esse tipo de pesquisa recebe.

Há que se pensar ainda nas estruturas –institucionais, financeiras e avaliativas –que foram criadas para sustentar a produção de conhecimentos históricos no Brasil recentemente. A avaliação trienal/quadrinial que permeia o recorte desta pesquisa é uma estrutura em voga desde 2004 e apresenta seu primeiro resultado em 2007. Esta estrutura é e será determinante para a historicidade da pesquisa histórica no Brasil (e também para a produção de ciência nas Pós-Graduações como um todo), pois determina as estruturas –materiais –do que será viabilizado, ou não, enquanto ciência frente ao financiamento, ou não, dos Programas perante a nota avaliativa. [...] Pensamos também que este é um problema ou

acontecimento histórico em curso. E que tem junto aos Estados e aos Governos uma história e uma luta, pois não há ciência sem o aparato do Estado, conforme podemos notar no Governo contemporâneo no que diz respeito ao cenário de investigação científica – não existem boas perspectivas de financiamento, muito menos de ampliação da pesquisa no Brasil, na medida em que a promoção do corte de verbas e de bolsas de pesquisa caminha para a inviabilização da ciência. Tais cortes afetam, de imediato, os cursos mais periféricos ou recém-criados, em suma, a maioria não pertencente ao centro-sul do país. (FONTANINI, 2021, p. 20).

GRÁFICO 3 – Cursos de Pós-Graduação em História e conceitos: divisão regional



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira, 2021.

A construção da hegemonia do saber historiográfico pelo branco, masculino e heterossexual se concretiza com o estabelecimento de relações de poder praticadas em relação ao conjunto da sociedade. Nesse sentido, conforme Silva (2009), se faz necessário questionar o modo como persiste uma impermeabilidade na historiografia brasileira, que faz com que seja urgente o senso crítico para se entender quais os princípios que regem o discurso hegemônico da ciência, que resulta em silêncios e ausências, no caso analisado na presente dissertação, o silenciamento e a ausência são tocantes à população LGBTQIAPN+.

Para além dos desafios mencionados, há também outras questões que carecem de maior atenção. Iglésias (1971) já afirmava e Fico (2015) reforçou o fato de que há uma grande produção de teses e dissertações chamadas de *parochialistas*, ou seja, marcadamente empiristas que se legitimam a partir de uma relação com o local. É uma limitação, principalmente para os cursos mais novos de mestrado, entre eles alguns que ainda se encontram com pouca densidade tanto

teórica, quanto historiográfica. Esse tipo de constatação em relação à historiografia tem relação também com os critérios de avaliação da CAPES.

Segundo Fico (2015), a partir de 1990 houve uma proliferação de cursos de mestrado em História. Na sua origem mais remota, particularmente nos anos que envolvem a década de 1970 e 1980, a área de História foi marcada por uma espécie de reserva de mercado que delegou para o eixo Rio-São Paulo a incumbência de pesquisar História Geral, seja lá o que representa essa utopia, restando aos programas criados fora desse eixo a tarefa (mesmo que involuntária) de dedicar-se à História Local/Regional. Destaque-se que no ano de 1975, cerca de 90% das vagas de mestrado em História no Brasil, concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste e na mesma época não existiam cursos de doutorado em História no Brasil. (OLIVEIRA, 2018).

Diante da expansão da Pós-Graduação no Brasil, a média anual de dissertações defendidas em História nos anos 1970 era de 39. Passou-se para 66 nos anos 1980 e no período 1990/1994 para 148. [...] O que se pode dizer deste considerável aumento? Em primeiro lugar, trata-se de um crescimento da área (impulsionado pela criação de novos cursos de mestrado e doutorado nos últimos anos) que, infelizmente, não encontra uma contrapartida maiores financiamentos e bolsas por parte das agências nacionais de fomento a pesquisa. (FICO; POLITO, 1996, p. 168-169).

E diante disso, refletir sobre como ocorre a teoria histórica e a análise epistemológica da História como uma ciência (com toda a divergência que carrega essa concepção), envolve pensar o modo específico e profissional de elaboração de produção de conhecimentos acerca do passado de seres racionais humanos em sociedade. A fonte historiográfica passa a ser aquela que é comumente admitida por integrantes da corporação de profissionais historiadores/as. Esse grupo de profissionais é identificado a partir dos processos que são usados para abordar as “fontes informativas com que lida, para as articular e para elaborar os discursos mediante os quais narra, construtivamente, o processo temporal e ativo em que os homens se fizeram”. (MARTINS, 2002, p. 15).

Atentando ao fato de que cursos de Mestrado e de Doutorado se apresentam enquanto espaços de privilégio da produção do conhecimento formal e científico e que estudos sobre gênero/sexualidades tem recebido uma atenção especial no domínio da Pós-Graduação em História e em outras áreas do conhecimento, as temáticas servem como pano de fundo, como contexto para a compreensão de fenômenos que se relacionam à população LGBTQIAPN+. Ressalto este ponto pois as pesquisas sobre gênero/sexualidades no Brasil partem

de estudos sobre fenômenos que de alguma forma analisam situações referentes à população aqui estudada. Ou seja, são escassos os estudos sobre a teoria relativa a gênero/sexualidade ou sobre o seu desvelamento. Exemplificando a situação: no BDTD CAPES (1987-2018), na área de História, foram encontrados apenas dois trabalhos⁵⁴ que analisam o conceito de gênero e a sua relação com a área.

Ademais, a História é uma área do conhecimento que se pode chamar de masculina, pois como já mencionado acima, a partir de reforço teórico construído por Bonnie Smith (2003), a história praticada por mulheres era relegada aos espaços domésticos e privados. Os créditos de uma história construída cientificamente eram dados aos homens. Essa característica acaba servindo de sustentáculo para práticas acadêmicas comuns, como a escolha de certos temas que serão estudados, a eleição de certas ferramentas teóricas e metodológicas consagradas e a própria elaboração de perfis de congressos e seminários. É importante dizer isso para que novas produções historiográficas não caiam em certas armadilhas, como: assumir as referências masculinas da ciência exclusivamente, uma vez que o lugar central da enunciação do discurso historiográfico é, como mencionado, o homem branco, burguês e heterossexual, e tal posicionalidade faz com que a hegemonia das suas concepções em relação à gênero, raça e sexualidade se mantenham.

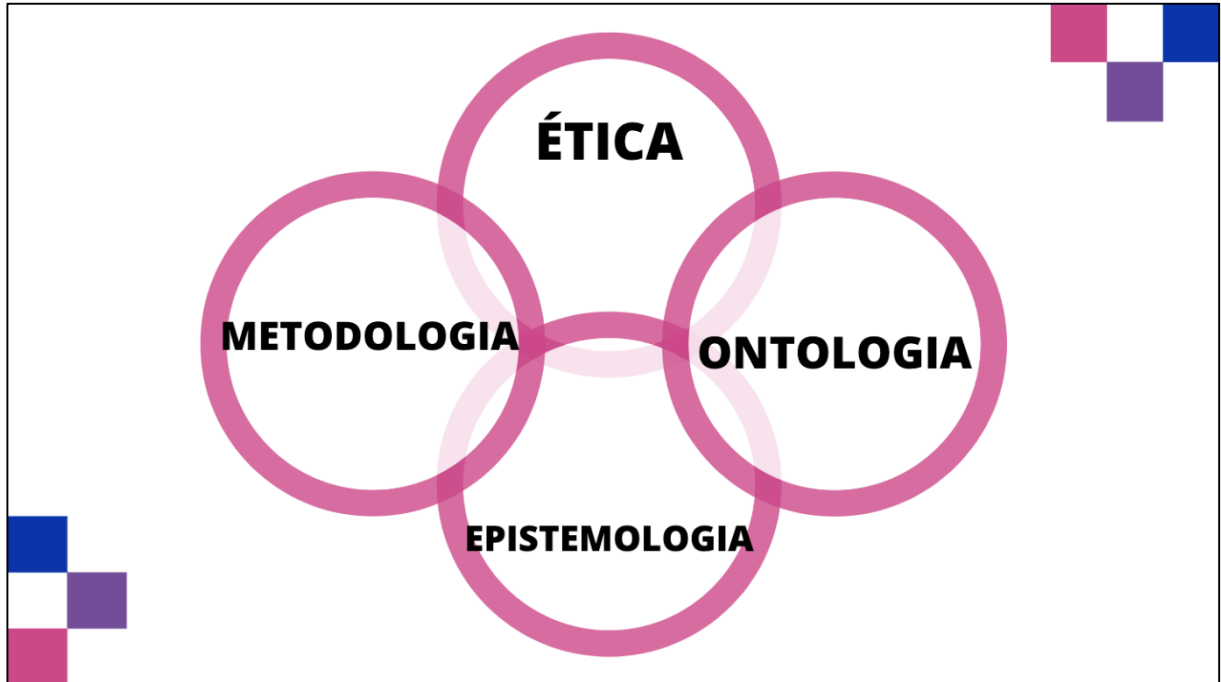
Esta discussão enseja também outros debates, que se referem à ética e à posicionalidade que cada pesquisador/a assume ao produzir um trabalho científico, tendo em vista que não se pode tergiversar sobre ética quando da análise de pesquisas. Há uma indissociabilidade entre Ética, Ontologia, Epistemologia e Metodologia (a figura 4 mostra essa correlação), e isso implica em ter consciência de que as discussões construídas em uma dissertação ou tese não ficarão limitadas a certos círculos ou nichos. Em outras palavras, é preciso ampliar, é preciso atingir outras pessoas e esta afirmação ganha maior relevância quando relacionada às questões de gênero e de sexualidade.⁵⁵ A visão de mundo de um/a pesquisador/a

⁵⁴ A dissertação de Andreza de Oliveira Andrade, intitulada “Interfaces das noções de gênero e sua cultura histórica”, defendida no PPGH da Universidade Federal da Paraíba, em 2008. E o trabalho de Karla Adriana Bessa: “(Entre) cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira. 1961-1996”, tese de doutorado defendida no PPGH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

⁵⁵ Este tipo de reflexão tem feito parte da minha prática docente e também da minha prática enquanto militante e pesquisadora do movimento LGBTQIAPN+. Nos últimos anos tenho recebido convites para conversar em escolas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, sobre questões de gênero e de sexualidade. E diante do atual cenário político, essas ações tem se tornado cada vez mais desafiadoras, por causa das represálias, tanto de políticos, quanto de pais/comunidade conservadores. Mas persisto por entender que isso também é um retorno que posso dar para

precisa estar/ser coerente com suas práticas e com a sua pesquisa. Ribeiro (2019, p. 28) afirma que “pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas, conversam entre si”.

FIGURA 4 – Correlação entre ética/metodologia/epistemologia/ontologia



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Mainardes (2021b e 2022), embora com foco na Educação, ressalta a importância de reflexão em relação à ética intrinsecamente correlacionada com a produção de conhecimento. Para somar ao diálogo, inclui o que pensa Karen Barad (2007), quando assevera que é impossível separar ética, da ontologia e da epistemologia. Avança com as considerações de Anna Stetsenko (2019), que esboça pensamento sobre isso a respeito do feminismo, da pedagogia crítica, das teorias raciais críticas, entre outras. Isso significa dizer também que a pesquisa deve ter como finalidade a transformação social.⁵⁶ Sendo assim, a partir de toda a caracterização supra descrita, a próxima seção trata do modo como se deu a formação do *corpus* de pesquisa, apresentando detalhamento quantitativo e espacial.

sociedade, daquilo que estudo, do que produzo. E também é um modo de não falar apenas para o meu círculo.

⁵⁶ O conceito de *ética-ontoepistemologia* (de Anna Stetsenko) foi traduzido do inglês e introduzido no Brasil a partir dos estudos desenvolvidos por Gregory Luis Rolim Rosa, orientando de Doutorado, em Educação, do Professor Jefferson Mainardes, no período de 2019-2023.

2.2 Caracterização do *corpus* da pesquisa

Primeiramente cabe mencionar que o processo de análise foi longo, pois na medida em que o estudo foi sendo desenvolvido, novas demandas foram aparecendo. Percebi que seria necessária a análise de mais elementos textuais que em um primeiro momento não haviam sido considerados (no início a seleção deu-se a partir do título, resumo e palavras-chave). Porém, em alguns trabalhos foi necessário acessar o sumário⁵⁷ e o conteúdo também, para ter certeza de que o trabalho se relacionava com a população analisada. Depois desse processo, os dados e informações gerais das produções foram organizados em uma planilha, para que então estas pudessem ser organizadas em quadros menores para melhor visualização e comparação.

Em relação ao período escolhido, considero o tempo de criação e última atualização acessada do banco de teses e dissertações da CAPES, 1987 e 2018, respectivamente. Além do mais, a presente proposta de pesquisa diferencia-se de outros estudos tendo em vista que o percurso metodológico da metapesquisa no Brasil fora considerado somente a algumas áreas do conhecimento, como a Educação⁵⁸, a Matemática⁵⁹, a Saúde⁶⁰. Na área de História⁶¹, não há indícios de produções que tomaram a metapesquisa como opção metodológica, como será melhor demonstrado adiante.

Com a pesquisa pretendo contribuir para a qualificação do conhecimento sobre a produção historiográfica a respeito de pessoas LGBTQIAPN+ em programas de pós-graduação brasileiros. No que tange à abordagem do problema, esta é predominantemente qualitativa, recorrendo-se a recursos quantitativos no processo de estruturação dos dados, ou seja, é uma análise que se baseia na interpretação sistemática visando o entendimento de determinado fenômeno, com objetivo de

⁵⁷ Isso aconteceu especialmente com trabalhos que versam sobre mulheres. Na grande maioria dos trabalhos não foi encontrada a definição na pesquisa sobre o foco ser de mulheres cisgêneras ou de mulheres transgêneras/travestis/transsexuais.

⁵⁸ O livro organizado pelo professor Jefferson Mainardes (2021a) e intitulado *Metapesquisa no campo da política educacional* é um exemplo.

⁵⁹ Para ilustrar cito a dissertação de mestrado de Cristiane Elise Reich Matioli denominada: *Metapesquisa dos referenciais teóricos de textos de sobre formação continuada de professores em modelagem matemática* (2019).

⁶⁰ Cito como exemplo o artigo de Carlos Eduardo Colpo Batistella, chamado *A noção de discurso na pesquisa em saúde coletiva: de recurso metodológico à abordagem teórica* (2020).

⁶¹ Porém, o trabalho de Fico e Polito (1996) aproxima-se bastante da sistemática utilizada na metapesquisa.

construir um “corpo organizado de conhecimentos”. (ESTEBAN, 2010, p. 127), podendo-se usar de quantificação de dados, contudo, o objetivo central está na análise interpretativa. Quanto aos seus objetivos, esta é uma pesquisa descritiva-analítica, já que o objetivo é tanto descrever, quanto analisar as características dos trabalhos que compõem a amostra, o *corpus*, as fontes (uso as três expressões como sinônimas. As duas primeiras por serem próprias do percurso desempenhado na metapesquisa e a última por relacionar-se à História. O *corpus* da pesquisa são as fontes históricas que analiso).

Como o foco principal é a análise de trabalhos, essa dissertação é caracterizada, quanto aos seus procedimentos, como uma *metapesquisa*, conforme definido por Tello e Mainardes (2015, p. 166), ou seja:

[...]a metapesquisa que empregamos é uma técnica qualitativa que busca observar analiticamente o processo de pesquisa presente em artigos, livros, teses, dissertações, etc, em termos de análise de conteúdo. Por esta razão, possui um enfoque centrado na análise interpretativa para compreender, por exemplo, em uma temática determinada, quais são os principais referentes teóricos, marcos teóricos e enfoques empregados nesse conjunto de produções acadêmicas.

O procedimento adotado para composição da amostra foi a análise de dissertações e de teses construídas em programas de pós-graduação em História no Brasil e que se encontram presentes no BDTD CAPES (1987-2018). A partir desse critério, ou seja, teses e dissertações em História, foram selecionados os trabalhos que possuíam temática relacionada à população LGBTQIAPN+, a partir da busca por termos específicos.

Importa mencionar que, para encontrar os trabalhos na área do conhecimento específico de História foi necessário usar uma busca com os termos *história*, *historia* e *hist'oria*. Isso se justifica pelos erros de digitação encontrados no BDTD CAPES (1987-2018). O mesmo aconteceu com os termos *gênero/genero*. No quadro 2 estão dispostos os termos (palavras-chave ou atributos descritores) – 23 no total –, utilizados para encontrar os trabalhos relacionados à população LGBTQIAPN+ (3.241 trabalhos).

As buscas foram feitas aleatoriamente. E pode ser que um termo se repita em mais de um trabalho. Como os trabalhos estão dispostos em software *Excel*, o *modus operandi* consistiu na inserção de filtros nas colunas que continham título, resumo e palavras-chave dos trabalhos inseridos no BDTD CAPES (1987-2018). Cada trabalho encontrado foi selecionado, copiado e inserido em um novo arquivo.

Este novo arquivo passou a compor o *corpus* da pesquisa propriamente dito. Tal explicação se deve em razão de que foram encontrados trabalhos sobre lésbicas, por exemplo, porém eles foram identificados a partir de outros descritores (como *mulher e mulheres*), utilizados na primeira busca e isso justifica o fato de no quadro abaixo apresentar o número zero para trabalhos sobre lésbicas. Mas em termos de implicações os resultados numéricos finais são os mesmos.

Importante mencionar, também, que os dados estão dispostos em dois períodos (1987-2012 e 2013-2018), pois existe essa separação também no BDTD CAPES (1987-2018), inclusive o segundo período contém um conjunto maior de características (por exemplo e-mail de cada autor/a e endereço eletrônico do repositório no qual o trabalho está depositado).

QUADRO 2 – Descritores utilizados na primeira seleção

Termos buscados no BDTD-CAPES (História, “Historia”, “Hist´oria”)	Primeiro-período (1987-2012)	Segundo-período (2013-2018)
Gênero/Genero	775	386
Sexualidade	72	79
Mulher/Mulheres	1.275	499
Feminino/Feminismo	83	59
LGBT/GLS/LGBTT	00	00
Homossexualidade/Homossexualismo	05	01
Gay	01 ⁶²	01 ⁶³
Lésbica/Lesbianismo	00	00
Travesti	00	00
Transexual/Trans/Transgênero(a)	00	00
Sodomia ⁶⁴	01 ⁶⁵	02
Bissexual	00	00
Queer	00	01
Intersex	00	00
Subtotal	2.212	1.029
Total	3.241	

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES, 2021.

O quadro 3 apresenta o grupo de trabalhos do primeiro período (1987-2012), resultante do primeiro refinamento da seleção de trabalhos encontrada. Depois de encontrar 3.241 trabalhos, a partir dos termos de busca usados, foi preciso fazer um refinamento, que resultou em 90 trabalhos. Dessa vez, foi necessária a leitura de cada resumo/título/palavras-chave. Pois, no caso de trabalhos com os termos

⁶² Cita dois autores, de sobrenome “Gay”, nas palavras-chave (Peter Gay e John Gay).

⁶³ Cita um autor, de sobrenome “Gay”, nas palavras-chave.

⁶⁴ “A sodomia era um ato condenável pelo Ofício da Sagrada Inquisição Instalado em Portugal, em 1553, assim como o segundo código penal português, que se aplicou no Brasil ao longo de todo o período colonial. Essa palavra de origem bíblica seria utilizada para se referir ao crime da penetração anal de um homem ou uma mulher, condenável à pena de morte.” (BRULON, 2018, p. 51).

⁶⁵ Trabalho sobre “Os cento e vinte dias de Sodoma” de autoria do Marquês de Sade.

mulher/es e *genero/gênero* muitos trabalhos versavam especificamente sobre história das mulheres (cisgêneras) e sem relação com questões de sexualidade ou orientação afetiva-sexual. Também, muitos trabalhos tratavam de outros adjetivos que se somaram ao termo gênero e que não possuíam relação com pessoas LGBTQIAPN+, como é o caso de: gênero musical; gênero alimentício; gênero literário; gênero cinematográfico; gênero biográfico; gênero narrativo; e gênero editorial.

QUADRO 3 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (1987-2012)
(continua)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Mestrado/ Doutorado*
1993	Eliana Maria Rea Goldschmidt	Convivendo com o pecado. Os "delitos da carne" na sociedade colonial paulista (1719-1822)	Doutorado
1994	Celeste M. B. Zenha Guimaraes	Homossexualismo: mitologias científicas	Doutorado
1994	Claudio Luiz Denipoti	Páginas de prazer. A sexualidade através da leitura no início do século	Mestrado
1997	Cristina Schettini Pereira	Um gênero Alegre: Imprensa e Pornografia no Rio de Janeiro (1898 - 1916)	Mestrado
1998	Claudio Roberto da Silva	Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo	Mestrado
2000	Karla Adriana Martins Bessa	(Entre) Cruzando Histórias: Gênero e Historiografia Brasileira 1961-96	Doutorado
2002	Ricardo Santa Rita Oliveira	Educação, gênero e modernidade. Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910	Doutorado
2002	Matha San Juan Franca	Repensando o Modelo para a Divulgação Científica: o caso da AIDS na imprensa brasileira (1981-2001)	Mestrado
2002	Rachel Correia Lima Reis	Erastés, Erómenos e os aristocratas atenienses	Mestrado
2003	Alencar Fernandes S. Filho	Apropriações (historiográfica e Intelectual) de Michel Foucault	Mestrado
2003	Leticia Fagundes de Oliveira	A cruzada eugênica no Brasil: eugenia e sexualidade nas décadas de 20 e 30	Mestrado

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No primeiro período é identificada a formação, se é mestrado, doutorado ou profissionalizante.

QUADRO 3 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (1987-2012)

(continuação)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Mestrado/ Doutorado*
2003	Darwin Santiago Amaral	Opressão e Resistência: Violência Policial contra Homossexuais na cidade de Belo Horizonte na década de 90	Mestrado
2003	Rodrigo Ceballos	"Os "maus costumes" nordestinos: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930)	Mestrado
2004	Edmar Henrique Dairell Davi	Homofobia: Intolerância, medo e ódio em Uberlândia - 1988/2001	Mestrado
2006	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	Será que ele é? - Sobre quando lampião da esquina colocou as cartas na mesa (1978-1981)	Mestrado
2006	José Carlos de Araújo Junior	A Metamorfose Encarnada: Tranvestimento em Londrina (1970-1980)	Mestrado
2008	Justina Franchi Gallina	Investigando o Olhar: as identidades queers nos filmes de Pedro Almodóvar (1999-2004)	Mestrado
2008	Sheila Rigante Romero	As construções discursivas acerca das práticas sexuais homoeróticas nos banquetes presentes nas produções literárias e iconográficas da Atenas clássica	Mestrado
2009	Pilar Rodriguez Belmonte	História da Homossexualidade: Ciência e Contra-Ciência no Rio de Janeiro (1970-2000)	Doutorado
2009	Daniel Barbosa dos Santos	Cultura política homoerótica entre a Grécia antiga e a (pós)modernidade: Cientificismo, Literatura e Historiografia	Doutorado
2009	Gabriel Natal Botelho Vitiello	A AIDS em Cena: Os Primeiros Protagonistas da Maior Epidemia no Final do Século XX	Mestrado
2009	Leticia Batista Rodrigues Leite	Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Linguística e Literatura	Mestrado
2010	Flávio Vilas-Bôas Trovão	O "Exército inútel" de Robert Altman: cinema e política (1983)	Doutorado
2010	Fábio Ronaldo da Silva	Ser ou não ser: A representação da virilidade nas capas da G magazine (1997-2007)	Mestrado
2010	Rogério da Silva Martins da Costa	Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal o Snob	Profissionalizante
2011	Eduardo Moreira Assis	O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modos de uma experiência subjetiva	Doutorado

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No primeiro período é identificada a formação, se é mestrado, doutorado ou profissionalizante.

QUADRO 3 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (1987-2012)

(conclusão)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Mestrado/ Doutorado*
2011	Miguel Rodrigues de Sousa Neto	Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos	Doutorado
2011	Sandro José da Silva	Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970	Mestrado
2011	Adriano Francisco Denardi	Poder e (des)ordem: preliminares de uma outra história – prostituição e o mercado do sexo em Joinville (1990 – 2010)	Mestrado
2012	Rita de Cassia Colaço Rodrigues	De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena	Doutorado
2012	Elizabeth Castelano Gama	Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de Joãozinho da Goméia (1914-1971)	Mestrado
2012	Claudia Patrícia Rivera Amarillo	A luta antivenérea no Rio de Janeiro (1940-1965)	Mestrado
2012	Neide Cordeiro de Oliveira	Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-2010) ⁶⁶	Mestrado

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No primeiro período é identificada a formação, se é mestrado, doutorado ou profissionalizante.

Outrossim, adensando a quantidade de trabalhos em relação ao primeiro período (1987-2012), o quadro 4 a seguir, apresenta os trabalhos que formam a amostra e que foram encontrados a partir da procura usando os termos descritores entre os anos de 2013 e 2018:

QUADRO 4 – Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018)

(continua)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Dissertação/tese*
2013	Caroline Stefany Depieri	Queer as folk - os assumidos: da TV às redes sociais	Dissertação
2013	Natalia Batista Peçanha	"Regras de civilidade": tecendo a masculinidade do smart nas páginas d'O Rio Nu (1898-1916)	Dissertação

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No segundo período é identificada a produção, se é dissertação ou tese.

⁶⁶ No BDTD CAPES (1987-2018), consta no título do trabalho o período de "1997-2001", provavelmente um erro de digitação. Mas no arquivo da pesquisa, o período inserido é 1970-2010.

QUADRO 4 - Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018)

(continuação)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Dissertação/tese*
2013	Hélio Secretario dos Santos	A morte do carteiro e outras histórias: crimes e masculinidades em Teresina nas décadas de 1970 e 1980	Dissertação
2013	Frederico Alves Mota	A renovação conservadora do catolicismo brasileiro e a homossexualidade - 1990/2010	Dissertação
2013	Fernando Bagiotto Botton	O homem da imagem e a imagem do homem: a construção da subjetividade masculina por meio dos retratos e periódicos de Curitiba na virada do século XIX para o XX	Dissertação
2014	Eliza da Silva Vianna	Alguma coisa aconteceu comigo?: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988/1996)	Dissertação
2014	Cassio Bruno de Araújo Rocha	Masculinidades e o tribunal do santo ofício da inquisição: a ação das visitas do santo ofício às capitâneas do Norte da América portuguesa na defesa da ordem patriarcal: séculos XVI e XVII	Dissertação
2014	Lais Medeiros Cavalcante	“Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho	Dissertação
2014	Renata Santos Maia	A diversidade e a paródia do gênero nos filmes Shrek: 2001 a 2010	Dissertação
2014	Rafael Freitas Ocanha	Amor, feijão, abaixo camburão - imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983) ⁶⁷	Dissertação
2014	Igor Henrique Lopes de Queiroz	As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)	Dissertação
2014	Eduardo Guilherme Piacsek	Eros em pauta: a sexualidade nas páginas do jornal Notícias Populares (1982 – 1984)	Dissertação
2014	Rafaella de Sousa Silva	Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense	Dissertação
2014	Douglas Josiel Voks	Masculinidades em publicidades da revista Veja (década de 1970)	Dissertação
2014	André Luiz Lorenzoni	No encaço do desejo: a homossexualidade em discursos - Chapecó/SC (1980-2010)	Dissertação
2014	Adilio Luiz da Silveira Neto	Nós e o que falavam de nós subjetividades e discursos jornalísticos - HIV/AIDS em Criciúma (1986-1996)	Dissertação

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No segundo período é identificada a produção, se é dissertação ou tese.

⁶⁷ No BDTD CAPES (1987-2018), consta no título do trabalho o período de “1983-1983”, provavelmente um erro de digitação. Mas no arquivo da pesquisa, o período inserido é 1979-1983.

QUADRO 4 - Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018)

(continua)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Dissertação/tese*
2014	Wallas Jefferson de Lima	O entremeio de uma vida: o pecado de sodomia à luz do processo inquisitorial de Luís Gomes Godinho (1646-1650)	Dissertação
2014	Italo Cristiano Silva e Souza	Por uma epistemologia do abjeto: a AIDS e o regime de verdade produzido pela imprensa em Teresina na década de 1980	Dissertação
2015	Ciro Linhares de Azevedo	“O amor ainda está aqui”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande – PB	Dissertação
2015	Mariana Quadros Gimenez	“Saindo do armário”, porque é tempo de abertura: memória, identidades e representações por meio do lampião da esquina (1978-1981)	Dissertação
2015	Camila Diane Silva	(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do presídio regional de Joinville (2003-2013)	Dissertação
2015	Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão filho	(Re/des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans e ex-trans em narrativas orais e do facebook	Tese
2015	Daniel Vital dos Santos Silva	A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900) ⁶⁸	Dissertação
2015	Paulo Roberto Souto Maior Junior	Assumir-se ou não assumir-se? O lampião da esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)	Dissertação
2015	Elias Ferreira Veras	Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico	Tese
2015	Clara Eliana Cuevas	Corpos abjetos e amores malditos: homossexualidade, anonimato e violência institucional na ditadura stronista em Assunção, 1959	Dissertação
2015	Ronaldo Pires Canabarro	Fazendo travestis - identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)	Dissertação
2015	Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso	Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)	Dissertação
2015	Varlei Rodrigo do Couto	Mariposas da noite, amantes da escuridão: prazer e erotismo na prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1960-1980)	Dissertação

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No segundo período é identificada a produção, se é dissertação ou tese.

⁶⁸ No BDTD CAPES (1987-2018), consta no título do trabalho o período de “1850-1890”, provavelmente um erro de digitação. Mas no arquivo da pesquisa, o período inserido é 1850-1900.

QUADRO 4 - Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018)

(continuação)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Dissertação/tese*
2015	Talita Goncalves Medeiros	O que eu sei, o que eu acho e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades	Dissertação
2015	Matheus Rodrigues Pinto	Reconstruindo as muralhas de Sodoma: homossexualidade no mundo luso-brasileiro no século XVII	Dissertação
2016	Redson dos Santos Silva	“Sob cuidados médicos”: homossexualidade masculina nos prontuários do pinel (1920-1940)	Dissertação
2016	Rodrigo Ramos Lima	“Terra de ninguém ou a terra de todo mundo”: A aplicação de hormônios em homossexuais no laboratório de Antropologia criminal do Rio de Janeiro (1931-1951)	Dissertação
2016	Anderson Francisco Ribeiro	Desnudando a ditadura militar: as revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)	Tese
2016	Filipe Noe da Silva	Gênero e poder no império romano: considerações sobre o imperador Adriano	Dissertação
2016	Jonas Christmann Koren	Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013).	Dissertação
2016	Alexandre Magno Maciel Costa e Brito	O Lâmpião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)	Dissertação
2016	Benedito Inácio Ribeiro Júnior	Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma, 80-121 d. C.)	Dissertação
2016	Sergio da Silva Machado Junior	Políticas públicas sobre sexualidade e educação em mato grosso: Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras	Dissertação
2016	Diogo Seixas Petersen	Uma igreja de luta, resistência e fé! A igreja Batista Nazareth. (1974 - 1990)	Dissertação
2017	Ronielyssom Cezar Souza Pereira	“Gay-macho”, “travesti” ou “bicha pintosa”: A produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal lâmpião da esquina (1978-1981)	Dissertação
2017	Fabio Ronaldo da Silva	As porosidades do tempo: velhos e velhices nas publicações homoeróticas brasileiras (1978 - 2013)	Tese
2017	Rivelynno da Costa Lins	Corpos LGBTQTS no espaço público: práticas de liberdade na cidade do Recife nos anos 2000	Dissertação
2017	Natanael de Freitas Silva	Dzi croquettes: invenções, experiências e práticas de si. Masculinidades e feminilidades vigiadas	Dissertação

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No segundo período é identificada a produção, se é dissertação ou tese.

QUADRO 4 - Refinamento da primeira seleção e formação do corpus (2013-2018)

(conclusão)

Ano	Autor/a	Título do trabalho	Dissertação/tese*
2017	Daniana Oliveira Bispo	Sodomitas "de cor" ante a inquisição portuguesa (Bahia, c. 1644 a c. 1646)	Dissertação
2017	Isadora Damasceno Ribeiro de Oliveira Leite	Subjetividade trans: a invisibilidade do sujeito nos jogos de verdade	Dissertação
2017	Anderson da Cruz Nunes	Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no congresso nacional brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014)	Dissertação
2018	Ronaldo Manoel da Silva	"Seja declarado por convicto e confesso no crime de sodomia": uma microanálise do processo inquisitorial do artesão Manoel Fernandes dos Santos (1740-1753) Recife	Dissertação
2018	Augusta da Silveira de Oliveira	"Tenho o direito de ser quem eu sou": o movimento de travestis e transexuais em porto alegre (1989-2010)	Dissertação
2018	Gessica Aline Silva	"Entre o "new society" e o "xilindró": discursos construtores de masculinidades e feminilidades na folha do Norte do Paraná (1965 - 1973)	Dissertação
2018	Diogo Marialva Moraes	A igreja anglicana e a homossexualidade: uma análise dos debates sobre sexualidade nas conferências de Lambeth entre 1988 a 2008	Dissertação
2018	Joao Diogo Cordeiro Araújo	Estéticas da existência e sexualidade operária: discursos LGBTTTTS no chão de fábrica em Campina Grande - PB (2009 - 2016)	Dissertação
2018	Filipe Santos das Mercês	Inquisição, bigamia e sodomia no estado do Grão-Pará e Maranhão	Dissertação
2018	Rafael França Gonçalves dos Santos	Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017	Tese
2018	Alexandre Cozer	Os falos de Priapo e as masculinidades romanas: sexo, humor e religião na Priapeia (Circas Séc. I D. C.)	Dissertação
2018	Gerferson Damasceno Costa	Prazeres revelados: produção de sentidos de consumo e subjetividade na Revista G Magazine	Dissertação
2018	Jorge Luiz Teixeira Ribas	Reinaldo Arenas: revolução, nação e homoerotismo em Cuba (1959-1980)	Dissertação

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

*No segundo período é identificada a produção, se é dissertação ou tese.

O quadro 5 apresenta o número total de trabalhos do *corpus* e o ano em que foram defendidos, com maior expressão no período compreendido entre 2014 e 2015, cada ano com 13 trabalhos. Os trabalhos têm um aumento no quantitativo total a partir dos anos 2000. Como já mencionado no primeiro capítulo, a tomada de decisão que envolve a escolha de temáticas e as prioriza envolve questões políticas

e internas dos programas de pós-graduação. Na década de 1990 outros temas estavam em evidência na História, como política e eleições, por exemplo.

QUADRO 5 – Total de trabalhos defendidos por ano (1993-2018)

Ano	Número de Trabalhos
1993	1
1994	2
1997	1
1998	1
2000	1
2002	3
2003	4
2004	1
2006	2
2008	3
2009	4
2010	3
2011	4
2012	4
2013	5
2014	13
2015	13
2016	9
2017	7
2018	10
Total	90

Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

No quadro 6 estão dispostos o número e a classificação das pesquisas por ano. A primeira dissertação localizada no BDTD CAPES (1987-2018) e que tratou de tema referente à população LGBTQIAPN+ foi defendida em 1993⁶⁹. Até julho de 2018 (última atualização acessada do banco de dados) já foram defendidas 74 (setenta e quatro) dissertações, 15 (quinze) teses e 01 (um) trabalho de mestrado profissionalizante referentes à temática analisada.

⁶⁹ É o trabalho intitulado *Convivendo com o pecado. Os "delitos da carne" na sociedade colonial paulista (1719-1822)*, de autoria de Eliana Maria Rea Goldschmidt. Na pesquisa, a autora analisa as denúncias levadas ao Tribunal episcopal pela sociedade paulista e reconstrói a convivência dos colonos que se atreveram a burlar as normas eclesiais cometendo lenocínio, a sedução, o estupro, o concubinato, a sodomia e a bigamia. Embora não esteja digitalizada no BDTD CAPES, a pesquisa foi publicada em livro, em 1998, pela editora Annablume.

QUADRO 6 – Número e tipo de pesquisa por ano (1993-2018)

Ano	Número de dissertações	Número de teses	Profissionalizante	Total
1993	0	1		1
1994	1	1		2
1997	1	0		1
1998	1	0		1
2000	0	1		1
2002	2	1		3
2003	4	0		4
2004	1	0		1
2006	2	0		2
2008	2	0		2
2009	2	2		4
2010	1	1	1	3
2011	2	2		4
2012	3	1		4
2013	5	0		6
2014	13	0		14
2015	11	2		3
2016	8	1		9
2017	6	1		7
2018	9	1		10
Total	74	15	1	90

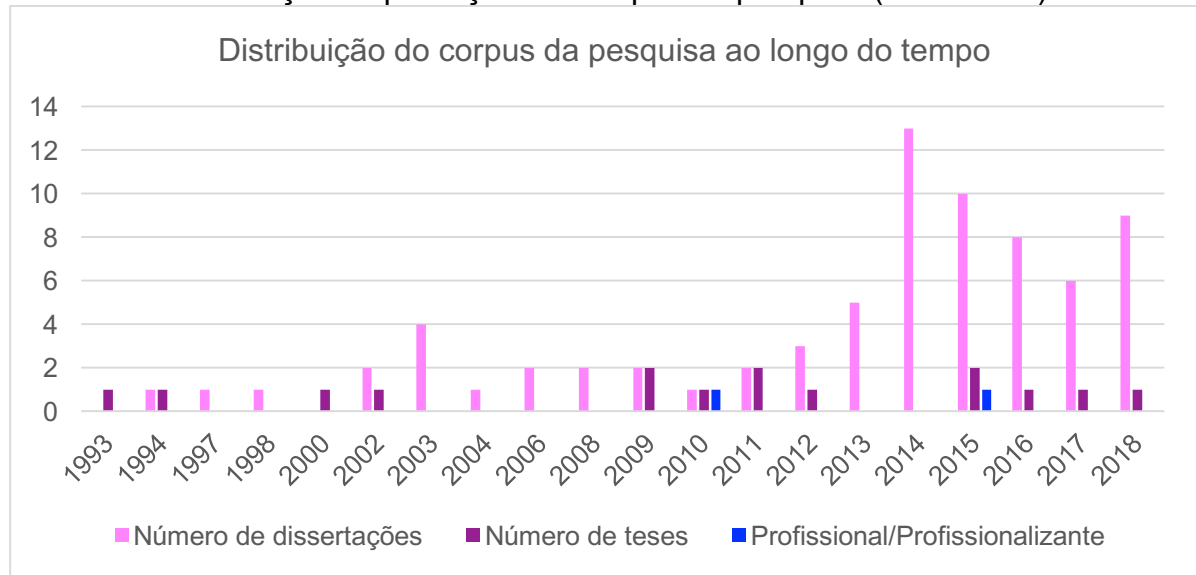
Fonte: organizado pela autora a partir de dados obtidos no BDTD-CAPES (1987-2018), 2022.

Para melhor compreensão do avanço das produções ao longo dos anos, o gráfico 4 apresenta o número de trabalhos defendidos entre 1993 e 2018. Nesta representação é possível perceber que as produções tiveram significativo aumento após o ano de 2012, com algumas oscilações (como é o caso do ano de 2017). Existem lacunas em certos anos, como a total ausência de trabalhos no *corpus* da pesquisa, como em 1995, por exemplo. Em artigo publicado em 1996, Carlos Fico e Ronald Polito analisaram teses e dissertações defendidas justamente em 1995 na área de História. E constataram que

Se pensarmos em termos de abordagens 'tradicionais' e 'renovadoras', cabe destacar, igualmente, a situação do que se convencionou chamar de nova história. São poucos os trabalhos que você poderia classificar estritamente desta forma, que abordem, por exemplo, os temas clássicos da *Nouvelle Histoire* francesa, como sexualidade e magia. Entretanto, é muito grande o poder de renovação desta tendência, que se expressa, muitas vezes, através da utilização de um jargão próprio sem que, entretanto, isto signifique uma adesão radical à crítica antiteoricista ou a escaninhos teórico-conceituais comuns a nova história. (FICO; POLITO, 1996, p. 170).

Na sequência, os mesmos autores questionam se tais questões seriam “concessões às modas acadêmicas?”. (FICO; POLITO, 1996, p. 170). Em 1996 não tiveram resposta para tal questionamento e supuseram que a resposta estivesse atrelada à recepção de autores/as no Brasil. Na época Judith Butler, por exemplo, contava com suas primeiras traduções para a língua portuguesa, que datavam de 1990 e aos poucos difundiam-se pela América Latina⁷⁰. Outra referência importante que pode ser citada aqui a par de Judith Butler (ou mais que ela) – é a tradução de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott, publicada no periódico *Educação&Realidade*⁷¹ em 1990. Possivelmente isso justifique a incipiente produção relativa à sexualidade, gênero e população LGBTQIAPN+ para a época.

GRÁFICO 4 – Avanço das produções do corpus da pesquisa (1993-2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Do gráfico supra destaco a queda na produção no ano de 2017. Embora entenda que a construção de uma dissertação leve em torno de dois anos e de uma tese envolva mais ou menos quatro anos, a hipótese é de que nos últimos tempos a expressão *Doutrinação Ideológica* tem feito parte do cotidiano de professores e

⁷⁰ O primeiro livro da autora foi traduzido para o português, no Brasil, por Renato Aguiar com o nome *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado pela Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. Mas, em Portugal, as primeiras traduções remontam ao início da década de 1990. “Antes da publicação de *Problemas de gênero*, no Brasil, em 2003, os primeiros excertos de textos de Judith Butler traduzidos para o português foram o artigo “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1990, e a introdução do livro *Bodies that Matter*, publicado em inglês em 1993, e que ganhou a tradução para o português da educadora Guacira Lopes Louro sob o título *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, em uma coletânea organizada pela própria Louro, em 1999.” (SILVA M. M. V., 2021b, p. 33-34).

⁷¹ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3059/325>. Em 1995 foi publicada, no mesmo periódico, uma versão revisada do texto traduzido.

professoras, sobretudo a partir da sua propagação pelo conhecido movimento *Escola sem Partido*, o que resultou na construção de um imaginário de que a educação e, principalmente, aquela encontrada em escolas públicas, impõe um pensamento, que normalmente é associado ao comunismo, ao marxismo e a questões de gênero e de sexualidade. Nesse caso, o único objetivo seria desviar crianças e adolescentes de um perfeito caminho correto. O reforço legitimador dessa narrativa ganhou respaldo em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro, que em seu plano de governo claramente adotou a retórica do mencionado movimento, identificando as escolas de então como espaços de “forte doutrinação”, com conteúdos e métodos educativos que incentivarão a “sexualização precoce” e que seria necessário “expurgar a ideologia de Paulo Freire”. (BOLSONARO, 2018, p. 41 e 46).⁷²

Outrossim destaco a média de trabalhos e sua distribuição nas universidades. A produção sobre gênero, sexualidades e população LGBTQIAPN+ não é uma produção que sobrepuja no eixo Rio-São Paulo e suas capitais. Ao contrário e apenas para exemplificar a situação, os principais periódicos sobre o tema encontram-se sediados em Campinas, interior do estado de São Paulo (*Cadernos Pagu*) e em Florianópolis (*Revista de Estudos Feministas*)⁷³. Assim, não é de se estranhar que boa parte das produções também esteja localizada nessas universidades (UNICAMP com nove trabalhos e UFSC com cinco trabalhos). Os trabalhos são produzidos mais recentemente em núcleos e isso ultrapassa as linhas de pesquisa e congrega pesquisadores/as que têm interesses próximos e comuns.

Para demonstrar melhor tal informação, ressalto que os trabalhos que analiso possuem representação em todas as regiões brasileiras, sendo que as universidades que concentram mais trabalhos são a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (9 trabalhos); a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (6 trabalhos

⁷² Sousa Neto (2018, 22-23) declara que “trata-se de um levante em que conservadores e reacionários se irmanam para deter setores progressistas da sociedade que, a partir de meados do século passado, por meio do tensionamento dos movimentos sociais (organizados e difusos), conseguiram ampliar direitos e diminuir densos processos de subalternização, empobrecimento, violência e morte. Deste movimento de freagem tem participado grupos religiosos (católicos, protestantes, pentecostais e neo-pentecostais), parlamentares e, no Brasil, siglas como MBL (Movimento Brasil Livre) e arrivistas recém-chegados como o ex-ator pornô Alexandre Frota”.

⁷³ O surgimento da *Revista de Estudos Feministas*, em 1992, e do *Cadernos Pagu*, em 1993, possui relevante importância na disseminação dos estudos feministas em âmbito nacional, para o desenvolvimento e amadurecimento do campo teórico de estudo de gênero; possibilitando, assim, o fortalecimento do diálogo entre os pesquisadores destas áreas”. (SOUZA; BENETTI, 2015, p. 02).

cada); seguidas de Universidade de São Paulo – USP e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (5 trabalhos cada); Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e Universidade Federal do Paraná - UFPR (com 4 trabalhos cada); Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e Universidade Federal Fluminense – UFF (3 trabalhos cada); Universidade Estadual Paulista de Assis – UNESP/ASS, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade de Passo Fundo – UPF, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (2 trabalhos cada); e Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Universidade Federal de Grandes Dourados – UFGD, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade de Brasília – UNB, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e Universidade Severino Sombra⁷⁴ – USS (1 trabalho cada).

QUADRO 7 – *Corpus* da pesquisa e distribuição regional

(continua)

REGIÃO	UF	IES	TRABALHOS	TOTAL/UF	TOTAL/REGIÃO
Norte	Pará	UFPA	1	1	1
Nordeste	Bahia	UFBA	2	3	16
		UNEB	1		
	Paraíba	UFPG	6	6	
	Pernambuco	UFPE	3	5	
		UFRPE	2		
Piauí	UFPI	2	2		

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira, 2022.

⁷⁴ Também é identificada como Universidade de Vassouras.

QUADRO 7 – *Corpus* da pesquisa e distribuição regional

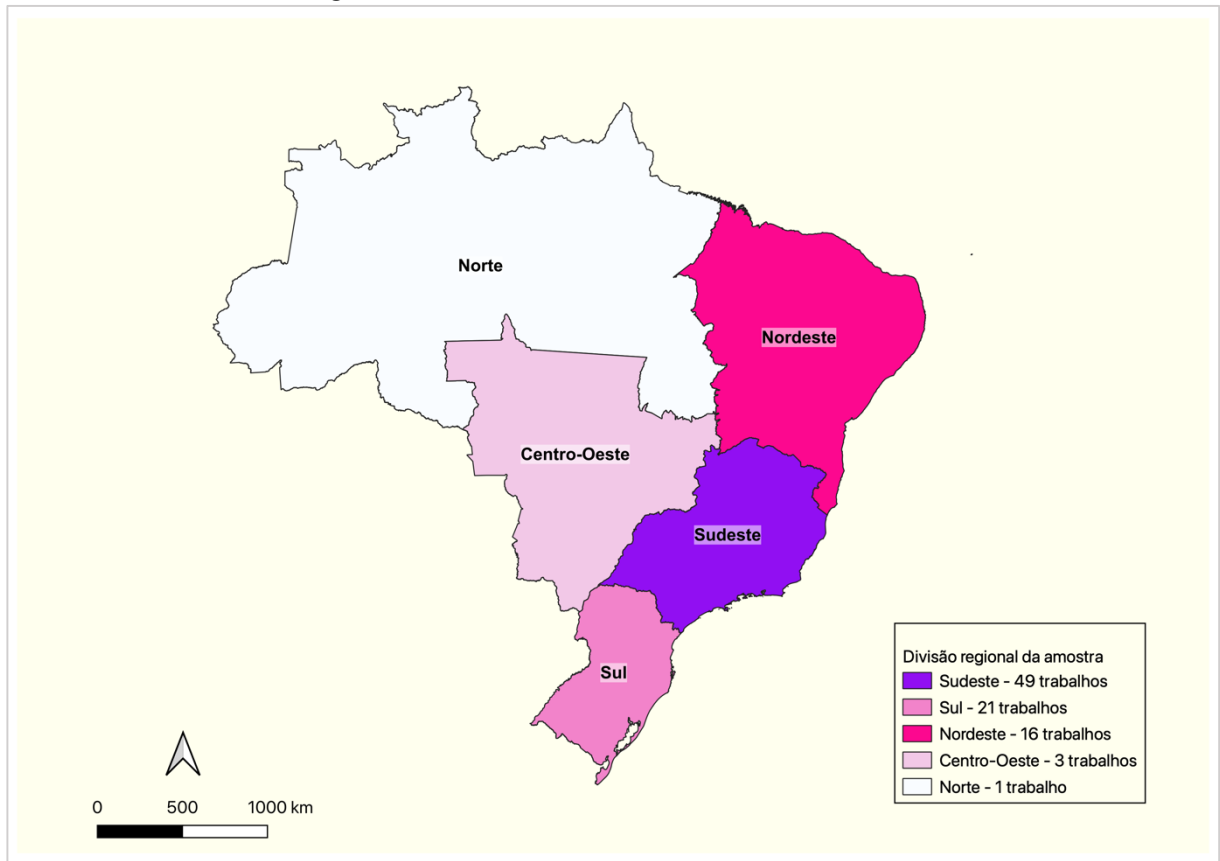
(conclusão)

REGIÃO	UF	IES	TRABALHOS	TOTAL/UF	TOTAL/REGIÃO
Sudeste	Minas Gerais	UFMG	2	10	49
		UFU	4		
		UNIMONTES	4		
	Rio de Janeiro	UFRJ	3	15	
		UFRRJ	3		
		UFF	3		
		FIOCRUZ	4		
		FGV	1		
		USS	1		
	São Paulo	USP	5	24	
		UNICAMP	9		
		UNESP	3		
PUC		6			
UNIVERSO		1			
Centro-oeste	Distrito Federal	UNB	1	1	3
	Goiás	UFGD	1	1	
	Mato Grosso	UFMT	1	1	
Sul	Paraná	UFPR	4	9	21
		UNICENTRO	1		
		UNIOESTE	4		
	Rio Grande do Sul	UFRGS	1	5	
		UFPEL	1		
		UPF	2		
		FURG	1		
	Santa Catarina	UFSC	5	7	
		UDESC	2		
TOTAL DE TRABALHOS					90

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Plataforma Sucupira, 2022.

O *corpus*, por conter trabalhos de todas as regiões brasileiras, se mostra enquanto um indicador de potencialidade de pesquisas que possuem como foco temáticas relativas à população LGBTQIAPN+, que se abrem para outras perspectivas e investigações. A figura 5 ilustra a divisão dos trabalhos do *corpus* por região brasileira, indo na mesma direção de concentração correspondente também à maior presença de programas de pós-graduação em História nas regiões Sudeste e Sul.

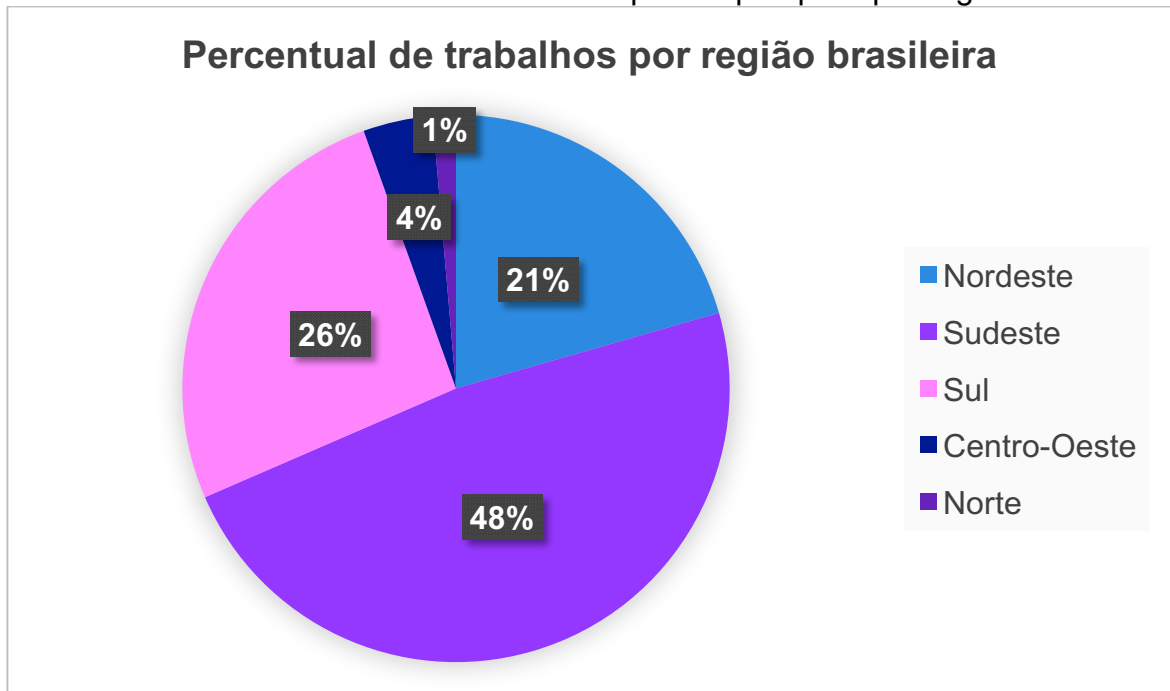
FIGURA 5 – Divisão regional brasileira dos trabalhos da amostra



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do BDTD CAPES (1987-2018), 2022. E do IBGE (2019).

É interessante estabelecer o paralelo que existe desde a criação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e especificamente em História. Embora tenha havido uma pulverização dos cursos de mestrado e de doutorado, estes ainda se concentram em duas regiões: Sul e Sudeste. E mesmo o *corpus* envolvendo trabalhos de todas as regiões brasileiras, estas duas regiões juntas concentram quase 74% das dissertações e teses analisadas. A partir da figura abaixo (Gráfico 5) reforça-se que as regiões Sul e Sudeste concentram 71 do total dos trabalhos que compõem o *corpus* da pesquisa. E como dito alhures, isso se dá em razão da alta presença de cursos de mestrado e de doutorado nessas regiões.

GRÁFICO 5 – Percentual de trabalhos do corpus da pesquisa por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Partindo da reflexão que envolve profissionais de história o quadro 8, abaixo, descreve quais professores/as orientaram mais de um trabalho no *corpus*, destacando-se os/as professores/as Rosilene Dias Montenegro (Universidade Federal de Campina Grande), Durval Muniz de Albuquerque Junior (Universidade Estadual da Paraíba) e Eronides Camara de Araújo (Universidade federal de Campina Grande), com três trabalhos orientados cada.

Também é de se registrar o fato da relativa ausência de relação genealógica entre os nomes apresentados, destacando-se apenas a professora Rosilene Dias Montenegro que foi orientada no seu doutorado pela professora Maria Stela Martins Bresciani (Universidade Estadual de Campinas), que também consta no quadro por ter orientado dois trabalhos.

QUADRO 8 – Orientadores(as) com dois ou mais trabalhos orientados (1987-2018)

Orientador(a)	Número de trabalhos orientados	Universidade
Rosilene Dias Montenegro	3	Universidade Federal de Campina Grande
Durval Muniz de Albuquerque Junior	3	Universidade Estadual da Paraíba
Eronides Câmara de Araújo	3	Universidade federal de Campina Grande
Fernando Kolleritz	2	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Maria Stella Martins Bresciani	2	Universidade Estadual de Campinas
Fabio Henrique Lopes	2	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Ivete Batista da Silva Almeida	2	Universidade Federal de Uberlândia
Ivonete Pereira	2	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Janine Gomes da Silva	2	Universidade Federal de Santa Catarina
Manoel Ricardo Arraes Filho	2	Universidade Federal do Piauí
Marcio Antônio Both da Silva	2	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Embora ausente no quadro supra, o nome da Professora Raquel de Soihet, com um trabalho orientado, também é visto na amostra, assim como o nome da Professora Joana Maria Pedro (ambas são destaques na área de História das Mulheres e Estudos de Gênero). Em consulta à Plataforma Acácia⁷⁵, que registra a genealogia a partir das relações existentes em programas de pós-graduação no Brasil, analisando os cinquenta maiores índices genealógicos (que apontam o número de descendentes na academia), são encontrados os/as seguintes professores/as: Maria Stella Martins Bresciani (9º lugar), Rachel de Soihet (16º lugar), Joana Maria Pedro (31º lugar) e Durval Muniz De Albuquerque Júnior (32º lugar) (PLATAFORMA ACÁCIA, 2019). O quadro 9 identifica pesquisadores/as que aparecem nas dez primeiras posições quando investigada a área de História.

⁷⁵ A Plataforma Acácia foi concebida com o intuito de documentar as relações formais de orientação no contexto dos programas de pós-graduação brasileiros (a última atualização de dados acessada foi de 2019). Isto é feito utilizando dados disponibilizados pela Plataforma Lattes, que atualmente concentra em torno 6,3 milhões de currículos acadêmicos. Maiores informações podem ser obtidas no endereço eletrônico da plataforma: <http://plataforma-acacia.org/>.

QUADRO 9 – Descendência e Índice genealógico/História

Posição	Nome	Instituição	Descendência*	Índice genealógico**
1	Jose Murilo De Carvalho	Escola de Guerra Naval, EGN, Brasil	3279	16
2	José Jobson De Andrade Arruda	Universidade De São Paulo	2995	16
3	Nanci Leonzo	Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	1045	16
4	Maria Odila Leite Da Silva Dias	Pontifícia Universidade Católica	1532	15
5	Dea Ribeiro Fenelon	Pontifícia Universidade Católica De S Paulo	1295	15
6	Maria Helena Rolim Capelato	Universidade De São Paulo	1622	14
7	Maria Antonieta Martines Antonacci	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	853	14
8	Carlos Guilherme Santos Serôa Da Mota	Universidade Presbiteriana Mackenzie	6380	13
9	Maria Stella Martins Bresciani	Universidade Estadual De Campinas	1534	13
10	Ciro Flamarion Santana Cardoso	Universidade Federal Fluminense	1385	13

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Plataforma Acácia (2019), 2022.

*Número de descendentes diretos e indiretos.

**Maior número de descendentes que possuem descendentes

Orientadores (as) dos trabalhos que compõem a amostra estão atuando em 46 linhas de pesquisa identificadas nos trabalhos do *corpus*. A elaboração criativa de áreas de concentração e de especificidades de pesquisa que não se mostrem generalistas é uma tendência da área de História. Se nas décadas de 1970 e de 1980 era necessário possuir programas mais abrangentes, em 2022 o que se percebe é um movimento contrário. Para Fico (2015, p. 1.022),

Linhas de pesquisa muito generalistas não apresentam significado algum e coexistem com grupos efetivamente dinâmicos que estudam temas como escravidão, história ambiental, ditadura militar. A questão é como essas agendas específicas se inserem nesse formato generalista que no passado fazia algum sentido, mas que hoje representa uma crise frente a essa demanda de especialização. [...] Alguns programas de pós-graduação não têm aproveitado a potencialidade dessas especificidades: contam com abordagens metodológicas ou 'especialidades' em suas áreas de concentração, mas pesquisam de tudo. Portanto, a escolha de áreas de concentração e linhas de pesquisa é absolutamente estratégica para a configuração de um programa ou de um núcleo de pesquisadores como referência na área.⁷⁶

⁷⁶ Na sua análise Fico (2015, p. 1.022) cita como exemplos os casos de duas universidades. "Na Universidade Federal do Pará uma equipe enxuta, muito boa, propôs a criação de um programa em história social da Amazônia, com grande apoio da universidade e pessoal qualificado que já tinha produção nessa linha. Eles logo conseguiram criar o doutorado e rapidamente progrediram da nota quatro para a cinco, tornando-se o primeiro programa com essa pontuação no norte do Brasil. Isso

Para tratar das linhas de pesquisa dos trabalhos, as que concentram mais pesquisas são: *Cultura, poder e identidades* (5 trabalhos); e *Cultura, relações sociais e gênero* e *Relações de poder e subjetividades* (ambas com 4 trabalhos). Os demais trabalhos encontram-se distribuídos nas linhas de pesquisa do quadro 10:

QUADRO 10 – Linhas de pesquisa

(continua)

Linhas de Pesquisa*	Total de trabalhos por linha de pesquisa	Universidade
Cultura e Cidade	2	PUC/SP
Cultura e identidades	2	UNIOESTE
Cultura e memória	3	UFPE
Cultura e patrimônio	2	FUPF
Cultura e Representação	2	PUC/SP
Cultura e sociedade	2	UFF
	1	UFBA
		UFF
		UFBA
Cultura, historiografia e patrimônio	1	UNESP/ASS
Cultura, Patrimônio e Memória	1	UFRPE
Cultura, poder e identidades	5	UFCG
Cultura, relações sociais e gênero	4	UNIMONTES
Culturas Políticas e Sociabilidades	2	UDESC
Ensino de história, memória e patrimônio	1	UFMT
Espaços simbólicos, ambiente e corporeidades	1	UNICENTRO
Estado e poder	1	UNIOESTE
Estudos sobre trajetórias de populações afro-brasileiras.	1	UNEB
Fronteiras, identidades e representações	1	UFGD
Gênero, Identidades e Cultura Material	2	UNICAMP
Gênero, subjetividades, cartografia e cultura material	2	UNICAMP
História Comparada das Diferenças Sociais	1	UFRJ
História cultural das práticas educativas	1	UFCG
História cultural, memórias e identidades	1	UNB
História da Cultura	2	USP
História da Medicina e das Doenças	2	FIOCRUZ
História das Ciências Biomédicas	2	FIOCRUZ
Historia das ideias	1	UFPR
História e Cultura	2	UFU
História e cultura política	1	UNESP
História e culturas políticas	1	UFMG
História Social da Cultura	1	UNICAMP
	1	UFMG
História, cidade, memória e trabalho	1	UFPI

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

porque tem excelente produção e inserção internacional, pois já se tornaram referência em história social da Amazônia. [...] Vejam o caso de Alfenas. Eles propuseram um mestrado profissional voltado para o ensino de história ibérica. Um grupo de pesquisadores nesse campo identificou que nossos professores da educação básica não tinham formação adequada em história ibérica, não obstante a importância dessa especialidade para a história do Brasil. Quer dizer, quem quiser se especializar profissionalmente no Brasil em história ibérica vai ter de ir para lá.”

QUADRO 10 – Linhas de pesquisa

(conclusão)

Linhas de Pesquisa*	Total de trabalhos por linha de pesquisa	Universidade
História, cultura e arte	1	FUFPI
História, Cultura e Gênero	2	UNICAMP
História, Cultura e Política	1	USS
Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história	3	UFPR
Jogos do Político: Conceitos, Representações e Imaginário	1	UNICAMP
Memória, Representações e Identidades	1	FGV/RJ
Não informado	2	USP
Não informado	1	UNICAMP
Não informado	1	UFSC
Não informado	1	UFU
Não informado	1	PUC/SP
Não informado	1	UFPEL
Não informado	1	UFRPE
Não informado	1	UFRGS
Não informado	1	UFRRJ
Política e imaginário	1	UFU
Política: ações e representações	1	UNESP/ASS
População, família migração e gênero	1	UFPA
Práticas culturais e identidades	1	UNIOESTE
Práticas e pesquisa no ensino de história	1	FURG
Projeto isolado**	1	USP
Relações de poder e subjetividades	4	UFSC
Relações de poder, linguagens e história intelectual	2	UFRRJ
Sociedade e Cultura	2	UFRJ
Sociedade, movimentos populacionais e de cultura	1	UNIVERSO
Total	90	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

**Neste caso também está ausente a linha de pesquisa tanto no BDTD CAPES (1987-2018), quanto no trabalho. Mas consta a informação de “projeto isolado”.

Os temas que envolvem as pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ perpassam diferentes olhares e concepções e isso justifica o expressivo número de linhas de pesquisa. A questão das linhas de pesquisa é importante: elas não deixam de ser, em muitas situações, uma mera formalidade⁷⁷, embora existam exemplos de grande sintonia entre as linhas e a efetiva produção de teses e dissertações. Outrossim, destaque-se a importância e a organização dos núcleos de pesquisa, como já mencionado anteriormente. Na maioria dos casos, contudo, não tem sido fácil para a História limitar-se a diretrizes de pesquisa que são constrictas e que permanecem inalteradas por longos períodos. Chama-se atenção, contudo, para o fato de que o termo *gênero* aparece em cinco linhas: i) *Cultura, relações sociais e*

⁷⁷ Ou, em alguns casos, nem isso. Tendo em vista que em alguns trabalhos não foi possível localizar ou identificar a linha de pesquisa, pois estavam ausentes no BDTD CAPES e no próprio texto.

gênero; ii) *Gênero, Identidades e Cultura Material*, iii) *Gênero, subjetividades, cartografia e cultura material*; iv) *História, Cultura e Gênero*; e v) *População, família migração e gênero*. O termo *sexualidade* não é mencionado nas linhas de pesquisa encontradas. É de se concordar com Fico e Polito (1996, p. 169):

O que termina acontecendo, neste quadro de linhas de pesquisa apenas formalmente estabelecidas, é uma concentração de temas ou abordagens por orientadores que, assim, exercem o papel de lideranças intelectuais aglutinadoras de um grupo homogêneo.

Para ilustrar melhor e também identificar quais termos são mais recorrentes nas linhas de pesquisa, a nuvem de palavras abaixo (figura 6) demonstra como os segmentos *cultura*, *história*, *identidade*, *gênero* e *memória* são os que mais se repetem na conformação das linhas. Estes núcleos temáticos identificados nas linhas de pesquisa demonstram a possibilidade de olhares multifacetados de análise para questões pertinentes à comunidade LGBTQIAPN+.

FIGURA 6 – Nuvem de palavras (segmentos das linhas de pesquisa)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Igualmente, a área de concentração tem relação com a área de conhecimento, com o macro (História), enquanto que as linhas de pesquisa se

relacionam com o micro (as separações, os aspectos específicos de cada temática originária da área de concentração). Cruzando as informações relativas às linhas de pesquisa e às áreas de concentração dos programas de pós-graduação, é possível perceber uma proximidade entre as linhas de pesquisa dos trabalhos do *corpus* e as áreas de concentração dos programas em que as teses e dissertações foram produzidas. As áreas de concentração que possuem mais cursos na amostra são: *História, História Social e História Cultural*. (BDTD CAPES, 2018).

Diante do exposto saliento que toda classificação se encontra inserida dentro de limites relacionados à concretização da pesquisa em si, logo, o estabelecimento de categorias, assim como de temas, representa um ensaio de síntese possível para a organização das informações. Para estabelecer temas foram considerados o que os autores/as determinaram como foco de seus trabalhos e a proximidade ou relação do conteúdo com estudos de/sobre gênero e a população LGBTQIAPN+, conforme será demonstrado e explicitado no terceiro capítulo, ocasião em que as próximas etapas do percurso da metapesquisa serão apresentadas. Assim, reforço que o número total de trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+ encontrados no BDTD CAPES (1987-2018) foi de 90, contudo, o *corpus* final envolve os trabalhos que estão acessíveis em endereços eletrônicos, resultando em um total de 79 (setenta e nove) trabalhos.

3 ONDE ESTÃO O L_BTQIAPN+? METAPESQUISA DAS PRODUÇÕES HISTÓRICAS NO BRASIL

Como abordado nos capítulos anteriores, o tema de violação dos direitos de minorias, especialmente a população LGBTQIAPN+ não se restringe à universidade. A Copa do Mundo da FIFA de 2022 teve início no dia 18 de novembro e já registrou diversos protestos dentro e fora de campo. As críticas são direcionadas à FIFA (Federação Internacional de Futebol) pela decisão de sediar esta edição da competição no Catar, país do Oriente Médio que viola diversos direitos humanos relacionados à mulheres, jornalistas, imigrantes e membros da comunidade LGBTQIAPN+. O tema de violação dos direitos de minorias, especialmente a população LGBTQIAPN+ não se restringe à universidade. Quando passo a analisar esse tema, a minha pesquisa torna-se política na medida em que busca justamente entender os fatos relativos a tal comunidade e contribuir para que discriminações como as que são presentes no Catar, sejam evitadas.

Assim, neste Capítulo, com base em Mainardes (2021b e 2022) e a partir da realização de metapesquisa aplicada à área da História, objetivo identificar e compreender a proposta teórico-epistemológica utilizada em pesquisas (teses e dissertações) que envolvem a população LGBTQIAPN+, o que exige uma organização analítica diferenciada de outros estudos que se utilizam da metapesquisa no Brasil. O ponto de partida é um questionamento a respeito dos grupos que compõem a comunidade LGBTQIAPN+, além do grupo Gay. Onde estão localizadas as pesquisas historiográficas sobre essas populações principalmente, pois, como será demonstrado, as pesquisas sobre a população G, prevalecem em relação ao restante, representando 52 trabalhos do *corpus* e que discutem a homossexualidade, a construção de masculinidades, a sodomia⁷⁸, entre outros temas.

No Capítulo anterior explorei a realidade dos trabalhos do *corpus*, onde estão, quem os orientou, tendo como pano de fundo a pós-graduação em História no Brasil e seus múltiplos atravessamentos. Neste Capítulo, proponho partir dos dados

⁷⁸ “A homossexualidade ou qualquer sexualidade desviante prevista no termo sodomia não deixaram de ser punidos mesmo quando não podiam mais ser objetivadas como infrações. Persistia o estigma do sodomita, que historicamente foi eliminado junto com a feiticeira, e que compartilha com o herege de um poder de subversão pela palavra (a blasfêmia) ou pelo ato (o sacrilégio), intolerável tanto pela igreja quanto pelos sistemas jurídicos estabelecido pelo Estado.” (BRULON, 2018, p. 53).

amplamente explicitados e avançar para a metapesquisa. Diferentemente do capítulo anterior em que restou evidenciado o percurso empreendido para reunir os trabalhos da amostra, este capítulo inicia com uma seção que apresenta o percurso ético-ontopistemológico percorrido para a construção da própria pesquisa.

De acordo com Mainardes (2021a) a metapesquisa atende as seguintes etapas: a) definição dos propósitos da metapesquisa e da amostra (seleção de relatórios de pesquisa - *corpus*); b) organização e sistematização dos textos da amostra (registro dos dados obtidos em planilhas); c) leitura sistemática e análise que se subdivide em: 1) Temática da pesquisa; 2) Tipo de pesquisa; 3) Perspectiva epistemológica; 4) Posicionamento epistemológico; 5) Enfoque epistemológico; Análises e argumentações; 6) Abrangência; 7) Nível de abordagem/abstração; 8) Citações.

Para a presente dissertação foi realizada uma subdivisão e as primeiras etapas da metapesquisa, que são: a) definição dos propósitos da metapesquisa e da amostra; e b) organização e sistematização dos textos da amostra, foram contempladas por ocasião do segundo capítulo, momento em que restou demonstrada a formação do *corpus* da pesquisa, a sua caracterização e sua espacialidade, além de outras características.

Para o terceiro capítulo é realizada então, a partir da leitura sistemática, a análise dos dados considerando os itens a seguir, que nessa dissertação serão tratados como categorias de análise a partir da área do conhecimento que diz respeito à História: 1) Temática da pesquisa; 2) Tipo de pesquisa (empírica, teórica, bibliográfica); 3) Análises e argumentações (Argumentos explícitos, indícios de originalidade, novos conceitos ou categorias); 4) Fontes (o que serviu de base para as investigações: filmes, jornais, processos, documentos, história-oral, etc); 5) Identificação da posicionalidade LGBTQIAPN+ (identificação se é pessoa LGBTQIAPN+ na introdução ou nos agradecimentos); 6) Citações (trechos importantes que resumem as pesquisas).⁷⁹

Para Mainardes (2021a), os itens são abrangentes e complexos, de tal modo que cada pesquisador/a pode selecionar apenas os que atendam aos propósitos da

⁷⁹ Para Mainardes (2021), a metapesquisa deve identificar também: a) Perspectiva epistemológica (Pós-estruturalismo, Marxismo, Neomarxismo, etc); b) Posicionamento epistemológico (crítico, crítico-radical, neoinstitucional, etc); e c) Enfoque epistemológico (coerência interna com as teorias adotadas). Estas análises, em específico, foram difíceis de serem realizadas e o motivo é explicado no decorrer deste capítulo.

pesquisa, ou ainda incluir novos itens. Em relação aos itens que tratam da *abrangência* e do *nível de abstração*, estes não serão analisados. Primeiro o que trata de *abrangência* é de difícil análise na História, que investiga por exemplo a filmografia de cineastas reconhecidos/as mundialmente, o que torna a determinação da abrangência do trabalho uma difícil e complexa tarefa. Segundo, quanto ao item *nível de abordagem/abstração* (descritivo, analítico e de compreensão) não serão abordados devido ao limite da pesquisa, da necessidade de maior aprofundamento na análise da amostra. Categorizar as pesquisas a partir da abrangência e níveis de abstração, exige do/a pesquisador/a um esmiuçar da pesquisa em sua totalidade, o que demanda um cronograma de pesquisa ampliado e complexo em se tratando de uma dissertação.

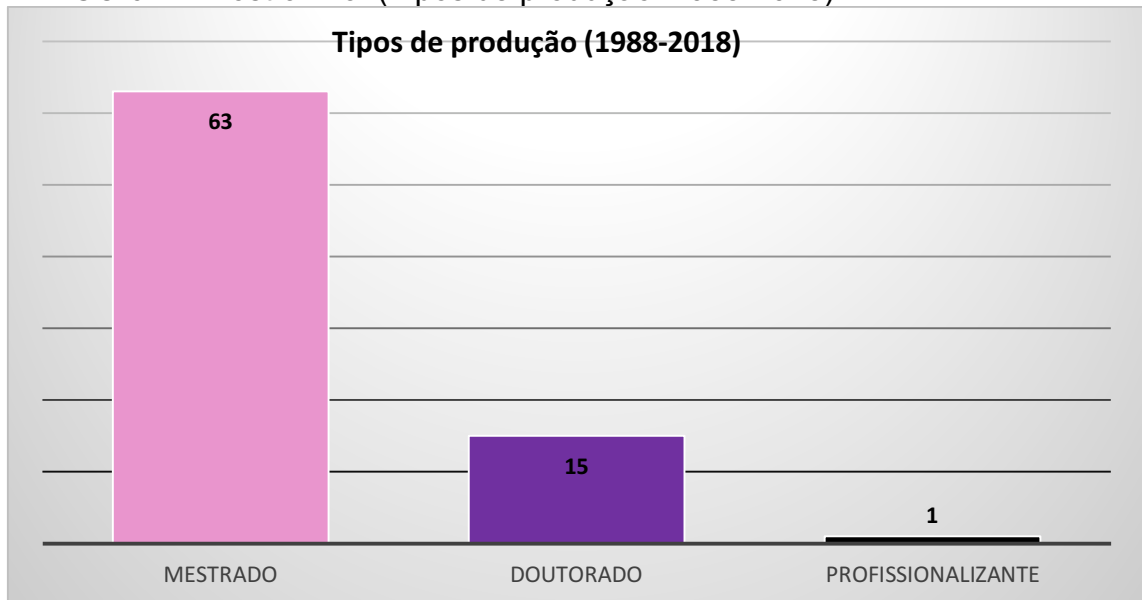
Dois itens são incluídos nesta metapesquisa: fontes (para identificar as fontes históricas usadas nas pesquisas da amostra) e identificação da posicionalidade LGBTQIAPN+ (identificação se é pessoa LGBTQIAPN+ na introdução ou nos agradecimentos), com o intuito de demarcar os espaços acadêmicos e também de refletir sobre a ampliação da ocupação de certos espaços e posicionamentos políticos.

Esses trabalhos, assim como esta tese, inserem-se em um contexto de renovação da escrita da história, sendo produtos da recente aproximação daqueles/as historiadores/as que se lançam à beira da falésia que os estudos das 'sexualidades periféricas' no Brasil ainda representam. Eles revelam que, a despeito das resistências, das dificuldades e dos conflitos que fazem da pesquisa histórica uma arena de disputas, as historiadoras ligadas à história das mulheres e das relações de gênero, ou seja, do feminismo, têm acolhido os estudos sobre o 'universo' LGBT e enfrentado os desafios de reescrever a história a partir de outros paradigmas, incentivando pesquisadores/as do Brasil e de outros países a ultrapassarem fronteiras territoriais, acadêmicas e políticas. Essa nova historiografia está atravessada pelos estudos das relações de gênero e queer que contribuíram para a desontologização dos sujeitos sexuais. Estes enfatizam a instabilidade e fluidez das 'identidades sexuais' e a imbricação da sexualidade em relações de poder e hierarquias sociais dinâmicas e contextuais. Todavia, apesar da incorporação do gênero como categoria de análise histórica que possibilitou maior recepção dos temas relacionados às homossexualidades e às experiências trans pelos programas de história, os pressupostos interpretativos baseados na dicotômica do gênero continuam a nortear a disciplina, repetindo, como lembrou Tânia Navarro Swain, 'incansavelmente a existência binária de gêneros fundados em corpos sexuados'. Nesse sentido, o diálogo com os estudos queer contribuiu para a ampliação dos limites dos estudos de gênero, ao enfatizar os perigos do essencialismo e o caráter histórico, fabricado e performativo das 'identidades sexuais'. (VERAS, 2015, p. 36-37).

Para este capítulo, apresento um recorte dentro do conjunto documental, afim de gerar um aprofundamento nas análises. Conforme mencionado, este recorte

diz respeito ao acesso de obras que se encontram digitalizadas e, portanto, são de acesso público, seja em repositórios ou em endereços eletrônicos dos/as pesquisadores. Assim, cheguei a uma amostragem reduzida, porém, especializada, denominada de *corpus* da pesquisa, totalizando 79 trabalhos, entre dissertações de mestrado em teses de doutorado. E de acordo com Ribeiro (2019, p. 75), os “saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.” Na amostra há uma predominância de dissertações, conforme é possível visualizar no gráfico 6:

GRÁFICO 6 – Amostra final (Tipos de produção: 1988-2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Desta forma, os trabalhos analisados mostram como pesquisadores e pesquisadoras se aprofundaram nas pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+, e a partir dos seus trabalhos foi possível traçar uma análise dos principais pontos. Primeiramente, uma análise sobre tendências gerais de recortes, termos, fontes, passível de comparação com os gráficos da amostragem geral, bem como apontamentos sobre as características presentes nesses conjuntos historiográficos, que os diferenciam de trabalhos que analisam outras populações ou outros objetos históricos. Espero com isso demonstrar, a pluralidade de temas que puderam ser discutidos face a análise da própria população LGBTQIAPN+ e a renovação historiográfica viabilizada pelo estudo de diferentes fontes.

3.1 A população LGBTQIAPN+ como objeto de pesquisa: tendências e considerações

Os gráficos e representações a seguir seguem o padrão semelhante ao apresentado no capítulo anterior, porém, foram compostos a partir da amostra reduzida e definitiva. Nesse sentido, é possível visualizar que tendências historiográficas gerais permanecem, como os recortes espaciais sobre o Brasil, além da íntima relação com a área da História das Mulheres e das relações de gênero, também constatado por Veras (2015, p. 34), quando da elaboração da sua tese de doutoramento:

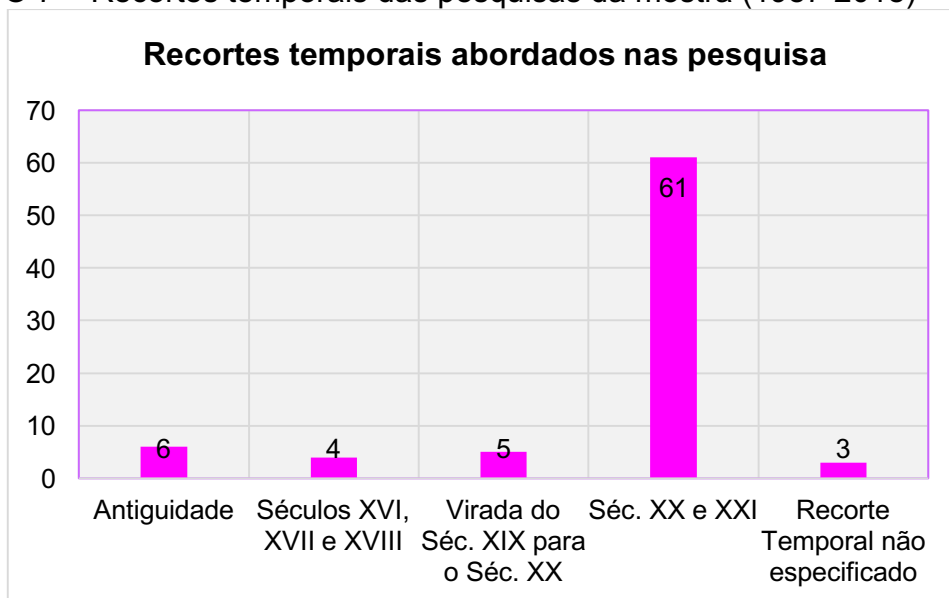
O levantamento dos estudos produzidos no campo da história sobre homossexualidades, por sua vez, aponta para a íntima relação entre essa temática e as historiadoras ligadas à história das mulheres e das relações de gênero. Os laços de solidariedade também foram/são costurados em diálogo com o pensamento de Michel Foucault, especialmente, as reflexões desse filósofo-historiador sobre as relações de poder que constituem historicamente os dispositivos de saber-poder, como a sexualidade. Apesar do discreto número de trabalhos, já não se pode duvidar da possibilidade de uma historiografia das homossexualidades no Brasil.

Em relação aos recortes temporais, no gráfico 7, a seguir, é demonstrado quantitativamente a predominância das análises sobre os séculos XX e XXI. Alguns/mas pesquisadores/as não seguem precisamente um recorte englobado em décadas e o gráfico abaixo foi elaborado para melhor organizar as informações. Alguns trabalhos, por exemplo, estendem-se por um período que compreende o final do século XX e o começo do século XXI, como é o caso do trabalho de Fabio Ronaldo da Silva (2017), que é intitulado “As porosidades do tempo: velhos e velhices nas publicações homoeróticas brasileiras (1978 - 2013)”.

De forma sumária seis pesquisas referem-se à Antiguidade e quatro aos séculos XVI, XVII e XVIII. Em relação aos recortes espaciais aparecem Grécia Antiga e Brasil colonial. Em relação às temáticas: cultura homoerótica na Grécia (SANTOS, 2009), processos da inquisição (SILVA, 2018; MERCÊS, 2018) e fragmentos poéticos de Safo de Lesbos (LEITE, 2009). Claramente, dentro deste conjunto são encontrados temas diversos, que têm em comum apenas o fato de não se dedicarem aos períodos mais recentes, tendo em vista que a população LGBTQIAPN+ contemporânea via-de-regra não era chamada ou identificada com tal nomenclatura.

No gráfico 7 é possível depreender que o período de abrangência das pesquisas que compõem a mostra é significativo. Isso pressupõe que não se pode olvidar do fato de a categoria sexualidade e as que decorrem dela serem estruturantes e moldadoras da sociedade, desde os seus primórdios. A partir da interseccionalidade compreendo que a sexualidade é indissociável de outras categorias, como classe e raça, especialmente porque disso ocorre o tensionamento presente na organização social, inclusive no espaço.

GRÁFICO 7 – Recortes temporais das pesquisas da mostra (1987-2018)



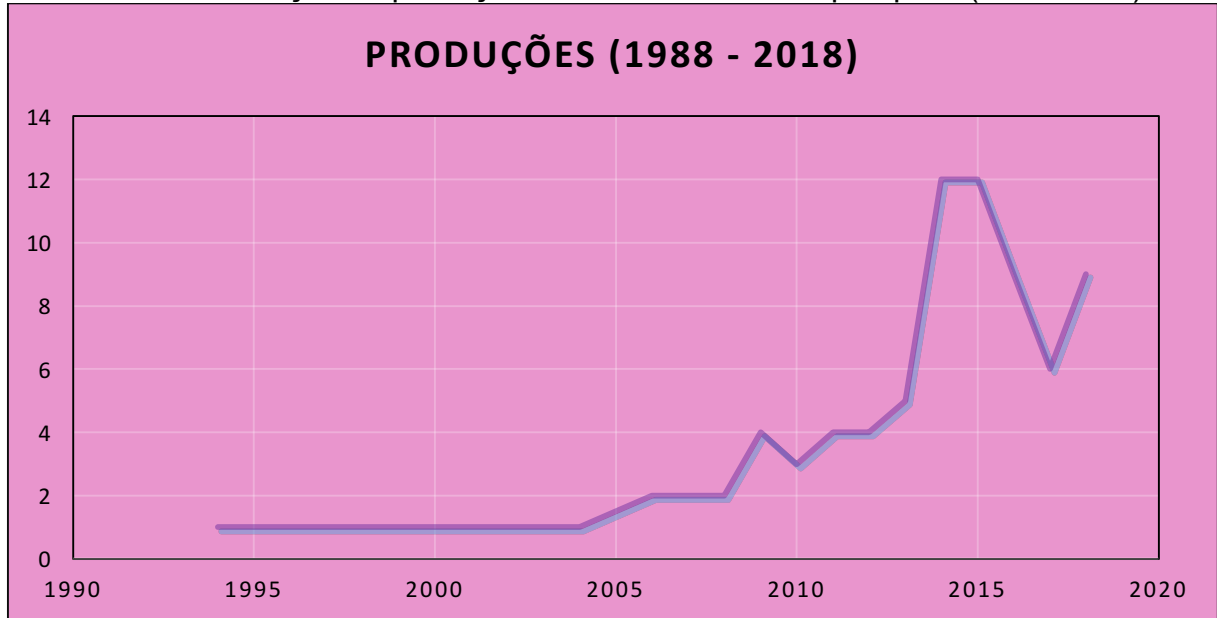
Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

No que diz respeito ao avanço dos trabalhos analisados ao longo do tempo, no gráfico 8, logo abaixo, é demonstrado que entre os anos de 2010 e 2015 houve um aumento de produções, contudo entre 2015 e 2018 houve uma queda. Conforme apontado no capítulo anterior, a hipótese levantada é de que movimentos neoconservadores tenham contribuído para isso, como é o caso do *Escola Sem Partido* que declara a existência de uma suposta narrativa de *Doutrinação Ideológica* no cotidiano de professores e professoras.

Entretanto, também é importante notar que assistimos a um rejuvenescimento das lutas feministas, do movimento negro e LGBTQI+, fenômeno que encontra um solo fértil também fora de nossas fronteiras. Assim, em contraste com um cenário de apoio à produção de conhecimento em gênero e sexualidade, passamos a assistir à articulação e ao fortalecimento de setores que se apoiam nas teses da ideologia de gênero na tentativa de deslegitimar esse campo. Se os ataques começaram nos ensinos fundamental e médio, associados aos projetos de Escola sem Partido, nesse momento, voltam-se para o ensino superior, alvo, por um lado, de controle e escárnio e, por outro lado, da desidratação das fontes de financiamento. Além disso, a deriva autoritária no país tem gerado situações

de incerteza e até mesmo insegurança para as(os) pesquisadoras(es) e ativistas dos direitos humanos e das questões de gênero, como ficou palpável com as perseguições a Débora Diniz (UnB) e Sonia Maluf (UFSC). (FRANCH; NASCIMENTO, 2020).

GRÁFICO 8 – Avanço das produções da amostra final da pesquisa (1993-2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Refletir sobre como têm sido elaborados os trabalhos em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, quais caminhos de análise têm sido usados, quais temáticas têm sido abordadas, conceitos arguidos, temas e objeto estudados requer um olhar interdisciplinar, especialmente porque assim o faz a área dos Estudos de Gênero e de Sexualidades. No que tange à História, de antemão é possível vislumbrar que um longo caminho precisa ser percorrido para alcançar as compreensões das operações historiográficas e sua contribuição para os estudos pertinentes, principalmente, à população LGBTQIAPN+.

Alguns estudos têm surgido no sentido de buscar entender como a área da História tem se esforçado para incorporar pesquisas sobre gênero e sexualidade e, sobretudo, como tais pesquisas se relacionam com a teoria queer⁸⁰. O surgimento dos Estudos Queer em território brasileiro provavelmente teria ocorrido, conforme

⁸⁰ “Sendo certo que a teoria Queer corresponde a um campo de saber heterogêneo por definição, em que os autores e as autoras transitam sem pejo de romper fronteiras e tornando a inconstância um instrumento heurístico, a análise aqui proposta pressupõe a existência de pontos da unidade entre todos e todas, sendo justamente isto que permite que se fale da teoria Queer como um campo de alguma forma coisa. Entre estes pontos, estão a crítica o sujeito da Modernidade, a percepção dos corpos como formados historicamente pelos regimes de poder-verdade, a descrença do essencialismo de gênero, que é entendido com uma função da linguagem, a crítica aos binarismos típicos da cultura ocidental e o entendimento do gênero como performativo, uma construção sem autor ou ator prévio o que se faz em meio as considerações das relações de poder.” (ROCHA, 2016, p. 212).

Miskolci (2011), com a publicação de um artigo denominado *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação*, de Guacira Lopes Louro:

Em nosso país, a incorporação da Teoria Queer provavelmente se iniciou no final da década de 1990, dentro das disciplinas das Ciências Sociais, em particular na área dos estudos de gênero e sexualidade. O marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na Revista Estudos Feministas, o artigo 'Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação'. (MISKOLCI, 2011, p. 58).

O *corpus* final não representa a totalidade de pesquisas realizadas na área histórica. Mas essa análise dá início à reflexão sobre o que é possível chamar de refração de pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ no cenário historiográfico do Brasil. Um futuro levantamento detalhado, que reúna também as pesquisas publicadas em periódicos pode apresentar uma visão amplificada sobre a temática.

Quando são analisadas as instituições, enquanto os locais de produção do conhecimento científico a partir da elaboração de dissertações e teses, estas precisaram de professores/as que orientassem as pesquisas. Embora não seja o foco da presente dissertação abordar a maneira como candidatos/as ao mestrado e doutorado são recrutados/as por Programas de Pós-Graduação de História no Brasil, ou como profissionais tornam-se orientadores/as nesses espaços, é preciso concordar com Ribeiro Júnior (2018), que afirma que muitos orientadores/as não trabalharam em sua formação com a teoria queer, mas tiveram influência de pesquisas sobre História das Mulheres, masculinidades, feminismos, e sexualidades. Assim, a formação de orientadores/as nesta área de estudos é relativamente recente, diferentemente de outras áreas do conhecimento, como é o caso da Antropologia⁸¹ e da Sociologia⁸², conforme visto em Miskolci (2011).

A partir da formação de orientadores/as que se relacionaram com História das Mulheres, bem como com os estudos de gênero e os estudos feministas decorre também a utilização de referências comuns que se relacionam com tais pesquisas. São recorrentes as abordagens usando os trabalhos de Joana Maria Pedro, Raquel de Soihet, Mary Del Priore, Margareth Rago, entre outros/as.

⁸¹ “De fato, a Antropologia parece ter sido a disciplina mais afetada pela produção dos estudos de gênero, com vasta produção de artigos dessa temática em seus principais periódicos por meio de ampla gama de temas de pesquisa, seguida pela Sociologia — com uma concentração temática nos estudos que pensam o mundo do trabalho —, e finalmente a ciência política aparece como o campo que mais trata a produção de gênero como marginal.” (CASTRO; GUEDES, 2020, p. 13).

⁸² “[...] destacamos uma concentração temática da Sociologia quando se pensa em gênero. É de trabalho que mais falamos quando falamos de gênero na Sociologia. Nesse sentido, é ímpar atentar para as contribuições epistemológicas que a Sociologia de gênero deu à teoria social.” (CASTRO; GUEDES, 2020, p. 16).

Outro ponto interessante de ser considerado é que, embora a História se mostre resistente à interdisciplinariedade⁸³, os trabalhos analisados vão justamente por esse caminho. As pesquisas da amostra final recorrem às discussões de outras áreas do conhecimento, que não a História⁸⁴. Em se tratando da teoria queer, principalmente, isso não é algo inovador, tendo em vista a ultrapassagem de fronteiras disciplinares. O mesmo se aplica para os estudos de gênero e para a história das mulheres, que paulatinamente utilizam de conjecturas interdisciplinares em suas pesquisas.

Gerferson Damasceno Costa (2018) ao fazer uma análise da produção de sentidos de consumo e subjetividade na Revista *G Magazine*, leva a interdisciplinariedade para a escrita da sua pesquisa de mestrado, elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros, na qual o primeiro capítulo é uma apresentação das representações públicas das homossexualidades no Brasil:

A pesquisa se orienta nos fundamentos da Nova História Cultural, em que uma virada no campo historiográfico, marcada pelo diálogo interdisciplinar – com as ciências sociais, a linguística, a filosofia, a psicologia – possibilita problematizar a noção do documento como ‘espelho do real’. Assim, os documentos não são considerados como reflexos transparentes do passado, mas ações simbólicas com significados diferentes conforme a intenção de quem os elaborou. Caracteriza-se, ainda, pelo rompimento da ideia de cultura popular e cultura erudita, bem como pela reflexão das relações sociais e econômicas como campos de produções culturais. O esforço crítico adotado no trabalho se apoia nos estudos *queer*, para refletir sobre os processos e técnicas de construção identitária e sua afirmação essencialista, estruturadas em procedimentos de classificação que tornam algumas experimentações inteligíveis e reconhecíveis, negando e excluindo as que não se conformam a tais procedimentos. (COSTA, 2018, p. 9-10).

No que tange ao método, Ronaldo Canabarro lança mão também de possibilidades interdisciplinares. A sua dissertação analisa a construção de identidades travestis no periódico *Lampião da Esquina* diante de estudos êmicos⁸⁵ (que se relacionam com estudos de linguagem), no intento de construir uma

Reflexão acerca do gênero sócio-gramatical a que se referem os autores do jornal sobre travestis, percebendo como uso comum dos condicionantes gramaticais antecedentes masculinos ou femininos contribuíram para afirmação/criação das identidades travestis. (CANABARRO, 2015, p. 7).

⁸³ Em particular nos concursos públicos, quando são exigidas formações verticais: além da graduação em História, mestrado e doutorado também em História.

⁸⁴ Para saber mais: LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: artigos sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

⁸⁵ Canabarro (2015) utiliza no sentido de “termo”, ou seja, expressões que provém do próprio sujeito dentro de sua cultura.

A abordagem interdisciplinar faz sentido nos estudos de gênero e de sexualidade, além dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+, pois ela não elimina a diversidade de interpretações, mas levanta a possibilidade de um pluralismo de perspectivas, tendo em vista que o objetivo é construir uma unidade e não uma unificação, conforme proposto por Japiassu (1976). Nesse sentido, existe o interesse de impedir a separação entre prática e teoria.

Os trabalhos da amostra final, embora desenvolvidos dentro da área da História, possuem cruzamentos com outras áreas do conhecimento, como o Jornalismo, na medida em que muitas pesquisas tratam de analisar fontes jornalísticas, como revistas e jornais. Isso permite a identificação de desafios comuns existentes em distintas áreas do conhecimento. A relação com a interdisciplinariedade pode ser também motivo de dificuldade. Como dito, a História ainda resiste a esta abordagem e tal fato é relatado nos trabalhos, em maior ou menor intensidade, sobre como as instituições, pesquisadores/as detêm dificuldade com as abordagens interdisciplinares, como a própria teoria queer. Ronaldo Canabarro (2015, p. 14), por exemplo, apresenta a sua trajetória intelectual e mostra como não houve contato com temas como gênero, sexualidade e outros ao longo de sua formação inicial:

Antes de justificar a escolha de minhas bases empíricas, considero importante retomar um pouco o caminho pelo qual a temática da travestilidade se construiu como um interesse de pesquisa. Quando acadêmico de Licenciatura em História, intrigava-me o fato de professores/as pouco, ou melhor dizendo, em nada abordarem as questões de sexualidade, corpo e gênero nas disciplinas. Mesmo quando tratávamos de sociedades cuja organização político-pedagógica envolvia matizes diferentes de organização dos sexos e dos gêneros, como a Grécia, isso passava despercebido. Parecia-me que aqueles/as professores/as 'não queriam', ou 'não sabiam' abordar tal temática. Parecia-me que a história não tinha corpo. Era teórica, econômica, política; o corpo era só uma ferramenta.

É interessante perceber como esses relatos são recorrentes nas pesquisas históricas, especialmente as que versam sobre a população LGBTQIAPN+. Os relatos vêm nas introduções dos trabalhos ou ao longo dos capítulos, principalmente a partir de narrativas em primeira pessoa, que demonstram as dificuldades de se fazer pesquisa na área de gênero e de sexualidades. Tais experiências são atreladas, muitas vezes, aos recortes temporais, às fontes usadas e aos autores/as referenciados, como é o caso do trabalho de Costa e Brito (2016, p. 7), que por ocasião de sua dissertação objetivou

Compreender as representações de violência contra a população LGBT nos discursos textuais/imagéticos do *Lampião* e as representações sociais das identidades de gênero presentes nesse jornal em diálogo com as relações estabelecidas entre a imprensa homossexual e a ditadura militar no período que compreende os anos finais do Governo Geisel (1974-1979) e o Governo Figueiredo (1979-1985), quando o jornal encerra seus trabalhos.

Igualmente, Laís Cavalcante (2014) comenta as dificuldades que encontrou, quando da escrita da sua dissertação, de localizar historiografia sobre o seu tema de pesquisa. Com isso, ao realizar o trabalho de mestrado deteve como objetivo também dar visibilidade científica e social aos indivíduos transgêneros.

O trabalho com sujeitos transgêneros tem grande importância, dado que esses existiram ao longo da história, contudo ainda não possuem registros a respeito na produção científica da História. Desta forma, a realização de tal estudo tem grande peso, tanto para a criação do conhecimento da transgeneridade como uma outra possibilidade de apresentação em sociedade, quanto em seu valor social, já que é também uma maneira de dar visibilidade àqueles que permanecem ignorados científica e socialmente. É imprescindível pontuar que esta dissertação não pretende ser quem dá visibilidade, pois a compreensão é de que tais figuras humanas se fazem vistas, mesmo que através do incômodo que as suas existências causam. São perceptíveis, do mesmo modo, as violências praticadas em torno das pessoas transgêneras – na forma como são tratadas pelas mídias, através da transfobia, ao serem ignoradas por aqueles que ‘fazem’ a História. (CAVALCANTE, 2014, p. 112).

Nas pesquisas de Costa e Brito (2016) e de Veras (2015) também é explorado o modo como certos temas tem pouca entrada ou dificuldade de ingresso na historiografia, tudo isso para ressaltar a tensão presente na área de Ciências Humanas, especificamente quando há relação com as áreas de Sociologia e de Antropologia. Costa e Brito (2016) pontualmente resalta que durante a sua pesquisa foi difícil encontrar bibliografia que abordasse nomeadamente o *Lampião da Esquina*, além da existente resistência na comunidade acadêmica da História, em perceber o tema da homossexualidade, durante a ditadura militar, sob o olhar de um jornal, como um acontecimento histórico que merecesse ser analisado na área e não apenas na Sociologia ou na Antropologia.

Veras (2015, p. 205) chega a narrar que foi aconselhado, por um historiador, a propor projeto de pesquisa de doutoramento em um Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pois a “história não tinha ‘tradição’ na temática”. Ao mesmo tempo, uma professora de Sociologia pedia que ele abandonasse a “identidade de historiador”. Estes relatos evidenciam que a disciplina histórica necessita de uma ampliação dos seus temas de pesquisa. “Ao que tudo indica, a História se parece

com aquelas tias velhas e conservadoras que torcem o nariz quando ouvem a palavra *viado* ou *travesti*". (RIBEIRO JÚNIOR, 2018, p. 157).

E Veras (2015) segue afirmando que a conclusão da sua tese de doutoramento faz parte de um conjunto de resistências acadêmicas, que buscam não apenas ressaltar os objetivos de pesquisa, mas também preocupam-se com a escrita de uma história científica, que obedeça as normas acadêmicas e conte com análise de documentos:

Se por um lado, o tema de estudo, os referenciais teóricos e as fontes pesquisadas estão marcadas pelas regras da disciplina histórica, por outro, também foram marcadas por posicionamento e escolhas políticas e subjetivas. (VERAS, 2015, p. 205).

Costa e Brito (2016) relembra que ao longo da trajetória do *Lampião da Esquina* a luta empreendida por membros do jornal sempre foi vista como menor ou menos importante e que isso parece estar atrelado às estruturas acadêmicas atuais em certas áreas de investigação, o que resulta em um grande esforço por parte dos/as pesquisadores/as que precisam abrir frentes de trabalho para essas temáticas, por exemplo, na História. "Por outro lado, acredito que essas dificuldades tornam esses tipos de trabalhos mais relevantes e necessários". (COSTA; BRITO, 2016, p. 126).

Preciado (2020) afirma que é preciso criar novas metodologias de produção do conhecimento e uma nova ideia política que seja capaz de combater a lógica da guerra, do pensamento heterocolonial e a hegemonia do mercado como um espaço de elaboração do valor e da verdade. Não se trata apenas de uma mudança do regime das instituições, mas de um deslocamento das elites políticas.

Falamos de uma transformação dos 'domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência, do desejo'. Trata-se de modificar a produção de signos, a sintaxe, a subjetividade. Os modos de produzir e reproduzir a vida. Não estamos falando apenas de uma reforma dos Estados-nação europeus. Estamos falando de descolonizar o mundo, de interromper o Capitalismo Mundial Integrado. Estamos falando de modificar a terra política.[...] Somos os jacobinos negros e bichas, a sapatonas vermelhas, os desabrigados verdes, somos os trans sem documentos, os animais de laboratório e os do matadouro, os trabalhadores e trabalhadoras informático-sexuais, vários produtos funcionais, somos os sem-terra, os migrantes, os autistas, os que sofrem de déficit de atenção, excesso de tirosina, falta de serotonina, somos os que tem muita gordura, os incapacitados, os velhos em situação precária. Somos a diáspora raivosa. Somos os reprodutores fracassados da terra, os corpos não rentáveis para economia do conhecimento. [...] *Nós já abandonamos a política da morte: somos um batalhão sexossemiótico, uma guerrilha cognitiva, uma armada de amantes.* (PRECIADO, 2020, p. 389-390, grifei).

As pesquisas aqui analisadas são desestabilizadoras da ordem de produção do discurso, da verdade e do poder. Isso ressalta a relevância da elaboração desses trabalhos, das abordagens, dos objetos estudados, das temporalidades e espacialidades tratadas, das fontes e das posicionalidades assumidas, que serão abordadas na próxima seção.

3.2 Temas e fontes de pesquisa

Os temas operados historicamente nas pesquisas são diversos. Nesse momento é oportuno discutir e dar ênfase para conceitos e obras que pesquisadores/as utilizaram para construir temas, objetos, fontes e recortes históricos que versam sobre a população LGBTQIAPN+. Grande parte dos trabalhos que compõem a amostra final são relativos às pesquisas sobre a população Gay, representando mais da metade dos trabalhos e indo ao encontro do mencionado nos capítulos anteriores deste trabalho.

O Quadro 11, apresenta o número de pesquisas do *corpus* final, por ano e organizadas em temáticas e tipos de trabalho. É possível observar que as temáticas “Sexualidade”, “Homossexualidade” e “Gay” são temáticas que perpassam praticamente todos os anos. Outro aspecto importante a ser evidenciado, é que o ano que houve maior produção de dissertações foram os anos de 2014 e 2015 (com 12 trabalhos cada), enquanto que 2009 destaca-se ao contar com 4 teses. A classificação feita no Quadro 11 foi realizada a partir do objeto principal de estudo indicado nas pesquisas, o que não foi uma tarefa simples, especialmente diante da diversidade de fontes usadas na elaboração das pesquisas.

QUADRO 11 - Organização das pesquisas por temáticas, tipo de trabalho e ano
(continua)

Ano	Nº de dissertações	Nº de teses	Temáticas
1994	1		Sexualidade
1997	1		Sexualidade
1998	1		Gay
2000		1	Sexualidade
2002		1	Identities de gênero
2003	1		Masculinidades e identities

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022

QUADRO 11 - Organização das pesquisas por temáticas, tipo de trabalho e ano
(conclusão)

Ano	Nº de dissertações	Nº de teses	Temáticas
2004	1		Homossexuais
2006	2		Gays; Travestis
2008	2		Queer; Homossexualidade
2009		4	Homossexualidade; Gays; Lésbicas
2010	2	1	Sexualidade; Gay; Homossexualidade
2011	2	2	Homossexualidade; Gay; Relações de Gênero
2012	3	1	Homossexualidade; Gay; Sexualidade
2013	5		Homossexualidade; Masculinidade
2014	12		Gay; Masculinidades; Transgêneros; Relações de Gênero; Violência contra prostitutas, travestis e homossexuais; Sexualidades
2015	10	2	Sexualidade; Homossexualidade; Sexualidades; Transexualidade; Travestis; Lésbicas
2016	8	1	Homossexualidade; Masculinidades; Gay; Religião, gênero e sexualidade; Homossexuais; Sexualidades;
2017	5	1	Homossexualidade; Gay; LGBTs; Identidades; Transexualidade; Homossexualidade;
2018	8	1	Sodomia; Homossexualidade; Travesti/Transexual; Identidades; Sexualidades; Trans; Masculinidades; Gay.
Total	64	15	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.⁸⁶

Embora seja pujante a produção sobre a população gay, esse quadro vem se revertendo com o aumento das produções sobre outros grupos que integram a comunidade LGBTQIAPN+. A tese de Veras (2015) é um exemplo disso. No trabalho são analisadas as presenças das travestis em Fortaleza/CE, enquanto personalidades público-midiatizadas e estigmatizadas, são problematizados os processos como farmacopornográficos de subjetivação das travestis. A partir do embasamento das obras de Paul Beatriz Preciado há uma intenção de pensar sobre a produção do discurso e a produção material de corpos travestis. Simultaneamente, Veras (2015) utiliza-se do pensamento de Judith Butler para elaborar o conceito de gênero e a sua subjetivação diante da binariedade heteronormativa.

A performatividade travesti é paradigmática dessa abordagem, como tentarei mostrar no presente trabalho. Porém, se Butler avançou na questão da performatividade do gênero, definindo-a como prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia, inspirando diversos trabalhos sobre as experiências trans no Brasil, Paul B.

⁸⁶ Elaborei um quadro com um item descrito como “temas correlatos” que representa o esforço de tentar explicitar os recortes que dão singularidade aos estudos agrupados nas categorias globais. Torna-se importante frisar, que toda tentativa de enquadramento apresenta certos limites, portanto, a categorização das pesquisas, assim como os temas correlatos estabelecidos, representa uma tentativa de síntese possível para a organização dos dados. Para a formação das temáticas considerei o que os/as pesquisadores/as declararam como sendo foco ou tema em suas pesquisas e a proximidade ou interface do conteúdo com algumas categorias apresentadas em estudos sobre a população LGBTQIAPN+. Para saber mais, consultar o apêndice B.

Preciado vem assumindo significativa visibilidade no cenário nacional. (VERAS, 2015, p. 39).

Veras (2015, p. 25) identificou, a partir de sua pesquisa em fontes como jornais, narrativas orais das travestis em Fortaleza/CE, uma nova temporalidade. Na mudança das décadas de 1970 para 1980, a denominação travesti deixou de ser uma nomenclatura marginal e que passava às escondidas, para evidenciar um sujeito que não se aparta da dimensão público-midiatizada. “Travesti-performance impressa nas notícias e fotografias. Travesti-prótese, encarnada através dos hormônios, silicone, maquiagem e vestimentas”. E mais do que isso, uma outra identidade: “Nova ‘identidade sexual’ escrita em performance; inscrita no corpo. Travesti-carne-tinta-papel”.

Além do trabalho de Veras (2015), as seguintes pesquisas versam sobre identidades travestis/trans/trangênera: José Carlos de Araújo Junior (2006) - *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*; Lais Medeiros Cavalcante (2014) - “*Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma*”: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho; Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2015) - *(Re/des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans e ex-trans em narrativas orais e do facebook*; Isadora Damasceno Ribeiro de Oliveira Leite (2017) – *Subjetividade trans: a invisibilidade do sujeito nos jogos de verdade*; Augusta da Silveira de Oliveira (2018) – “Tenho o direito de ser quem eu sou”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010); Rafael França Goncalves dos Santos (2018) – *Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Ao todo são sete pesquisas sobre o tema que analisam diferentes contextos e realidades e são de diferentes espacialidades, o que evidencia a capilaridade dos trabalhos. De acordo com (SCHMIDT, 2021, p. 29) esse deslocamento para além do eixo Rio-São Paulo é importante, pois as organizações e as dinâmicas de sociabilidade e de violências são diferentes conforme o porte das cidades. Quando se trata de cidade média/grande ou capital é normal que sejam “o centro de atividade para as pessoas LGBTQI+ em razão do anonimato e das oportunidades que proporciona”.

Sobre a identidade/orientação afetiva-sexual lésbica, pontualmente o *corpus* conta com somente dois trabalhos que tratam diretamente do tema: Letticia Batista Rodrigues Leite (2009) – *Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias*

da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Linguística e Literatura; e Talita Goncalves Medeiros (2015) – *O que eu sei, o que eu acho e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades*. Conforme mencionado anteriormente, pesquisadores como Veras e Pedro (2018) usam o termo “homossexualidades”, em razão da pluralidade de sujeitos, contudo isso também pode ter contribuído para o apagamento de identidades⁸⁷ como a lésbica e a bissexual (que inclusive não conta com pesquisas na amostra).

Destaco que conforme Silveira-Barbosa⁸⁸ (2021) o direito à memória e à informação é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, embora o direito à ancestralidade tenha sido amplamente negado às lésbicas. Ainda, segundo a mesma autora, é de autoria de Rita de Cassia Colaço Rodrigues o primeiro livro escrito por uma mulher lésbica no Brasil, chamado “Uma conversa informal sobre o homossexualismo”, de 1984.

Outro ponto que merece destaque é que o BDTD CAPES (1987-2018) é preenchido por seres humanos e é, por isso, passível de falhas. Embora esteja dentro do recorte temporal para a construção desta dissertação, 2005, uma pesquisa não está presente no BDTD CAPES (1987-2018) e versa justamente sobre a população lésbica, é o trabalho de Nádia Cristina Nogueira sobre Elisabeth Bishop e Lota de Macedo Soares. Na pesquisa a autora trata da necessidade de renúncia a maneiras históricas de silenciamentos e mostra como houve uma construção de performance cultural diferenciada entre mulheres lésbicas.

Sobre a identidade queer/questionando, dois trabalhos fazem parte da mostra: Justina Franchi Gallina (2008) – “Investigando o Olhar: as identidades queers nos filmes de Pedro Almodóvar (1999-2004)”; e Caroline Stefany Depieri (2013) – “Queer as folk - os assumidos: da TV às redes sociais”. O trabalho de Depieri (2013) analisa a receptividade do seriado estadunidense “Queer as folk” no Brasil a partir da análise de postagens em redes sociais e embora cite nas

⁸⁷ Silva e Ornat (2016) afirmam que o corpo marca a fronteira entre o eu e o outro. E é por meio do corpo que são experienciadas as opressões, a liberdade, os ataques, as individualidades, por isso entendo que além de serem orientações afetiva-sexuais, ser lésbica ou bissexual também envolve uma identidade.

⁸⁸ Autora da dissertação de mestrado em Jornalismo chamada “*Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)pensar o jornalismo*”, defendida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2019.

referências o texto de Guacira Lopes Louro⁸⁹, não aborda diretamente a identidade queer.

Por outro lado, a pesquisa de Justina Gallina, na medida em que busca entender como o cineasta Pedro Almodóvar contribuiu para o debate acerca das configurações das sexualidades contemporâneas a partir de um recorte espacial internacional, usando como recursos três filmes, que são *Tudo sobre minha mãe* (1999), *Fale com ela* (2002) e *Má educação* (2004), inova na análise das fontes usando a teoria queer:

Ao refletir sobre as sexualidades contemporâneas a partir da performatividade de gênero dos personagens de Almodóvar, percebi nos pressupostos da teoria queer o ponto de partida para questionar um dos grandes preceitos da modernidade: a manutenção dos binarismos de sexo e gênero. Para isso, vali-me do método genealógico, dado que ‘Genealogia é a história escrita à luz de preocupações atuais; é história escrita de acordo com um compromisso com as questões do momento presente e, como tal, intervém no momento presente’. A partir da compreensão das identificações queers como forma de exercício das sexualidades contemporâneas, minha preocupação não é apenas com o filme, mas com a sociedade que o produziu e se utilizou dele para discutir determinados temas que lhe interessam. (GALLINA, 2008, p. 15).

Também chamam atenção as pesquisas que tratam de masculinidades. São os trabalhos de Natalia Batista Peçanha (2013) “‘Regras de civilidade’: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916)”; Hélio Secretario dos Santos (2013) – “A morte do carteiro e outras histórias: crimes e masculinidades em Teresina nas décadas de 1970 e 1980”; Cassio Bruno de Araújo Rocha (2014) – “Masculinidades e o tribunal do santo ofício da inquisição: a ação das visitas do santo ofício às capitâneas do Norte da América portuguesa na defesa da ordem patriarcal: séculos XVI e XVII”; Douglas Josiel Voks (2014) – “Masculinidades em publicidades da revista *Veja* (década de 1970)”; Anderson Francisco Ribeiro (2016) – “Desnudando a ditadura militar: as revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)”; Natanael de Freitas Silva (2017) – “Dzi croquettes: invenções, experiências e práticas de si. Masculinidades e feminilidades vigiadas”; Gessica Aline Silva (2018) – “‘Entre o ‘new society’ e o ‘xilindró’: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na folha do Norte do Paraná (1965 - 1973)”; Alexandre Cozer (2018) – “Os falos de Priapo e as masculinidades romanas: sexo, humor e religião na Priapeia (Circas Séc. I D. C.)”. São 8 pesquisas no total.

⁸⁹ LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 541–553, 2001.

O trabalho de Peçanha (2013) é especialmente interessante, primeiramente pela fonte analisada (as páginas do *smart* Rio O’Nu, entre 1898 e 1916) e segundo porque mostra como a temática das masculinidades também é pouco explorada pela historiografia brasileira. Ao narrar a sua trajetória e como chegou ao objeto de pesquisa, ela menciona que:

Assim, parti para um estudo de gênero que melhor definisse a masculinidade, que por sinal ainda é pouco explorada pela historiografia brasileira. Ao analisarmos a masculinidade não planejamos um distanciamento da feminilidade, até porque ao realizarmos um estudo de gênero estamos pensando nele como uma ‘organização social da relação entre os sexos’, ou seja, não há como pensar em homens sem as mulheres e vice e versa. De certa forma, este trabalho tende a romper com uma espécie de masculinidade hegemônica (homem forte, onipotente, viril), ao apresentar figuras masculinas que fogem a esse perfil (homossexuais, alcoólatras e impotentes), que, portanto, precisavam ser moldadas para se enquadrarem em uma espécie de masculinidade ‘aceitável’. (PEÇANHA, 2013, p. 16).

Os trabalhos sobre masculinidades têm se multiplicado e trazem novas concepções e indagações sobre o tema. Essa exponencial multiplicação de pesquisas deu-se após 2013, conforme descrito acima. O acesso a documentos, além da discussão de direitos de minorias possibilitaram essa ampliação histórica e a relação com a interdisciplinariedade, especialmente na seleção de fontes. Contudo, ainda permanece uma ausência de pesquisas que visem contribuir com compreensões dialógicas entre os diferentes tipos de masculinidades existentes no Brasil, a fim de entender suas aproximações e suas diferenças.

A interdisciplinariedade pode ser observada não apenas nas referências utilizadas pelos/as pesquisadores/as nos trabalhos, mas também na escolha das fontes a serem analisadas e no recorte espacial internacional. O trabalho de Clara Cuevas (CUEVAS, 2015, p. 16-17), por exemplo, recorre a outras disciplinas, pois

A historiografia paraguaia nos obriga, a nós historiadores/historiadoras, a ampliar os nossos conceitos de memória, história e fontes, tendo em vista que grande parte da produção paraguaia sobre o período analisado resulta de uma escrita não especializada e não acadêmica, realizada por jornalistas, professores ou ativistas dos direitos humanos. [...] Neste sentido este trabalho não escapa ao seu tempo. Ainda que aqui seja analisado o período stronista menos estudado, anterior aos anos 1970, contemplando a sexualidade como operador epistemológico para compreender as dimensões políticas e subjetivas da ditadura, este trabalho se insere nesta produção borbulhante, estrangeira e que dificilmente encontraria apoio institucional dentro de uma universidade paraguaia, visto que o incentivo às pesquisas históricas no país ainda está pautada em ideias nacionalistas e com pouca abertura para pensar as sensibilidades que se confrontam com este nacionalismo. Tudo isso explica o fato de que neste trabalho recorreremos a uma grande gama de autores e autoras de fora do campo da história. Aqui se encontra um grande número de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos.

A pesquisa de Cuevas (2015) analisa o conhecido caso do radialista Bernardo Aranda que morreu queimado em 1959, em Assunção/Paraguai. A partir de uma crença de que o radialista era homossexual criou-se um cenário de crime passionai e perseguições a homossexuais, o que resultou na prisão de 108 pessoas investigadas pelo delito. Ao longo da prisão essas pessoas, supostamente suspeitas, foram torturadas, interrogadas e submetidas a humilhações proferidas sob julgo do regime ditatorial de Alfredo Stressner. Ninguém foi responsabilizado pelo incêndio e o número 108 tornou-se símbolo de resistência usado pelo movimento LGBTQIAPN+ paraguaio. E assim como no Brasil, ela coloca em sua pesquisa o menosprezo institucional/acadêmico pelo seu tema de pesquisa, a ponto de ser possível a realização de sua pesquisa somente em detrimento da organização documental realizada por movimentos sociais.

Cavalcante (2014) também percorre o caminho da interdisciplinariedade tanto na escolha das fontes, quanto na adoção do referencial teórico. Cavalcante investiga as identidades transgêneras e como elas foram produzidas, elaboradas e receberam significados a partir das tirinhas de Laerte Coutinho. Ela também analisa entrevistas que Laerte concedeu à TV. Nesse sentido a pesquisadora comenta sobre a sua dificuldade em encontrar historiadores/as aliados/as para análise deste tipo de fonte, de tal modo que ela necessitou buscar auxílio de teóricos da cultura visual, tais como William John Thomas Mitchell, Alfred Gell, Malcon Bernar e, principalmente, nas obras de Will Eisner, especialmente o livro intitulado *Quadrinho e a arte sequencial*.

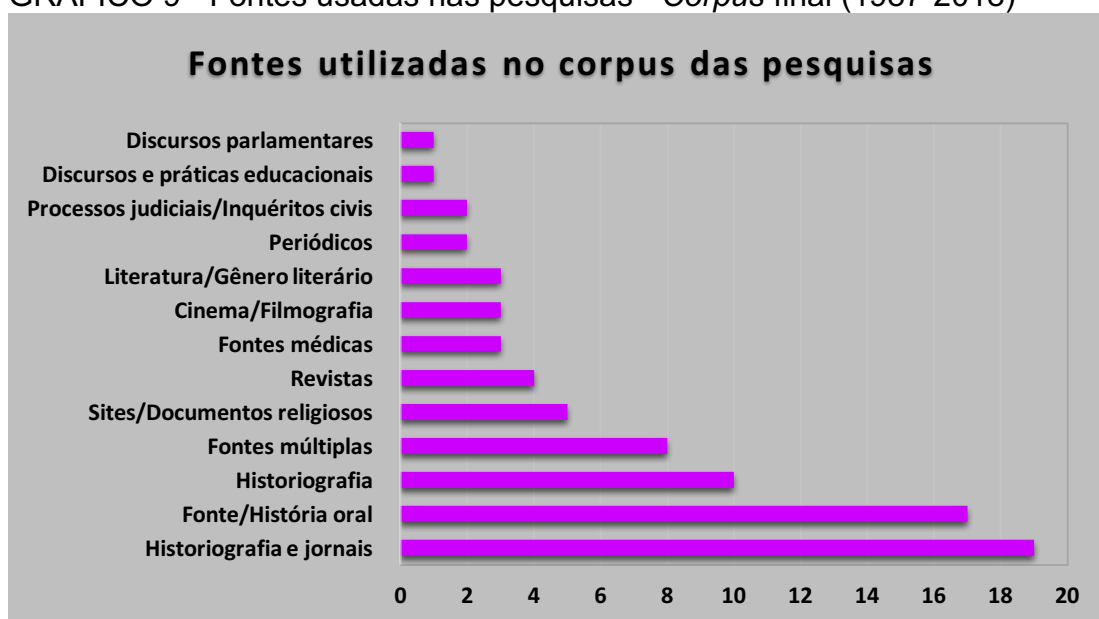
Os trabalhos que tratam de sexualidades⁹⁰ também usam da interdisciplinariedade na seleção de fontes, como jornais: Igor Henrique Lopes de Queiroz (2014) - *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*; periódicos: como exemplo cita-se o trabalho de Cristina Schettini Pereira (1997) - *Um gênero Alegre: Imprensa e Pornografia no Rio de Janeiro (1898 - 1916)*; fontes orais: é o caso do trabalho de Neide Cordeiro de Oliveira (2012) - *Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e*

⁹⁰ “No que se refere à sexualidade, no iníciodos anos 2000, identificamos, provavelmente, o primeiro balanço bibliográfico que trata dessa temática na área das humanidades e da saúde coletiva no Brasil, elaborado por Maria Andréa Loyola (2000) e publicado na *Physys*. A autora apresenta uma retrospectiva histórica dos primeiros eventos e publicações que surgiram no início dos anos 1980 e relembra a organização dos primeiros GT na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), destacando um importante protagonismo de antropólogas(os).” (FRANCH; NASCIMENTO, 2020, p. 6).

recantos de Campina Grande-PB (1970-2010); e *filmografia*, como é o caso da pesquisa de Flávio Vilas-Bôas Trovão (2010) - *O "Exército inútel" de Robert Altman: cinema e política (1983)*.

E então, analisando o conjunto geral da mostra e as fontes que foram usadas para a construção das pesquisas, igualmente é de se ressaltar a sua pluralidade. Destaco que as categorias foram agrupadas, pois as fontes são múltiplas e numerosas e a partir delas é possível mostrar tendências, temáticas de pesquisa e a pluralidade do que foi abarcado sobre a população LGBTQIAPN+.

GRÁFICO 9 - Fontes usadas nas pesquisas - *Corpus* final (1987-2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

As pesquisas que usaram como discursos parlamentares⁹¹ e discursos e práticas educacionais⁹² representam um trabalho cada. Com dois trabalhos cada, pesquisas também utilizaram como fonte histórica processos judiciais/inquéritos civis⁹³ e periódicos⁹⁴. As pesquisas que analisaram fontes médicas⁹⁵, cinema/filmografia⁹⁶ e literatura/gênero literário⁹⁷ contam com três exemplares cada. As pesquisas que dedicam-se à análise de revistas são quatro e analisam: *Revista G Mazine*⁹⁸; As revistas *Rádice*, *Luta&Prazer* e *Orgón*⁹⁹; *Revista Veja*¹⁰⁰; *Ele Ela*

⁹¹ NUNES, 2017.

⁹² OLIVEIRA, 2012.

⁹³ LINS, 2017; RODRIGUES, 2012.

⁹⁴ PEREIRA, 1997; BESSA, 2012.

⁹⁵ DENIPOTI, 1994; SILVA, 2015; e SILVA, 2016.

⁹⁶ GALLINA, 2008; TROVÃO, 2010; e MAIA, 2014.

⁹⁷ VIANNA, 2014; CAVALCANTE, 2014; e RIBAS, 2018.

⁹⁸ SILVA, 2010.

(1969), *Status* (1974), *Homem* (1975), esta que depois fora transformada na revista *Playboy* (1978)¹⁰¹. Cinco pesquisas tratam de fontes que se relacionam com religião, sendo *sites* ou documentos¹⁰². Oito trabalhos contaram com mais de uma fonte analisada¹⁰³. Dez trabalhos partiram de historiografia sobre o tema pesquisado¹⁰⁴. Dezesete trabalhos tiveram o seu desenvolvimento a partir do estudo de fonte/história oral¹⁰⁵. E, o maior grupo de fontes analisadas, conta com historiografia e jornais. Dentre os jornais que foram analisados estão: *Diário de Pernambuco*¹⁰⁶; *Jornal Snob*¹⁰⁷; *jornal A Notícia*¹⁰⁸; *d'O Rio Nu*¹⁰⁹; *O Estado e O Dia*¹¹⁰; *Folha de São Paulo*¹¹¹; *Diário Catarinense*¹¹²; *Jornal Notícias Populares*¹¹³; *Jornais de Pouso Alegre-MG*¹¹⁴; *Folha Norte do Paraná*¹¹⁵; *Lampião da Esquina*¹¹⁶.

Os trabalhos que usam jornais como fonte têm se multiplicado nos últimos anos, apresentando novas concepções e questionamentos. As pesquisas tiveram um salto quantitativo especialmente a partir de 2013. E a razão que apresento é de que o acesso à fonte seja um dos nós fundamentais que justificam o aumento da produção científica. Nesse sentido exemplifico a partir do jornal *Lampião da Esquina*. A doação realizada por Luiz Mott ao Grupo Dignidade fez com que o jornal estivesse disponível para acesso público, isso justifica porque na amostra oito trabalhos são sobre o jornal. O Grupo digitalizou os exemplares em alta qualidade e os exemplares estão disponíveis em endereço eletrônico. Essa ação tornou-se sem precedentes em termos de valor histórico, visto que acessar essa documentação se refere

⁹⁹ BELMONTE, 2009.

¹⁰⁰ VOKS, 2014.

¹⁰¹ RIBEIRO, 2016.

¹⁰² MOTA, 2013; KOREN, 2016; SILVA, 2018; MERCES, 2018; PETERSEN, 2016.

¹⁰³ SILVA, 1998; SOUSA NETO, 2011; GAMA, 2012; DEPIERI, 2013; BOTTON, 2013; CUEVAS, 2015; MARANHÃO FILHO, 2015; SILVA, 2017.

¹⁰⁴ ROMERO, 2008; SANTOS, 2009; LEITE, 2009; AMARILLO, 2012; ROCHA, 2014; PINTO, 2015; LIMA, 2016; SILVA, 2016; RIBEIRO JÚNIOR, 2016; COZER, 2018.

¹⁰⁵ DAVI, 2004; ARAÚJO JÚNIOR, 2006; ASSIS, 2011; SILVA, 2011; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2014; LORENZONI, 2014; SILVEIRA NETO, 2014; AZEVEDO, 2015; SILVA, 2015; VERAS, 2015; MEDEIROS, 2015; MACHADO JÚNIOR, 2016; LEITE, 2017; OLIVEIRA, 2018; ARAÚJO, 2018; SANTOS, 2018.

¹⁰⁶ CEBALLOS, 2003.

¹⁰⁷ COSTA, 2010.

¹⁰⁸ DENARDI, 2011.

¹⁰⁹ PEÇANHA, 2013.

¹¹⁰ SANTOS, 2013.

¹¹¹ OCANHA, 2014; GOMES, 2014.

¹¹² QUEIROZ, 2014.

¹¹³ PIACSEK, 2014.

¹¹⁴ COUTO, 2015.

¹¹⁵ SILVA, 2018.

¹¹⁶ BANDEIRA, 2006; VITIELLO, 2009; GIMENEZ, 2015; MAIOR JÚNIOR, 2015; MARIUSSO, 2015; COSTA e BRITO, 2016; PEREIRA, 2017; SILVA, 2017.

também ao estudo de minorias que tiveram seus direitos tolhidos ao longo do período ditatorial brasileiro. Logo, é de suma importância preservar as condições de armazenamento destas fontes e por mais que o acesso, em razão da disponibilidade digital esteja facilitado, resguardar materialmente esses materiais em um local adequado é importante para preservação da manutenção da memória LGBTQIAPN+.

A maior parte das fontes mencionadas têm em comum a razão de serem produções contemporâneas, notadamente do século XX, apresentando temporalmente momentos e representações acerca do próprio Novecentos; e foram ampliadas por historiadores/as (ao menos a maioria), no século XXI para entender o período ainda recente do século anterior. E em relação às pesquisas, há um destaque necessário a se fazer para a fonte/história oral. Muito da memória e ancestralidade LGBTQIAPN+ não está documentada ou publicada, mas sim presente nas lembranças de líderes de movimentos sociais ou de pessoas que viveram sempre à margem da história oficial. Percebo então a emergência de temas transversais relativos às minorias sociais que foram excluídas do debate público.

A partir da leitura e observação de pesquisas históricas compiladas ao longo do tempo, e dos resultados de pesquisas científicas sobre os mais diversos assuntos que permitem a observação histórica, esses estudos apresentam na descrição metodológica a seleção de métodos técnicos ou fontes publicadas. Essa descrição geralmente é definida pelo tópico que está sendo estudado, por partes selecionadas da História ou por outros aspectos que permitem ao/a pesquisador/a ter um olhar mais profundo, específico e crítico sobre o tópico. As fontes mais citadas são fontes orais, escritas e pictóricas, que podem ou não aparecer no mesmo esforço de pesquisa. As fontes de retrato geralmente incluem fotografias, filmes, roupas e outros artefatos de períodos históricos e pessoas. A abordagem histórica confere às fontes a temporalidade e a especificidade de se referirem a múltiplas realidades. São segmentações temporais a partir de períodos espaciais nos quais a História é refletida em relação a territórios, tempo ou direções.

Os paradigmas proclamados pela Nova História ampliam as múltiplas possibilidades de fontes históricas e estratégias metodológicas válidas e confiáveis. Nesse contexto, a pesquisa sobre população LGBTQIAPN+ é histórica e precisa ser repensada em seu objeto/símbolo/manifestações sagradas, culturais, sociais, econômicas e políticas. Ao provocar o olhar histórico em busca de evidências à

medida que os/as historiadores/as leem materiais com conteúdo histórico, é possível resgatar a perspectiva do período em todos os seus aspectos, revendo criticamente o passado e seu discurso. Conhecimento, prática e visões diversas do mundo e da ciência. A integração de metodologias de pesquisa histórica é a base para a construção crítica e o raciocínio histórico.

Assim, fica evidente a importância das diferentes fontes mencionadas para a pesquisa histórica, além da emergência da pluralidade de temáticas e abordagens possíveis. As fontes não foram usadas somente como meros documentos históricos, a partir dos quais foi possível construir uma narrativa, mas compreendidas como resultantes de experiências que estão relacionadas à população LGBTQIAPN+ (tanto coletivamente, quanto a um segmento da comunidade). Assim, foi uma preocupação dos/as pesquisadores/as demonstrar as condições de produção, circulação e consumo das fontes, além das dimensões de poder que se criam ou se relacionam a partir delas.

Também é possível questionar se as fontes sobre a população LGBTQIAPN+ trouxeram debates atuais à História ou a História é atualizada por fontes sobre a população LGBTQIAPN+? As fontes sobre a população LGBTQIAPN+ atualizaram a História porque delas surgiram possibilidades de investigação distintas das que são ofertadas pelos documentos oficiais, apresentando, assim, novas temáticas acerca da população mencionada, especialmente no período contemporâneo, momento de maior proliferação, mas ao mesmo tempo uma atenção interessante sobre temas já conhecidos. Todavia, simultaneamente, a História é atualizada pelas fontes sobre a população LGBTQIAPN+, porque nelas encontra-se o passado. As fontes sobre a população LGBTQIAPN+ trazem consigo o peso de representar e a fenda da sua própria materialidade, sendo assim, duplamente História.

3.3 A Posicionalidade como caráter ético-político dos/as pesquisadores/as nas pesquisas em História sobre a população LGBTQIAPN+

Nas pesquisas sobre gênero e sexualidades, geralmente, são usadas mais de uma teoria, teorias de perspectivas epistemológicas distintas, contudo, é importante explicitar as vinculações epistemológicas e detalhar o papel de cada uma delas na pesquisa, o que resulta na configuração de uma teorização mais pluralista.

De acordo com Japiassu (1992), a epistemologia é o discurso que percebe na filosofia o seu cerne, as suas diretrizes e, na ciência, o seu objeto. Nesse sentido, a epistemologia tem duplo sentido, pois tem relação com a ciência, mas também com a filosofia, especialmente porque se ocupa da estruturação de conhecimentos científicos. Em meu entendimento, enquanto pesquisadora de gênero e sexualidades, percebo como é difícil apartar as pesquisas que envolvem a temática, das próprias práticas, o que resulta e exige o esforço constante para compreender como ambas estão articuladas e envolvidas. E por isso a importância da discussão sobre ética. Segundo Mainardes (2021b, p. 131, grifo no original):

A ética, no entanto, estende-se após a pesquisa, nas oportunidades de devolutiva e, essencialmente, nas ações e nas intervenções que o/a pesquisador/a pode realizar no decorrer de sua atuação no mundo. Para Stetsenko (2020a, p. 2), não podemos nos dar ao luxo de ‘permanecermos neutros’, mas é também míope continuar com críticas que se preocupam em desconstruir o presente e o passado sem oferecer soluções radicais para os problemas e desafios que enfrentamos. A necessidade de tais soluções diz respeito não apenas as esferas política e econômica, mas também teóricas e conceituais. A **teoria** ocupa um papel central contra a mercantilização global abrangente associada à desregulamentação, competição e estratificação. Para ela, os modelos tradicionais de ciência ‘são pilares indispensáveis dessas tendências e da própria ordem capitalista global, atendendo aos objetivos de estabelecer e justificar hierarquias e desigualdades sociais. De modo geral, eles apoiam o status quo, com todos os preconceitos racistas, heteronormativos e classistas e suas práticas tendenciosas correspondentes (STETSENKO, 2020a, p. 2)’.

Percebo que a produção historiográfica sobre a população LGBTQIAPN+ tem aumentado significativamente nos últimos anos, especialmente a partir da década de 2000, como demonstram os dados analisados. Contudo, a historiografia, então responsável pela criação da história, delimita fronteiras entre os que serão incluídos (aqueles que devem ter a sua temporalidade reconhecida) e os excluídos de todos os momentos, de qualquer tempo ou temporalidade que possa ser estabelecida. A elaboração da história se dá a partir de um “efeito de sedimentação”, conforme Judith Butler (2019, p. 10), na medida em que elabora e conforma o “passado” como um acúmulo e um congelamento de certos elementos da História, ou ainda alguns “momentos” que, por atos de repetição acabam se tornando equivalentes.

Na área da História são escassas as discussões acerca da estruturação política e da adoção de certas categorias hegemônicas, além do próprio lugar da disciplina inserida em um quadro epistêmico claramente demarcado pelo racionalismo, pelo antagonismo entre sujeito e objeto e pela crença nas relações de

causa e efeito que são associados e produzidos nos grandes relatos políticos históricos. A historiografia contemporânea se propõe a partir de esforços significativos, estabelecer certos mitos, ficções de representações da realidade. Essas ficções continuam a contribuir para um regime que é disciplinar e epistemológico e colabora para dar sentido ao que é normal a partir de uma ressignificação da norma e de regimes de normalidade, resultando no aprisionamento das diferenças existentes em identidades simultaneamente prescritas e tidas como preceitos. (BRULON, 2018). Torrão Filho (2005, p. 134) reflete no mesmo sentido e afirma que “estas diferenças se fundam em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e mitos.” E indo além, buscando compreender a História Contemporânea e alguns de seus limites, Guarinello (2004, p. 35) declara que

Não há um único cotidiano definido pelas quatro estruturas, nem mesmo no mundo cada vez mais unificado em que vivemos. Não existe uma sociedade capitalista, um mundo industrial, uma sociedade civil, nem mesmo a sociedade de um país. Mas é verdade que para pensar o mundo precisamos ainda de recortes, necessitamos identificar ou propor diferentes cotidianos, que façam sentido em diferentes círculos de reprodução e transformação da vida. A historiografia contemporânea vem, pouco a pouco, atentando para a possibilidade de trabalhar com novos recortes, recusando-se a aceitar as unidades ‘naturais’ transmitidas pela tradição da disciplina e procurando ver como, na vida concreta das sociedades, tais recortes são construídos, como identidades são fabricadas ou desfeitas, como grupos humanos se aproximam ou se afastam construindo memórias comuns ou distintas, organizando-se e dispersando-se, compartilhando ou contestando valores cruciais, agrupando-se para agir, ou conformando-se com a inação, estabelecendo ou contestando relações de produção e de propriedade. De qualquer modo, o historiador não escapará jamais da necessidade de impor seus próprios recortes ao passado. O que não pode mais fazer é tratá-los como objetos naturais.

Os mitos, as representações de realidade são assim determinadas por diferentes ordens, que podem se relacionar com a educação, com o contexto médico, com o contexto prisional, entre outros. E cabe à pesquisa e a quem a elabora, desconstruí-los, principalmente quando relacionados à população LGBTQIAPN+.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais nos manter em um lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esse silêncio institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. (RIBEIRO, 2019, p. 63).

Para Mainardes (2021b), não basta apenas constatar uma realidade, ou denunciá-la, é preciso também buscar maneiras de contribuir para sua transformação. E quando se assume uma postura ética de devolução de resultados, de retribuição e de contribuição para o contexto nos quais estamos inseridos/as, está-se, simultaneamente, assumindo uma postura ética. Em outras palavras, o que quero dizer é que sei do avanço das produções sobre a população LGBTQIAPN+, contudo entendo que elas ainda poderiam envolver um universo maior de pesquisas. É preciso reconhecer, conforme asseverado por (BRULON, 2018, p. 50) que a História ainda está associada a um centro político de produção de conhecimento e de estabelecimento de certas verdades, esse centro é balizado pela heteronormatividade que se vê indissociável da escrita histórica dos sujeitos e das sexualidades. É preciso demonstrar então que o fato de escrever e apresentar uma história heteronormativa tem como consequência a inserção na história de pessoas tidas como “anormais”. Compartilho das dúvidas de Lopes (2018, p. 82):

[...] Quais as relações entre a historiografia e as diversidades corporais e de identidade de gênero inconformes à cisnormatividade? Como inserir pessoas trans, de outras diversidades corporais e da identidade de gênero? Bastaria denunciar a pouca importância dada às diversidades culturais e às identidades de gênero na produção historiográfica? Seria suficiente uma simples inserção de temas, objetos, experiências e sujeitos, ou deveríamos pensar de outro modo, para não cairmos na armadilha de abordarmos o novo, o não pensado, a partir de referências e categorias de um antigo e já cristalizado regime de verdade? Bastaria romper o silêncio e o apagamento até agora praticado pela historiografia, ou seja, realizado por nós historiadores/as que refletimos a partir de determinados espaços, lugares e privilégios de enunciação, como a cisgeneridade, ou há possibilidade de mudança(s) epistemológica(s)?

Não são questões de fácil ou imediata resposta, contudo a análise e reflexão que podem surgir a partir dessas indagações podem dar alguns caminhos. Mas somente acusar a História de elaborar objetos e o historiador de construir mitos historiográficos – o que, de fato, não é nenhuma novidade – não resulta na desconstrução dos regimes normativos a partir dos quais mitos e verdades são elaborados. (BRULON, 2018).

E em se tratando de hierarquias é preciso destacar que as pessoas cisgênero são as únicas que estão envolvidas no debate histórico historiográfico do Brasil, gozando, portanto, de privilégios, resultantes da sua identidade de gênero, que foi historicamente construída, estabelecida. Sobre isso, é importante mostrar como homens e mulheres cisgênero-gays se apropriam e gozam desses privilégios de acesso à academia e de enunciação de conhecimento saber, em detrimento de

uma população trans que é constrangida, degradada, subalternizada e apagada, inclusive pela historiografia. (LOPES, 2018). Nesse contexto, importa conceituar certos termos que podem auxiliar, inclusive, nas reflexões provocadas pelos questionamentos supra apresentados:

QUADRO 12 – Conceitos relativos à sexualidade

CONCEITO	COMPREENSÃO
Trans	Significa além. Sabendo-se que o seu antônimo “cis” significa “deste lado”, criou-se, por contraposição, a palavra “cisgênero”, aplicada às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi imposto socialmente.
Cis	A origem do termo “cis” é incerta, mas sabe-se que a palavra é usada desde a década de 1990... O fundamental não é seu caráter definitório, mas nomear um interlocutor, um lugar de fala para o qual se fala... “Cis” ajuda a descentralizar o grupo dominante...; Desejo de transformar em interlocutor até então inacessível... O núcleo duro da terminologia “cis” é o apontamento de uma nova interlocução absolutamente necessário para que haja diálogo, portanto uma denúncia de uma imposição de fala.
Cisgeneridade	É um conceito composto pelas compreensões socioculturais, ocidentais e ocidentalizados do gênero, tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras de sobrevivência e corpos em termos de gênero. Opera enquanto uma identidade de gênero normativa e naturalizada.
Binariedade	É uma outra importante característica da cisgeneridade, pois estrutura nossas incompreensões sobre corpos e as identidades de gênero humanas. Todos os corpos e gêneros tem uma história e a binariedade como uma normatividade sociocultural eurocêntrica define e restringe os destinos de muitos deles mundo afora... As diversidades de corpos a identidades de gênero são, assim, contrastadas às características do que é culturalmente inteligível como homens ou mulheres.
Identidade de gênero	É (auto)identificação. Diz respeito ao gênero com o qual a pessoa se identifica; “que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem”. (JESUS, 2012, p. 24).
Orientação sexual	A definição é pautada pela atração afetivo-sexual por pessoas de qualquer gênero, igual ou diferente daquele com o qual a pessoa se identifica. Assexual, bissexual, heterossexual e homossexual são alguns exemplos e possibilidades de orientações sexuais.

Fonte: Adaptado pela autora de Jesus (2012 e 2015) e Lopes (2018).

Diante do exposto, salutar mencionar como envolver o debate ético na presente pesquisa é também assumir um posicionamento controverso, na medida em que tal posicionamento é também político. (STETSENKO, 2020). A historiografia é resultado e condição de possibilidade de uma rede de organismos e táticas, de saberes, poderes. Essa condição faz com que se busque a naturalização do discurso que é produzido na História, reforçando apagamentos e pertencimentos de gênero, enfatizando visões binárias eurocêntricas, que são, principalmente, hierárquicas, associando menor importância e atenção acadêmicas aos gêneros

ditos inconformes, não denunciando, ou não se incomodando, o que configura maior gravidade, com a hegemonia cisgênera da História. (LOPES, 2018).

O posicionamento ético e político não envolve apenas as questões burocráticas como a submissão de pesquisas em Comitês de Ética, mas o posicionamento de pesquisadores/as no mundo, qual lugar é ocupado, ou seja, a questão ontológica¹¹⁷. Enquanto pesquisadora poderia acatar o *status quo* da área, rever a pesquisa aqui desenvolvida e manter o mesmo discurso hegemônico que contribui para a manutenção de uma História masculina, branca, cisgênera, eurocêntrica. Mas há o incômodo que surge também a partir do meu lugar de enunciação: de mulher bissexual, sujeita integrante da população LGBTQIAPN+ e pesquisadora.

Masson (2022, p. 9-10) declara que a

Neutralidade axiológica na produção do conhecimento não é possível em uma sociedade estruturada no antagonismo das classes sociais, bem como pelas diferenças de gênero, etnia, sexualidade, etc. Não é por acaso que a tomada de posição sobre os fundamentos ontológicos, epistemológicos e lógicos tem implicações éticas, já que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade.

Diante do exposto, da normalidade na pesquisa em História, que possui um padrão, guiado por determinados perfis de ciência: homens brancos, cis, a insatisfação faz e deve fazer cada vez mais parte daqueles que pertencem aos grupos minoritários e que são silenciados nos espaços de produção de conhecimento. Stetsenko (2022, p. 17) considera que

Estar insatisfeito consigo mesmo significa sim que a pessoa já embarcou em um projeto transformador –porque é precisamente da posição de uma pessoa mudada, ou pelo menos uma pessoa que está lutando para mudar, que o eu atual pode ser visto, refletido e criticado (e considerado deficiente em alguns aspectos). Uma reflexão crítica só é possível a partir de uma trajetória de mudança de envolvimento no mundo como um ator social –não como uma ‘reflexão’ mental separada. Como sugerido aqui, a reflexão crítica e o conhecimento crítico são formas de atividade transformadora crítica no mundo, possível quando os elementos de um novo caminho de atividade já foram criados, ainda que apenas em uma forma nascente. Essa posição está de acordo com a lógica marxista expressa na afirmação profundamente dialética de que quando ‘[...] as pessoas falam de ideias que revolucionam a sociedade, elas apenas expressam o fato de que, dentro da velha sociedade, os elementos de uma nova tenha sido criado [...]’ (MARX; ENGELS, 1978, p. 489).

¹¹⁷ “a ontologia crítica de nós mesmos certamente deve ser considerada não como uma teoria, uma doutrina ou mesmo corpo permanente de saber que se acumulou; ela deve ser concebida como uma atitude, um *ethos*, uma vida filosófica na qual a crítica do que somos é, a um só tempo, análise histórica dos limites que nos foram impostos e uma experimentação com a possibilidade de irmos além deles.”(FOUCAULT *apud* SPARGO, 2006, p. 63-64).

A partir de uma concepção crítica então, a resistência será travada contra a permanência da violência de regimes de verdade, normalidade e naturalização. E Butler (2019, p. 103) traz o tema para a psicanálise, ao dizer que “a lógica dessa operação é até certo ponto de natureza psicanalítica, uma vez que a força de proibição produz o espectro de um retorno aterrorizante.” Assim, o passado abstruso deve ser trazido para o presente por que, conforme Brulon (2018, p. 74), a sua “normalização como objeto epistêmico passível de entendimento nos leva do recalque – segundo o qual o oculto é reprimido – à afirmação dos oprimidos relegados à sua história ela mesma subalternizada.”

Se não basta expor o apagamento ao qual a população LGBTQIAPN+ é submetida na historiografia, é preciso denunciar a invisibilização, o silenciamento ou a pouca atenção dada à dimensão cisgênero das fontes. Reconhecer que persiste uma exclusão de certas experiências (como as experiências trans e bissexuais por exemplo) feita pela narrativa historiográfica é um começo. Não é uma solução instantânea à ausência de reconhecimento histórico e historiográfico do desejo de não visualizar, de não perceber, ou de não atribuir a atenção intelectual, igualmente a situação que trata da ignorância relativa a certas histórias, memórias, rastros daqueles/as que se afirmam e encaram o desafio da autoidentificação, dos gêneros inconformes e da diversidade de corpos não será resolvida.

Assim, não é suficiente apenas apresentar histórias de pessoas que no passado, ou no presente, transgrediram a cisnormatividade, tida como normal e biológica, isso não é mais suficiente, porque dar visibilidade para tais rompimentos mostra, também, como as visibilizações não são autoevidentes, também não se autoexplicam e muito menos são neutras ou imparciais. Reforçando que a neutralidade epistemológica é rejeitada. Existe “a necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e a importância de se romper com um postulado de silêncio.” (RIBEIRO, 2019, p. 89). E sobre as fontes, Veras e Pedro (2018) afirmam que

Sem dúvida, a invisibilidade das homossexualidades nos estudos históricos não se justifica pela ausência de fontes. Afinal, as fontes não são elas mesmas produto do processo interpretativo, inventivo da operação historiográfica, resultantes da seleção e classificação feitas pelos/as historiadores/as? Tampouco representam uma aversão dos/as historiadores/as às novas temáticas — há muito os ‘marginais’, os ‘vencidos’, os ‘excluídos’, ‘silenciados’ povoam os livros de história — ou mesmo ao tema da sexualidade.

As visibilizações também surgem a partir de ordens discursivas e com certas finalidades e objetivos. Os procedimentos da própria narrativa devem ser questionados, a partir de indagações acerca dos relatos e dos pensamentos historiográficos, pois são potencializados como ferramentas na batalha contra os históricos binarismos, os processos de normalização e as naturalizações das identidades, dos gêneros, das próprias inteligibilidades que cercam essa discussão. Apenas a tolerância e a inclusão não são suficientes para empreitada contra a produção cisnormativa e historiográfica. (LOPES, 2018). Em conformidade com (MISKOLCI, 2018, p. 50-51)

reconhecimento de quem é diferente para transformar a cultura hegemônica... A necessidade de ir além da tolerância e da inclusão mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, do reconhecimento do Outro como parte de todos nós.

O silenciamento da História, por exemplo, sobre as experiências das mulheres e da própria população LGBTQIAPN+ é sim um silêncio político. Romper com esse silêncio é também rever e reler as fontes utilizadas nas narrativas históricas, além de tecer uma crítica ao próprio fazer da historiografia tradicional. (NAVARRO-SWAIN, 2008). Sobre os desafios que estão implicados no rompimento do silêncio, concordo com (LOPES, 2018, p. 95-96):

Tenho, assim, dois principais desafios. O primeiro, não mais favorecer ou manter invioláveis tais privilégios socialmente forjados. Identifico, externo, desnaturalizo e apresento para análise e debate as condições de possibilidades de minhas problematizações e narrativas. O segundo, não exotificar as experiências travestis e trans. Ao mesmo tempo, *não* busco dar voz às pessoas excluídas, o que exigiria, de um lado, arrogância e presunção, pois implicaria em me ver como único intermediário. Por ser pesquisador de uma 'comunidade de fala', por operar e agenciar uma ordem discursiva 'que rege o que pode ser dito e o que pode ser visto como verdadeiro em cada momento', poderia dar e permitir a voz às pessoas marginalizadas. Por gozar de hegemônicos meios de escuta e transcrição, teria licença para deixar falar, depreciando e desvalorizando experiências de pessoas transformadas em temas, em objetos ou em campos de estudo pois elas seriam apenas as entrevistadas, as depoentes, as fontes para reflexão e para dotação de sentido. Reconheço e busco destacar a necessidade de valorizar as históricas especificidades das suas experiências, histórias, memórias e relatos, no máximo como um aliado, no sentido proposto por Deleuze, lendo em intensidade e desestabilizando os pressupostos, inclusive os dos meus lugares de fala e denúncia.

Em relação ao passado não há como se produzir um discurso verdadeiro ou fidedigno (que represente fielmente o que de fato aconteceu), mas há a obrigação ética como a verdade, tanto localizada quanto histórica. Também não é mais possível afirmar que fatos do passado podem ser recuperados e que viriam puros ao presente a partir do uso do método correto. Igualmente não há escrita da história

que seja ausente de política, ou de ideologias. (RIBEIRO JÚNIOR, 2018). É preciso resgatar o que historiadoras das mulheres e de gênero refletiram sobre o campo de pesquisa:

Os historiadores das mulheres constantemente se deparam protestando contra as tentativas de relegá-los a posições que lhes são meramente estranhas; também resistem aos argumentos que põe de lado o que eles fazem como sendo tão diferente não pode ser qualificado de história. Suas vidas profissionais e seu trabalho são, por isso, necessariamente políticos. No final, não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento dos processos que produzem. E, por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político. (SCOTT, 1992, p. 92).

Política também deve ser a abordagem da história das sexualidades e da população LGBTQIAPN+. É paradoxal que a história da população LGBTQIAPN+, acusada de politizada, demonstre o quanto a politização de toda uma área de conhecimento, no caso a História, é responsável por determinar e estabelecer aquilo que é ou não História, quais são os objetos históricos, quais os conceitos e quais as fontes de pesquisa histórica devem ser consideradas quando da realização de pesquisas científicas.

E nesse sentido o entendimento de posicionalidade pode auxiliar a entender algumas questões. Chamo de posicionalidade o lugar assumido por pesquisadores/as em relação ao conhecimento que produzem. Destaco que a Europa, tida como lugar de nascimento da filosofia e da ciência moderna, colaborou para teorias e ferramentas que exaltam um pensamento universal, pragmático e calcado na neutralidade. Muito embora tal lógica ainda seja reproduzida, o fato é que a partir dos estudos feministas, dos estudos de gênero e de sexualidades, dos estudos subalternos, entre outros, o conhecimento é posicionado. (BRITO, 2022). Em outras palavras: dificilmente anulamos ou evitamos as influências “que nosso gênero, classe, sexualidade, localização histórico-geográfica, religião (ou ainda não religião), raça, etnia, idade, etc. têm sobre a forma em que vemos e analisamos o mundo.” (BRITO; ORNAT, 2021, p. 5).

O modo como o conhecimento é conformado é indissociável da localização política/geográfica e da localização político/social de cada indivíduo (GROSFOGUEL, 2013). E nesse sentido, embora a teoria queer preocupe-se com o fato da desconstrução da pseudoneutralidade existente na produção científica do conhecimento, o caso é que categorias tidas como universais ignoraram a realidade de pessoas ao Sul do mundo e também no Oriente. Tanto o feminismo, quanto a

teoria queer estabeleceram generalizações para as experiências humanas diante de um olhar da mulher e da pessoa queer brancas. E de acordo com Tiburi (2018, p. 119-120) “o protagonismo de sujeitos marcados não pode se tornar motivo para que os marcados diferentemente não lutem por todos.” Essa suposta universalidade concebeu o corpo masculino¹¹⁸ como o único com poder de fala em relação ao corpo feminino, ignorando identidades e diferentes formas sociais, como as não-brancas e as não-europeias, que se organizam de modo distinto e também possuem significados diferentes para o que entendemos como *mulher*, *feminismo*, *gênero*. (hooks, [1981] 2019; OYĚWÙMÍ, [1997] 2001; MUÑOZ, 2010).

Às vezes lugar de fala pode ser um lugar de dor, as vezes um lugar de dor pode ser um lugar de fala. Se o lugar de fala é abstrato e silencia o outro quando deveria haver diálogo, ele já não é mais um lugar político, mas um lugar autoritário que destrói a política – no sentido das relações humanas que visam ao convívio e a melhoria das condições da vida em sociedade. Talvez até agora não tenhamos avaliado uma questão, a de que a marcação implica uma dor. Aquele que é marcado como minoria carrega sua dor, e toda dor deve ser respeitada. De onde vem as dores políticas? Da violência do poder. Por isso para que lugar da dor se torne lugar de fala, é preciso articular a dor, reconhecê-la, colocar em um lugar político, aquele lugar onde o outro está incluído como um sujeito de direitos que também tem a sua dor. Por isso, Vilma Piedade tem razão em falar de ‘dororidade’ em vez de ‘Sororidade’. (TIBURI, 2018, p. 116).

Em certas ocasiões as posicionalidades dos/as pesquisadores/as podem possibilitar o acesso a informações privilegiadas, principalmente quando se trata de pesquisa sobre pessoas com as quais se criam laços de identidade/identificação. A identificação resulta também na empatia e em processos de confiança. (MUÑOZ, 2010). E quando é analisada a produção científica que é construída nos ambientes acadêmicos, nos programas de pós-graduação, a colonialidade do poder, do saber e do ser também são palpáveis no processo de pesquisa. Se a modernidade e, conseqüentemente, a colonialidade impõem uma separação entre quem frequenta e quem não frequenta o espaço universitário, isso também pode incidir no modo como o gênero com o qual me identifico, a classe e a raça (posicionalidade) são percebidos por quem fará parte da pesquisa. (ENGLAND, 1994; ORNAT, 2008; MUÑOZ, 2010).

¹¹⁸ “O homem branco falante é uma forma personalizada da velha soberania patriarcal. Um corpo presente, o modo de ser, a materialização concreta do poder, seu simulacro em estado bruto. Na ordem do discurso patriarcal, o “homem branco” é uma figura e uma lógica ao mesmo tempo. Está autorizado a falar sobre todos os assuntos, a fazer o que bem entender, muitas vezes até a perversão, a produzir e reproduzir uma visão de mundo que o favorece. O que se chama de lugar de fala é uma insurgência que afeta o chamado “falocentrismo”, que é a “fala-poder” ou o “poder-fala” do homem branco. A “fala” é autorizada por um “falo” que sempre esteve em posse dos homens brancos, que dominaram os discursos e a produção da verdade. (TIBURI, 2018, p. 58).

Apenas em nove trabalhos da amostra final foi possível identificar a posicionalidade LGBTQIAPN+, na introdução (de modo mais incisivo e direto) ou nas dedicatórias (de maneira mais singela, mas não menos importante), conforme é possível visualizar no próximo gráfico. Essa posicionalidade se relaciona com existência, com posicionamento político e não apenas com a emissão de palavras. Ademais, contribui para colocar em xeque a historiografia tradicional e o modo como o conhecimento é hierarquizado. Concordo com Ribeiro (2019) e não reduzo a potência do argumento a essencialismos, ou seja, não são apenas pessoas LGBTQIAPN+ que podem construir pesquisas sobre, ao contrário, todas/os aliados/as à luta são bem-vindos/as.

Para hooks (2019 [1981]), perceber sua posição como mulher, em meio a uma identidade negra, não foi uma tarefa fácil, igualmente não foi para Muñoz (2010) identificar o seu posicionamento enquanto uma pessoa latina e queer, nomeadamente em sua pesquisa, também não foi um trabalho simples. E essa identificação de posicionalidade é ainda mais complexa quando se pensa a pesquisa a partir da interseccionalidade:

Que reúne em si os marcadores de opressão da raça, gênero, da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos históricos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda a luta é luta quando é luta 'junto com' o outro, o companheiro, contra um estado de coisas injusto. [...] O que eu estou chamando aqui de dialogicidade, relaciona-se ao sofrimento e à luta. À capacidade de escutar e de falar. [Audre] Lorde nos ajuda nisso, lutar pelos direitos das mulheres é lutar pelos direitos dos negros; lutar pelos direitos dos negros é lutar pelos direitos das mulheres e dos índios, das pessoas trans e dos trabalhadores; lutar pelos direitos dos trabalhadores é lutar pelos direitos das mulheres que são trabalhadores. Quando lutamos por um lugar de fala lutamos pelo lugar de todos. (TIBURI, 2018, p. 55).

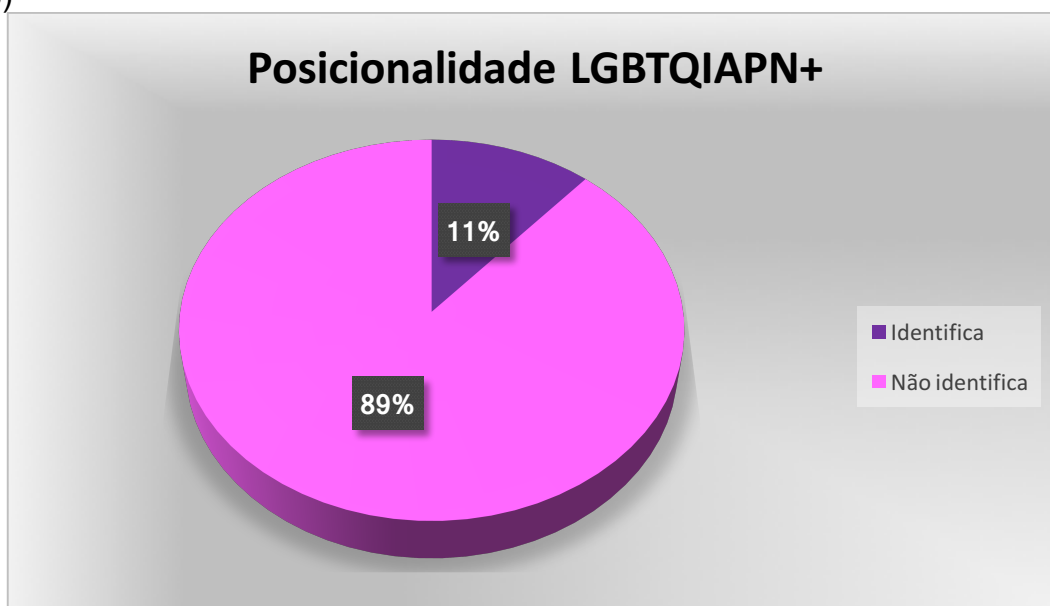
E quando se trata de luta e de lugar de fala, entre as posicionalidades LGBTQIAPN+ assumidas nas pesquisas do *corpus* final, destaco especialmente a de Gomes (2014, p. 19-20):

O motivo da escolha remete para minha trajetória de vida pessoal e profissional. Pessoal porque como gay me identifico com a luta contra a homofobia, manifestação sociocultural que não só acompanha minha história de vida desde tenra idade, como ainda me instiga, faz refletir e buscar compreender cada vez mais a homossexualidade como experiência subjetiva. Em segundo lugar, ainda no âmbito pessoal, pesa a percepção na condição de testemunha dessa mudança histórica que se pretende contar, não sem apontar suas contradições, recuos e limitações. É evidente e inegável, portanto, certo componente autobiográfico na empreitada. Esta dissertação traz consigo, não só um desejo de melhor compreender o mundo, a realidade brasileira e minha posição como sujeito e cidadão. [...] Comporta também o anseio de contribuir com o debate historiográfico em

torno do tema e também para minha qualificação como sujeito pensante e atuante, professor universitário, militante na causa do combate à homofobia.

Na seleção das fontes, no trabalho de pesquisa com pessoas LGBTQIAPN+, dissertações e teses relacionadas, são encontradas vantagens e desvantagens no meu processo de pesquisa, justamente por existirem intersecções com as fontes selecionadas. É um ponto de libertação.

GRÁFICO 10 – Identificação de posicionalidade LGBTQIAPN+ nas pesquisas (1987-2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

Destaco igualmente a posicionalidade adotada por Veras (2015, p. 27-28) e como o pesquisador percebe o potencial papel transformador da História:

A escrita deste trabalho está atravessada, ainda, por minha afirmação política como sujeito homossexual em um país e estado profundamente marcados pela violência machista contra mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Ao acionar minha condição de pesquisador homossexual, afirmação identitária, que, de certo modo, contradiz a orientação teórica queer presente nesta pesquisa, pretendo lembrar que a produção do conhecimento histórico é permeada por escolhas subjetivas e políticas. Penso que a história, para além de uma produção de conhecimento sobre o passado, também é lugar de intervenção política e instrumento de transformação social. A produção de saberes críticos sobre os sujeitos (ainda) marginalizados/as, não apenas da disciplina histórica, mas da sociedade e da própria condição de humanos, pode ser utilizada como ferramenta que contribui para a desmontagem da [...] máquina binária heteronormativa, que produz corpos estigmatizados e abjetos.

Diante de todo o exposto, as pesquisas em História sobre a população LGBTQIAPN+ embora tenham percorrido um caminho que as coloca em evidência, ainda sim, é preciso pensar outras teorias, epistemologias feministas, queers e pós-coloniais (ou decoloniais) no Sul Global, para construir uma reflexão sobre

referências, sobre pessoas que estão sendo postas no centro do debate histórico a partir de pesquisas acadêmicas, objetivando desestabilizar os poderes hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Até aqui, isto. Como afirma Herbert Daniel, definitivo é só o transitório.” (SOUSA NETO, 2018, p. 40).

Nesta pesquisa busquei analisar os aspectos teórico-metodológicos da produção do conhecimento relativa à população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero), a partir da análise de dissertações e teses produzidas sobre o tema em Programas brasileiros de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da área de História, considerando como interregno os anos de 1987 a 2018.

As fontes que envolvem a população LGBTQIAPN+ podem não ser os documentos mais comuns aos/às historiadores/as brasileiros/as; entretanto, em face a todo o exposto, é inegável a presença e sua relevância na historiografia produzida no país nas últimas duas décadas. Mais do que isso, existem esforços entre historiadoras e historiadores para promover esta historiografia. Exemplos de tais esforços são as comunicações feitas nos simpósios temáticos da ANPUH; a formação de grupos de pesquisa; o incentivo a essas investigações nas linhas e núcleos de pesquisa dos Programas; a produção de eventos específicos sobre essas temáticas; a organização de coletâneas que reúnem pesquisas sobre o tema. E, sobretudo, a escrita de dissertações e teses com tais fontes nos Programas de Pós-Graduação.

Analisar esta materialização, entretanto, é uma tarefa que não se esgota. À guisa de conclusão, procurarei relacionar alguns aspectos, a saber: como a área da História foi tardiamente atravessada pela temática que se relaciona com a população LGBTQIAPN+; quais as características que a produção acadêmica brasileira sobre o tema têm; o que estas fontes informam sobre tendências, avanços e outras perspectivas.

O mais tenro debate se instaura em torno de dois fatores: a própria concepção teórica sobre o que é a população LGBTQIAPN+ e a perturbação causada por ela nas esferas culturais e sociais. Em vista à análise feita sobre as teses e dissertações produzidas nos Programas brasileiros, percebeu-se que a preocupação das pesquisas recai mais sobre o segundo fator do que sobre o

primeiro, o que pode influenciar, entre outras condicionantes, na relação com o número de pesquisas encontradas.

A percepção sobre o que cada grupo que conforma a comunidade ainda é informada por poucos/as historiadores/as, sendo mais debatida entre antropólogos e sociólogos e se iniciou em âmbito internacional. Dentre as pesquisas analisadas, as preocupações teóricas em torno da natureza da população LGBTQIAPN+, enquanto um grupo com demandas comuns, não são questões centrais.

Os trabalhos realizados nas teses e dissertações analisadas recaem, portanto, sobre a perturbação causada por pessoas LGBTQIAPN+ nas esferas cultural e social (em espaços institucionais, por exemplo, como a escola e a igreja; ou ainda em espaços públicos), que são sintomas de sua historicidade. Deste processo resultam inúmeras interpretações e efeitos. Estes fatores, em diferentes medidas, foram analisados pelos/as historiadores/as. Foi característico a estes trabalhos uma análise das fontes, avaliando seu contexto de produção, motivações e circulação (no caso dos jornais), as razões e crítica desses elementos.

A face geral deste conjunto historiográfico possui alguns contornos marcantes. Foi possível constatar, a partir da amostra que o recorte temporal recai principalmente sobre os séculos XX/XXI, prevalecendo o século XX, que abarcou 61 trabalhos. Em relação aos recortes espaciais, a maior parte das teses e dissertações se refere ao Brasil.

Ao assumir as teses e dissertações como fontes principais para constituição da análise concluí que tais características emergiram também dados secundários que auxiliaram na compreensão sobre a consolidação da práxis historiográfica. Alguns já foram explorados anteriormente em simpósios temáticos sobre o tema na ANPUH, ou em coletâneas. Há, entretanto, outras dinâmicas que ocorrem no universo acadêmico que também nos permitem vislumbrar tal consolidação, como outros eventos acadêmicos e revistas ou dossiês de revistas dedicados ao assunto.

Os quadros, gráficos e cartogramas apresentados ao longo da dissertação poderiam, certamente, ser desdobrados em outras categorias e ampliados com mais categorias. Entretanto, expus o que considerei ser mais expressivo entre as pesquisas e que, portanto, compõe um dos traços de um retrato construído a partir do *corpus* pesquisado.

Com base nos dados disponíveis no Banco Digital de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (1987-

2018), foi realizada a identificação de 90 trabalhos (dentre os quais foi possível acessar 79, que estão disponíveis em endereços eletrônicos) sobre a população LGBTQIAPN+ em História no Brasil, produzidos em Programas de Pós-Graduação. Argumentei que existem ausências e silêncios relacionados a determinados grupos na produção historiográfica brasileira, dentre eles, a população LGBTQIAPN+. O BDTD CAPES (1987-2018) possuía, até a atualização de 2018 que foi acessada, 22.840 dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História, entretanto, do quantitativo de trabalhos em História existentes no banco, apenas 0,4% fazem referência à população LGBTQIAPN+, o que justifica a necessidade de análise e caracterização da produção de conhecimento sobre a temática, identificando similitudes, particularidades e principalmente os obstáculos para a sua ampliação.

Quando analisadas as temáticas das pesquisas que formam a amostra foi possível constatar que grande parte delas trata de discussões que envolvem a homossexualidade relacionada à população Gay, o que se articula com o campo de pesquisa de gênero. Conforme demonstrado ao longo desta dissertação, houve uma predominância de pesquisas sobre tal população. Ao mesmo tempo, a amostra contou com trabalhos sobre masculinidades e seus significados o que também não pode ser desconsiderado. Como o objetivo foi perceber como a população LGBTQIAPN+ foi abordada nas pesquisas, salienta-se a inexistência de trabalhos que investigam certos grupos, como a população bissexual. Outras populações como a Pansexual e a Não-binária, como os conceitos e seus entendimentos são recentes, provavelmente isso justifique a sua ausência.

As pesquisas são de maioria empírica e isso é constatado pela diversidade de fontes utilizadas. Apenas para ilustrar, 17 pesquisadores/as recorreram ao uso de história/fonte oral, principalmente porque como mencionado, aspectos da memória e da ancestralidade LGBTQIAPN+ não estão documentados, organizados em arquivos ou publicados, mas sim presentes nas lembranças de pessoas que compõem a população LGBTQIAPN+, ou que com ela tiveram algum tipo de relação.

Quanto às questões teórico-epistemológicas das teses e dissertações sobre população LGBTQIAPN+, em Programas de Pós-Graduação em História, verificou-se a existência de algumas lacunas expressas em outras análises sobre as produções relativas a gênero e sexualidades, mostrando que essas limitações estão presentes na estrutura da área histórica de modo geral. Assim, constatou-se através

desta pesquisa, que as teses e dissertações indicam dificuldades no momento de definir, de modo mais coerente, o referencial teórico adotado, bem como a perspectiva teórica que guia as análises sobre população LGBTQIAPN+. Os trabalhos fazem uso de teorização combinada porque são trabalhos interdisciplinares, que usam fontes diversas e se apropriam de conceitos e categorias de diferentes áreas do conhecimento. Tal caminho parece ser, inclusive, bem recebido em trabalhos que versam sobre gênero e sexualidades. Isso pode justificar essa dificuldade em identificar o enfoque teórico-epistemológico. No caso dos trabalhos analisados, verificou-se que os/as pesquisadores/as fazem uso de ideias de diferentes autores/as da História e outras áreas para defender determinados pontos de vista e refutar outros.

A análise das questões objetivas e subjetivas que constituem as produções da amostra também mostrou que os/as pesquisadores/as apresentam dificuldades no momento de expressar seu posicionamento epistemológico. A partir disto, pode-se afirmar que os/as pesquisadores/as não fazem uma relação entre perspectiva teórica adotada e sua visão política em relação ao objeto analisado. Mas, ao mesmo tempo, foi interessante refletir sobre o modo como a identificação da posicionalidade LGBTQIAPN+ surge, mesmo que tímida em alguns trabalhos. Apenas em 11% dos trabalhos houve identificação por parte dos/as pesquisadores/as a respeito de fazer parte da população LGBTQIAPN+ e isso tem relação com o rompimento de um conhecimento e de uma historiografia hierarquizados, mas não se reduz a essencialismos, já que é importante que pessoas que não fazem parte da população LGBTQIAPN+ também elaborem pesquisas sobre ela.

Apesar das limitações verificadas nas produções, afirma-se que a produção sobre a população LGBTQIAPN+ é uma área de estudo que vem se consolidando nos Programas de Pós-Graduação em História, no Brasil, devido ao significativo número de produções que vem aumentando ao longo dos anos. Além disso, foi possível verificar através da análise, que existem estudos que iniciaram a utilização de diferentes e novas perspectivas teórico-epistemológicas e metodológicas, que podem ser vistos como uma tentativa de buscar novos caminhos para os estudos de gênero e sexualidade, principalmente no tocante à população aqui analisada, o que mostra que os estudos desse espaço, buscam expansão e aprimoramento em relação a esses elementos.

Destaca-se que houve limitações no processo de apreensão de elementos ligados à trajetória dos autores das pesquisas analisadas, bem como, a não-realização de um estudo profundo e integral das questões que envolvem as opções teórico-epistemológicas e os posicionamentos epistemológicos, devido à complexidade que envolve esse tipo de análise e tempo demandado. Mesmo com tais limitações, argumento que a análise dos elementos presentes nesse estudo, permitiu a caracterização das teses e dissertações de modo que foram expressas as principais lacunas que configuram a produção e os elementos intersubjetivos que expressam um modo de fazer pesquisa histórica sobre a população LGBTQIAPN+.

Considerando os apontamentos retomados nessas considerações finais, afirmo que a trajetória de análise desta pesquisa permitiu que os objetivos traçados neste estudo, fossem alcançados. Foram analisados os aspectos teórico-metodológicos da produção do conhecimento relativa à população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-bináries e outras identidades sexuais e de gênero) em História no Brasil, a partir da análise de dissertações e teses produzidas sobre o tema em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da área de História.

A análise foi baseada na interpretação sistemática visando o entendimento de determinado fenômeno, com objetivo de construir um “corpo organizado de conhecimentos” (ESTEBAN, 2010, p. 127), como já afirmado antes. Nesse sentido, recorri à quantificação de dados, contudo, o objetivo central restou concentrado na análise interpretativa. Os objetivos traçados para construir esta pesquisa descritiva-analítica compreenderam tanto descrever, quanto analisar as características dos trabalhos que compuseram a amostra, o *corpus*, as fontes.

O primeiro objetivo específico (apresentar a produção historiográfica acerca da população LGBTQIAPN+ no Brasil) foi alcançado ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, ocasião em que expus a aproximação que há entre os estudos feministas e os estudos de gênero. Também tratei do cenário da produção acadêmica sobre a História relacionada à população LGBTQIAPN+ no Brasil, salientando as suas relações, temáticas, militâncias, debates teóricos e metodológicos tidos com a historiografia.

O segundo objetivo (identificar, mapear e analisar as principais características das teses e dissertações produzidas em Programas brasileiros de

Pós-Graduação em História) específico foi concretizado no segundo capítulo desta pesquisa. Houve a apresentação da amostra, buscando apresentar ao/à interlocutor/a as características das pesquisas, onde foram produzidas, por quem foram orientadas e quando foram defendidas.

O derradeiro objetivo específico desta dissertação (identificar e compreender a proposta teórico-epistemológica utilizada em pesquisas (teses e dissertações) da História que envolvem a população LGBTQIAPN+), igualmente restou consolidado a partir de uma organização analítica diferenciada de outros estudos que se utilizam da metapesquisa no Brasil. O ponto de partida foi o questionamento a respeito dos grupos que compõem a comunidade LGBTQIAPN+, além do grupo Gay. Assim, foram analisados 79 trabalhos que compuseram a amostra final.

Considerando o problema de pesquisa (Quais as principais tendências, características e obstáculos epistemológicos nas pesquisas relacionadas à população LGBTQIAPN+ em teses e dissertações na área de História, no Brasil?), entendo, em resumo, que as pesquisas relacionadas à população LGBTQIAPN+ no Brasil, entre os anos de 1987-2018, são caracterizadas pelos seguintes elementos:

- Motivação: Há uma perturbação causada por pessoas LGBTQIAPN+ nas esferas cultural e social;
- Recorte temporal: o recorte temporal recai principalmente sobre os séculos XX/XXI, prevalecendo o século XX;
- Sujeitos analisados: as pesquisas predominam sobre a população Gay e inexistem trabalhos que investigam certos grupos, como a população bissexual;
- Fontes: grande parte das pesquisas recorreu ao uso de história/fonte oral, pois como exposto a memória e a ancestralidade LGBTQIAPN+ encontram-se, muitas vezes, restritas às pessoas que são parte da comunidade.
- Aspectos teórico-metodológicos: há o uso de teorização combinada porque são trabalhos interdisciplinares, que usam fontes diversas e se apropriam de conceitos e categorias de diferentes áreas do conhecimento. Também há uma presença de teorias consolidadas e uma hegemonia dos Estudos Culturais, ocasionando convergência nas pesquisas analisadas.

- Aspectos ontoepistemológicos: existe uma frágil relação entre perspectiva teórica adotada e sua visão política em relação ao objeto analisado.
- Posicionalidade LGBTQIAPN+: apenas em 11% dos trabalhos houve identificação por parte dos/as pesquisadores/as a respeito de fazer parte da população LGBTQIAPN+.

O estudo deixa possibilidades para continuidade de pesquisas que tomem como principal objeto de análise, a trajetória coletiva dos núcleos de pesquisa nos quais as pesquisas são elaboradas, bem como, a análise pormenorizada das características aqui levantadas, principalmente aquelas relacionadas ao posicionamento epistemológico dos/as pesquisadores/as. Assim, ficam registradas as seguintes inquietações, fomentadas a partir dos resultados desta pesquisa: Qual a influência que o local herdado na formação inicial dos pesquisadores, exerce durante o processo de pesquisa na Pós-Graduação? Quais são os agentes (professores/as) que exercem maior influência sobre os/as pesquisadores/as? Quais questões presentes na trajetória individual dos/as pesquisadores/as da linha, impactam a escolha de sua perspectiva teórico-epistemológica e a construção de seu posicionamento epistemológico na área dos estudos de gênero e de sexualidades?

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O descarado, a cara-metade, o rosto: Michael Foucault e a análise do discurso do movimento homossexual. **Cadernos discursivos**, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2014.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; CEBALLOS, R. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção dos territórios de prazer e dor na vivência da homossexualidade masculina no nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. *In*: SCHPUN, M. R. (org.). **Masculinidades**. Santa Cruz do Sul: Boitempo Editorial; Edunisc, 2004. p. 129–150.
- AMARILLO, C. P. R. **A luta antivenérea no Rio de Janeiro (1940-1965)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ARAUJO JR., J. C. DE. **A metamorfose encarnada**: travestimento em Londrina (1970-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ARAÚJO, J. D. T. C. **Estéticas da existência e sexualidade operária**: discursos LGBTTTs no chão de fábrica em Campina Grande - PB (2009-2016). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.
- ARNEY, L.; FERNANDES, M.; GREEN, J. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. **Cadernos AEL**, v. 10, p. 317–348, 2003.
- ASSIS, E. M. **O homossexual respeitável**. Elaboraões, impasses e modos de uma experiência subjetiva. 2007. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- AZEVEDO, C. L. DE. **“O amor ainda está aqui”**: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande - PB. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.
- BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, p. 285–314, jan. 2005.
- BANDEIRA, M. L. G. **Será que ele é?** Sobre quando Lampião da Esquina colocou a cartas na mesa. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARAD, K. **Meeting the universe halfway**: quantum physics and the entanglement of matter and meaning. London: Duke University Press, 2007.
- BATISTELLA, C. E. C. A noção de discurso na pesquisa em saúde coletiva: de recurso metodológico à abordagem teórica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 2, 1 jan. 2020.

BELLINI, L. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

BELMONTE, P. R. **História da homossexualidade**: ciência e contra-ciência no Rio de Janeiro (1970-2000). 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **BOLETIM Nº 002-2021 da ANTRA**. Publicado em 6 jul. 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.

BENJAMIN, W. Teses sobre filosofia da história. *In*: KOTHE, F. R. (org.). **Walter Benjamin - Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atica Editora, 1985. p. 153–164.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BESSA, K. A. M. **(Entre) cruzando histórias**: gênero e historiografia brasileira 1961-1996. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**: proposta de plano de governo 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2022.

BOTTON, F. B. **O homem da imagem e a imagem do homem**: a construção da subjetividade masculina por meio dos retratos e periódicos de Curitiba na virada do século XIX para o XX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BRASIL. CAPES. **Banco de Teses e Dissertações da CAPES**. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-graduação**. Brasília, DF: CAPES, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRITO, H.; ORNAT, M. J. Posicionalidade: teoria e prática geográfica nas epistemologias Pós-coloniais, Feministas e Queer. *In*: COLÓQUIO MULHER E SOCIEDADE, 7., 2021, Ponta Grossa. **Anais**[...] Ponta Grossa: COLÓQUIO MULHER E SOCIEDADE, 2021. P. 1-12. Disponível em: <<http://177.101.17.52/jornalismo/ocs/index.php/7coloquiomulheresociedade/7coloquiomulheresociedade/paper/viewFile/312/89>>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRITO, H. **“Quem vive na margem, não se afoga nessa água”**: Bisssexualidade, Interseccionalidade e Direito à Cidade em Ponta Grossa - Paraná. 2022. Dissertação

(Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

BRULON, B. Normatizar para normalizar: uma análise queer dos regimes de normalidade na historiografia contemporânea. *In*: SOUZA NETO, M. R. DE; GOMES, A. R. (orgs.). **História e Teoria Queer**. 1. ed. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 47–76.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11–42, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANABARRO, F. P. **Fazendo travestis** - Identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

CASTRO, B.; GUEDES, M. A contribuição dos estudos de gênero para a Sociologia: percurso e visibilidade nas revistas generalistas. **BIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 92, p. 1–22, 2020.

CAUFIELD, S. Getting into trouble: dishonest women modern girls, and woman-men in the conceptual language of Vida Policial, 1925-1927. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 19, n. 1, p. 146–179, 1993.

CAVALCANTE, L. M. **“Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”**: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

CEBALLOS, R. **Os “maus costumes” nordestinos**: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CITELI, M. T. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)**: revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13–30, 2001.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, 11 jun. 2018.

COSTA E BRITO, A. M. M. **O lampião da esquina**: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COSTA, G. D. **Prazeres revelados**: Produção de Sentidos de Consumo e Subjetividade na Revista G Magazine. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

COSTA, R. S. M. DA. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: relatos do jornal o Snob. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

COUTO, M. **O mapeador de ausências**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

COUTO, V. R. do. **Mariposas da noite, amantes da escuridão**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COZER, A. **Os falos de Priapo e as masculinidades romanas**: sexo, humor e religião na Priapeia (Circa séc. I D.C.). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CUEVAS, C. L. **Corpos abjetos e amores malditos**: homossexualidade, anonimato e violência institucional na ditadura Stronista em Assunção, 1959. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DANIEL, H.; MÍCCOLIS, L. **Jacarés e lobisomens**: dois ensaios sobre homossexualidade. Rio de Janeiro: Moderna, 1983.

DAVI, E. H. D. **Homofobia**: intolerância, medo e ódio em Uberlândia - 1988/2001. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

DENARDI, A. F. **Poder e (des)ordem**: preliminares de uma outra história - prostituição e o mercado do sexo em Joinville (1990-2010). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DENIPOTI, C. **Páginas de Prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

DEPIERI, C. S. **Queer as folk - os assumidos**: da TV às redes sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

DUARTE, D. V. S.; SILVA, R. S. C. DA. História e política: luta pela democracia e diversidade. Uma entrevista com James N. Green. **Revista de História da UFBA**, v. 7, 30 dez. 2019.

DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

ENGLAND, K. V. Getting personal: Reflexivity, positionality, and feminist research. **The professional geographer**, v. 46, n. 1, p. 80–89, 1994.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FACHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A. C. Políticas Sexuais e Produção de Conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161–193, 2013.

FICO, C. A pós-graduação em história: tendências e perspectivas da área. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, p. 1019–1031, set. 2015.

FICO, C.; POLITO, R. Teses e dissertações de História defendidas em 1995. **Estudos Históricos**, v. 17, p. 167–176, 1996.

FONTANINI, K. G. M. **Retrato Historiográfico: Uma análise sobre a utilização de imagens como fonte histórica no Brasil (2007-2017)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

FORD, T. **Passion is in the eye beholder: sexuality as seen by Brazilian sexologists, 1900-1940**. PhD em História—Nashville: Vanderbilt University, 1995.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCH, M.; NASCIMENTO, S. A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1–29, 4 jun. 2020.

FREIRE, D. J. F. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. **Artcultura**, v. 21, n. 39, p. 139–153, dez. 2019.

FREITAS, L. V. de M. Desafios da produção historiográfica, subjetividades e ativismo político – Entrevista com James N. Green. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 489–496, 24 nov. 2018.

FRY, P. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: FRY, P. (org.). **Caminhos cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 65–80.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**. [s.l.] Editora Garamond, 2006.

GALLINA, J. F. **Investigando o olhar: as identificações queers nos filmes de Pedro Almodovar (1999-2004)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GAMA, E. C. **Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é?**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GARCIA, M. R. V. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 1005–1019, 2013.

GIMENEZ, M. Q. **“Saindo do armário”, porque é tempo de abertura: memória, identidades e representações por meio do Lampião da Esquina (1978-1981)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Grandes Dourados, Grande Dourados, 2015.

GÓIS, J. B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 289–297, 2003.

GOMES, M. P. **A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. [s.l.] Unesp, 1999.

GREEN, J. N. Nem todos os caminhos levam a Nova York. **Revista Cult**, 2019.

GREEN, J. N.; TRINDADE, R.; DA SILVA, J. F. B. **Homossexualismo em São Paulo: e outros escritos**. [s.l.] Unesp, 2005.

GRIMM, R. **Heteronormatividade e transfobia sobre a invisibilidade trans-lesbica**, 2017. Disponível em: <<https://sapaprofana.wordpress.com/2017/02/01/heteronormatividade-e-transfobia-sobre-a-invisibilidade-trans-lesbica/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

GROSGOUEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms1. In: GROSGOUEL, R. **Globalization and the decolonial option**. [s.l.] Routledge, 2013. p. 65–77.

GROSSI, M. P. **Gênero, Sexualidade e Reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo, Anpocs, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil**. Relatório 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 13–38, 2004.

GUIMARÃES, C. Z. **Homossexualismo: mitologias científicas**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, p. 201–246, jun. 2004.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

hooks, B. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

IACOVINI, R. F. G. **O que o Atlas da Violência e o STF têm a ver com o direito à cidade da população LGBT?**, 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/06/06/o-que-o-atlas-da-violencia-e-o-stf-tem-a-ver-com-o-direito-a-cidade-da-populacao-lgbt/?fbclid=IwAR3GMKOMc180oTI9UI34_tpb5V9OOBhjgaWSz4jZb-LbISMaKAOrUg0b9QI>. Acesso em: 2 fev. 2022.

IGLÉSIAS, F. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de história**, v. 43, n. 88, p. 373–415, 1971.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinariedade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

JESUS, J. G. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012 .

KER, J. **Em 1992, Kátia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil**. Revista Híbrida, 4 set. 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 1 mar. 2022

KOREN, J. C. **Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

LEITE, I. D. R. O. **Subjetividade transexual: A visibilidade do sujeito nos jogos de verdade**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

LEITE, L. B. R. **Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Lingüística e Literatura**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, A. C. T. **O câncer gay e o orgulho gay: a experiência da AIDS para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, R. R. **“Terra de ninguém ou a terra de todo mundo”? : a opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no laboratório de Antropologia criminal do Rio de Janeiro (1931-1951)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

LINS, R. DA C. **Corpos LGBTs no espaço público**: práticas de liberdade na cidade de Recife nos anos 2000. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LOPES, F. H. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. *In*: SOUZA NETO, M. R. de; GOMES, A. R. (orgs.). **História e Teoria Queer**. 1ª ed. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 77–100.

LORENZONI, A. L. **No encaixo do desejo**: a homossexualidade em discursos - Chapecó/SC (1980 – 2010). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 541–553, 2001.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: artigos sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACHADO, S. S. **Políticas públicas sobre sexualidade e educação em Mato Grosso**: os casos de Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras (1990-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MAIA, R. S. **A diversidade e a paródia do gênero nos filmes Shrek**: 2011 a 2010. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2001.

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In*: MAINARDES, J. **Metapesquisa no campo da política educacional**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021a. p. 19–44.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1–20, 11 jun. 2018.

MAINARDES, J. **Alfabetização e Prática Pedagógica**: trajetórias & vivências. Curitiba: Editora CRV, 2021b.

MAINARDES, J. Contributions from the ethico-onto-epistemological perspective for research in the field of education policy. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. 1-21, 27 set. 2022.

MAIOR, P. S. **Assumir ou não assumir**: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MARANHÃ FILHO, E. M. A. **(Re/des)conectando gênero e religião** - peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARIUSSO, V. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARTINS, E. DE R. O caráter relacional do conhecimento histórico: um passeio com clio. **Paralelo**, v. 15, p. 11–25, 2002.

MASSON, G. Ontoepistemologia na produção de conhecimento no campo da Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1–17, 2 maio 2022.

MATIOLI, C. E. R. **Metapesquisa dos referenciais teóricos de textos sobre formação continuada de professores em modelagem matemática**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

MEDEIROS, T. G. **O que eu sei, o que eu acho e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

MERCÊS, F. S. das. **Inquisição, bigamia e sodomia no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1757-1780)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MISKOLCI, R. Comentário. **Cadernos Pagu**, p. 55–63, jun. 2007.

MISKOLCI, R. Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. *In*: SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. de. (orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 47–68.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MOORE, H. **Antropología y feminismo**. Madri: Cátedra, 1996.

MOTA, F. A. **A renovação conservadora do catolicismo brasileiro e a homossexualidade - 1900/2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

MOURA, E. G. DE; CAMARGO JUNIOR, K. R. DE. A crise no financiamento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, p.1-3, 2017.

MUÑOZ, L. Brown, Queer and Gendered: Queering the Latina/o “Street-Scapes” in Los Angeles. *In*: BROWNE, K.; NASH, C. J. (orgs.). **Queer Methods and Methodologies**. United Kingdom: Ashgate Press, 2010. p. 55–68.

NAVARRO-SWAIN, T. História: construção e limites da memória social. *In*: RAGO, M.; FUNARI, P. P. (orgs.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 29–46.

NOGUEIRA, N. C. **Lota Macedo e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NUNES, A. C. **Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

OCANHA, R. F. **“Amor, feijão, abaixo camburão”** - Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, A. S. **“Tenho o direito de ser quem eu sou”**: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, N. C. **Caminhos do prazer**: um olhar sobre a sexualidade os cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

OLIVEIRA, R. P. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 26, p. 197-222. abr. 2018.

OLIVEIRA, R. S. R. O. **“Educação, gênero e modernidade”**. Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OMVLB. Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil. **Dossiê: Mortes LGBTQ em 2021**. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 28 maio 2022.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OSBORNE, R. Transgenerismos, una aproximación de etnografía extrema: entrevista a Norma Mejía. **Política y Sociedad**, v. 46. n. 1, p. 129–142, maio, 2009.

OYĔWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1–8, 2004.

PEÇANHA, N. B. **“Regras de civilidade”** Tecendo a masculinidade do smart nas páginas d'O Rio Nu (1898-1916). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 270–283, jun. 2011.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, p. 77–98, 2005.

PEREIRA, C. S. **Um gênero alegre**: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PEREIRA, R. C. S. **“Gay-macho”, “travesti” ou “bicha pintosa”?** A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

PETERSEN, D. S. **“Uma Igreja de luta, resistência e fé!”**: a igreja Batista Nazareth (Salvador: BA, 1974-1990). 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PIACSEK, E. G. **Eros em pauta**: A sexualidade nas páginas Jornal Notícias Populares (1982-1984). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PINTO, M. R. **Reconstruindo as muralhas de sodomia**: homossexualidade no mundo luso-brasileiro no século XVII. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PLATAFORMA ACÁCIA. 2022. Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PRECIADO, P. B. Dizemos Revolução. *In*: HELOISA, B. DE H. (org.). **Pensamento feminista hoje**: Sexualidades no Sul Global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 387–390.

PRECIADO, P. B. **Testo yonqui**. Madri: Espasa, 2008.

QUEIROZ, I. H. L. DE. **As sexualidades desviantes nas páginas do Jornal Diário Catarinense (1986-2006)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, R. Lampião da esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n. 61, p. 1-17, 15 set. 2021.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1–17.

RIBAS, J. L. T. **Reinaldo Arenas**: revolução, nação e homoerotismo em Cuba (1959-1980). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, B. I. Estudos *Queer* na historiografia brasileira (2008-2016). *In*: SOUZA NETO, M. R. DE; GOMES, A. R. (orgs.). **História e Teoria Queer**. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 143–176.

RIBEIRO JÚNIOR, B. I. **Para além da heteronormatividade**: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma, 80-121 d. C.). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

RIBEIRO, A. F. **Desnudando a ditadura militar**: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985). 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 5, n. 4, p. 631–660, 1980.

ROCHA, C. B. DE A. **Masculinidades e o tribunal do Santo Ofício da Inquisição**: a ação das visitas do Santo Ofício às capitâneas do Norte da América portuguesa na defesa da Ordem Patriarcal – séculos XVI e XVII. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RODRIGUES, J. C. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. *In*: GREEN, J.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCAR, 2014. p. 83–124.

RODRIGUES, R. C. C. **De Daniel a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROMERO, S. R. **As construções discursivas acerca das práticas sexuais homoeróticas nos banquetes presentes nas produções literárias e iconográficas da Atenas clássica**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59–103, 2020.

ROSE, G. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in human geography**, v. 21, n. 3, p. 305–320, 1997.

RUBIN, G. **The traffic in women**: Notes on the "political economy" of sex. 1975.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 534–550, dez. 2009.

SANTOS, D. B. DOS. **Cultura política homoerótica entre a Grécia antiga e a (pós)modernidade**: Cientificismo, Literatura e Historiografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SANTOS, H. S. dos. **A morte do carteiro e outras histórias**: crimes e masculinidades em Teresina nas décadas de 1970 e 1980. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SANTOS, R. F. G. dos. **Montagens de si**: relações de amizade e experiências trans em Campos do Goytacazes, 1990-2017. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SCAVONE, L. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. Anais do Encontro Anual da ANPOCS. **Anais [...] In**: Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2011.

SCHMIDT, B. B. História LGBTQIA+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. *In*: COLAÇO, R. C.; VERAS, E. F.; SCHMIDT, B. B. (orgs.). **Clio sai do armário**: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 19–32.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCOTT, J. História das mulheres. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63–96.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SILVA, C. D. **(C)Elas e elas**: Desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do presídio regional de Joinville (2003-2013). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, C. R. da. **Reinventando o Sonho**: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, D. V. S. **A captura do prazer**: homossexualidade masculina e o saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, F. N. **Gênero e poder no império romano**: considerações sobre o imperador Adriano. 2016. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SILVA, F. R. **As porosidades do tempo**: velhos e velhices nas publicações homoeróticas brasileiras (1978-2013). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, F. R. **Ser ou não ser**: a representação de virilidade nas capas da G Magazine (1997-2007). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SILVA, G. A. **Entre o “New Sociey” e “xilindró”**: discursos construtores de masculinidades e feminilidades na Folha Norte do Paraná (1965-1973). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Todapalavra Editora, 2009a. p. 25–54.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. [s.l.] Todapalavra Editora, 2009b.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. (orgs.). **Plurilocalidade dos sujeitos**: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56–75.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. *In*: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2017. p. 11–30.

SILVA, M. M. da. A formação docente no Profhistória: reflexões tramadas em experiências de compartilhamento de saberes. **Palavras Abertas**, v. 0, p. 1–9, 1 jun. 2021a.

SILVA, M. M. V. da. Notas sobre a apropriação da obra de Judith Butler e dos Estudos Queer no Brasil. *In*: PRATA FILHO, R.; CASTRO, T. DE B. (orgs.). **Lendo Judith Butler**: Apropriações teóricas e políticas interdisciplinares. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021b. p. 31–45.

SILVA, N. de F. **Dzi Croquettes**: invenções, experiências e práticas de si - masculinidades e feminilidades vigiadas. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

SILVA, R. de S. **Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SILVA, R. M. da. **“Seja declarado por convicto e confesso no crime de sodomia”**: uma microanálise do processo inquisitorial do artesão Manoel Fernandes

dos Santos (1740-1753). 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, R. S. “**Sob cuidados médicos**”: homossexualidade masculina nos prontuários do pinel (1920-1940). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, S. J. da. **Quando ser gay era uma novidade**: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVEIRA NETO, A. L. S. **Nós e o que falavam de nós**: subjetividades e discursos jornalísticos - HIV-aids em Criciúma (1986-1996). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVEIRA-BARBOSA, P. Os desafios de historiar a imprensa lésbica brasileira. *In*: COLAÇO, R. C.; VERAS, E. F.; SCHMIDT, B. B. (orgs.). **Clio sai do armário**: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 33–45.

SILVEIRA-BARBOSA, P. **Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SMITH, B. **Gênero e História**: Homens, Mulheres e a Prática Histórica. EDUSC, 2003.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281–300, 2007.

SOUZA NETO, M. R. DE. Rotas desviantes no oco do mundo: desejo e performatividade no Brasil contemporâneo. *In*: SOUZA NETO, M. R. de; GOMES, A. R. (orgs.). **História e Teoria Queer**. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 21–46.

SOUZA NETTO, M. R. de. **Homoerotismo no Brasil contemporâneo**: representações, ambiguidades e paradoxos. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, F. F. de; BENETTI, F. J. Historiografando a Abjeção: uma arqueografia dos estudos Queer no Brasil (1990–2000). **Contemporâneos**: revista de artes e humanidades, v. 12, p. 01–13, 2015.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

STETSENKO, A. O desafio da individualidade na Teoria da Atividade Histórico-Cultural: dialética “coletividade” a partir de um posicionamento ativista transformador. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1–22, jan. 2022.

STETSENKO, A. **Radical-transformative agency**: Continuities and contrasts with relational agency and implications for education. *Frontiers in Education*. Frontiers, 2019.

STETSENKO, A. Research and activist projects of resistance: The ethical-political foundations for a transformative ethico-onto-epistemology. **Learning, Culture and Social Interaction**, v. 26, 2020.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153–178, 2015.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, p. 127–152, 2005.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018.

TROVÃO, F. V. **O exército inútil de Robert Altman**: cinema e política (1983). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VERAS, E. F. **Carne, tinta e papel**: A emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VERAS, E. F. **Travestis**: carne, tinta e papel. Curitiba: Editora Appris, 2020.

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 6, n. 13, p. 90–109, 2014.

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M., J. M. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades. *In*: SOUZA NETO, M. R. DE; GOMES, A. R. (orgs.). **História e Teoria Queer**. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 123–142.

VIANNA, E. S. **“Alguma coisa aconteceu comigo”**: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988-1996). 2014. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

VITIELLO, G. N. B. **A AIDS em cena**: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

VOKS, D. J. **Masculinidades em publicidades da revista Veja (década de 1970)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WITTIG, M. One is not born a woman. *In*: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (orgs.). **The lesbian and gay studies reader**. Nova York, Routledge, 1993. p. 103–109.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: Um debate. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUADRO – ANO DE DEFESA, AUTOR/A, TÍTULO DO TRABALHO
E MESTRADO/DOCTORADO**

Ano	Autor/a	Título do trabalho	M/D*
1994	Claudio Luiz Denipoti	Páginas de prazer. A sexualidade através da leitura no início do século	M
1997	Cristina Schettini Pereira	Um gênero Alegre: Imprensa e Pornografia no Rio de Janeiro (1898 - 1916)	M
1998	Claudio Roberto da Silva	Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo	M
2000	Karla Adriana Martins Bessa	(Entre) Cruzando Histórias: Gênero e Historiografia Brasileira 1961-96	D
2002	Ricardo Santa Rita Oliveira	Educação, gênero e modernidade. Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910	D
2003	Rodrigo Ceballos	"Os "maus costumes" nordestinos: invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930)	M
2004	Edmar Henrique Dairell Davi	Homofobia: Intolerância, medo e ódio em Uberlândia - 1988/2001	M
2006	Marcio Leopoldo Gomes Bandeira	Será que ele é? - Sobre quando lampião da esquina colocou as cartas na mesa (1978-1981)	M
2006	José Carlos de Araújo Junior	A Metamorfose Encarnada: Tranvestimento em Londrina (1970-1980)	M
2008	Justina Franchi Gallina	Investigando o Olhar: as identidades queers nos filmes de Pedro Almodóvar (1999-2004)	M
2008	Sheila Rigante Romero	As construções discursivas acerca das práticas sexuais homoeróticas nos banquetes presentes nas produções literárias e iconográficas da Atenas clássica	M
2009	Pilar Rodriguez Belmonte	História da Homossexualidade: Ciência e Contra-Ciência no Rio de Janeiro (1970-2000)	D
2009	Daniel Barbosa dos Santos	Cultura política homoerótica entre a Grécia antiga e a (pós)modernidade: Cientificismo, Literatura e Historiografia	D

2009	Gabriel Natal Botelho Vitiello	A AIDS em Cena: Os Primeiros Protagonistas da Maior Epidemia no Final do Século XX	D
2009	Leticia Batista Rodrigues Leite	Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e idéias da existência de uma voz feminina: reflexões sobre História, Linguística e Literatura	D
2010	Flávio Vilas-Bôas Trovão	O "Exército inútel" de Robert Altman: cinema e política (1983)	D
2010	Fábio Ronaldo da Silva	Ser ou não ser: A representação da virilidade nas capas da G magazine (1997-2007)	M
2010	Rogério da Silva Martins da Costa	Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal o Snob	P
2011	Eduardo Moreira Assis	O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modos de uma experiência subjetiva	D
2011	Miguel Rodrigues de Sousa Neto	Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos.	D
2011	Sandro José da Silva	Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970	M
2011	Adriano Francisco Denardi	Poder e (des)ordem: preliminares de uma outra história – prostituição e o mercado do sexo em Joinville (1990 – 2010)	M
2012	Rita de Cassia Colaço Rodrigues	De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena	D
2012	Elizabeth Castelano Gama	Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de Joãozinho da Goméia (1914-1971)	M
2012	Claudia Patrícia Rivera Amarillo	A luta antivenérea no Rio de Janeiro (1940-1965)	M
2012	Neide Cordeiro de Oliveira	Caminhos do prazer: um olhar sobre a sexualidade nos cantos e recantos de Campina Grande-PB (1970-2010)	M
2013	Caroline Stefany Depieri	Queer as folk - os assumidos: da TV às redes sociais	M
2013	Natalia Batista Pecanha	"Regras de civilidade": tecendo a masculinidade do smart nas páginas d'O Rio Nu (1898-1916)	M
2013	Hélio Secretario dos Santos	A morte do carteiro e outras histórias: crimes e masculinidades em Teresina nas décadas de 1970 e 1980	M
2013	Frederico Alves Mota	A renovação conservadora do catolicismo brasileiro e a homossexualidade - 1990/2010	M

2013	Fernando Bagiotto Botton	O homem da imagem e a imagem do homem: a construção da subjetividade masculina por meio dos retratos e periódicos de Curitiba na virada do século XIX para o XX	M
2014	Eliza da Silva Vianna	Alguma coisa aconteceu comigo?: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988/1996)	M
2014	Cassio Bruno de Araújo Rocha	Masculinidades e o tribunal do santo ofício da inquisição: a ação das visitações do santo ofício às capitanias do Norte da América portuguesa na defesa da ordem patriarcal: séculos XVI e XVII	M
2014	Lais Medeiros Cavalcante	“Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho	M
2014	Renata Santos Maia	A diversidade e a paródia do gênero nos filmes Shrek: 2001 a 2010	M
2014	Rafael Freitas Ocanha	Amor, feijão, abaixo camburão – imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)	M
2014	Igor Henrique Lopes de Queiroz	As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)	M
2014	Eduardo Guilherme Piacsek	Eros em pauta: a sexualidade nas páginas do jornal Notícias Populares (1982 – 1984)	M
2014	Rafaella de Sousa Silva	Gênero e sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense	M
2014	Douglas Josiel Voks	Masculinidades em publicidades da revista Veja (década de 1970)	M
2014	André Luiz Lorenzoni	No encaço do desejo: a homossexualidade em discursos - Chapecó/SC (1980-2010)	M
2014	Adílio Luiz da Silveira Neto	Nós e o que falavam de nós subjetividades e discursos jornalísticos - HIV/AIDS em Criciúma (1986-1996)	M
2014	Maurício Pereira Gomes	A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)	M
2015	Ciro Linhares de Azevedo	“O amor ainda está aqui”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande – PB	M

2015	Mariana Quadros Gimenez	“Saindo do armário”, porque é tempo de abertura: memória, identidades e representações por meio do lampião da esquina (1978-1981)	M
2015	Camila Diane Silva	(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do presídio regional de Joinville (2003-2013)	M
2015	Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão filho	(Re/des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans e ex-trans em narrativas orais e do facebook	D
2015	Daniel Vital dos Santos Silva	A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900)	M
2015	Paulo Roberto Souto Maior Junior	Assumir-se ou não assumir-se? O lampião da esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)	M
2015	Elias Ferreira Veras	Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico	D
2015	Clara Eliana Cuevas	Corpos abjetos e amores malditos: homossexualidade, anonimato e violência institucional na ditadura stronista em Assunção, 1959	M
2015	Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso	Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)	M
2015	Varlei Rodrigo do Couto	Mariposas da noite, amantes da escuridão: prazer e erotismo na prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1960-1980)	M
2015	Talita Goncalves Medeiros	O que eu sei, o que eu acho e o que me disseram: diálogos com jovens sobre lesbianidades	M
2015	Matheus Rodrigues Pinto	Reconstruindo as muralhas de sodoma: homossexualidade no mundo luso-brasileiro no século XVII	M
2016	Redson dos Santos Silva	“Sob cuidados médicos”: homossexualidade masculina nos prontuários do pinel (1920-1940)	M
2016	Rodrigo Ramos Lima	“Terra de ninguém ou a terra de todo mundo”: A aplicação de hormônios em homossexuais no laboratório de Antropologia criminal do Rio de Janeiro (1931-1951)	M
2016	Anderson Francisco Ribeiro	Desnudando a ditadura militar: as revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)	D
2016	Filipe Noe da Silva	Gênero e poder no império romano: considerações sobre o imperador Adriano	M

2016	Jonas Christmann Koren	Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013).	M
2016	Alexandre Magno Maciel Costa e Brito	O Lampião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)	M
2016	Benedito Inácio Ribeiro Júnior	Para além da heteronormatividade: uma análise dos eunucos representados por Estácio, Marcial e Suetônio (Roma, 80-121 d. C.)	M
2016	Sergio da Silva Machado Junior	Políticas públicas sobre sexualidade e educação em mato grosso: Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras	M
2016	Diogo Seixas Petersen	Uma igreja de luta, resistência e fé! A igreja Batista Nazareth. (1974 - 1990)	M
2017	Ronielyssom Cezar Souza Pereira	"Gay-macho", "travesti" ou "bicha pintosa": A produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal lampião da esquina (1978-1981)	M
2017	Fabio Ronaldo da Silva	As porosidades do tempo: velhos e velhices nas publicações homoeróticas brasileiras (1978 - 2013)	D
2017	Rivelynno da Costa Lins	Corpos LGBTQ no espaço público: práticas de liberdade na cidade do Recife nos anos 2000	M
2017	Natanael de Freitas Silva	Dzi croquettes: invenções, experiências e práticas de si. Masculinidades e feminilidades vigiadas	M
2017	Isadora Damasceno Ribeiro de Oliveira Leite	Subjetividade trans: a invisibilidade do sujeito nos jogos de verdade	M
2017	Anderson da Cruz Nunes	Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no congresso nacional brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014)	M
2018	Ronaldo Manoel da Silva	"Seja declarado por convicto e confesso no crime de sodomia": uma microanálise do processo inquisitorial do artesão Manoel Fernandes dos Santos (1740-1753) Recife	M
2018	Augusta da Silveira de Oliveira	"Tenho o direito de ser quem eu sou": o movimento de travestis e transexuais em porto alegre (1989-2010)	M

2018	Gessica Aline Silva	"Entre o "new society" e o "xilindró": discursos construtores de masculinidades e feminilidades na folha do Norte do Paraná (1965 - 1973)	M
2018	Joao Diogo Cordeiro Araújo	Estéticas da existência e sexualidade operária: discursos LGBTTTTS no chão de fábrica em Campina Grande - PB (2009 - 2016)	M
2018	Filipe Santos das Mercedes	Inquisição, bigamia e sodomia no estado do Grão-Pará e Maranhão	M
2018	Rafael Franca Gonçalves dos Santos	Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017	D
2018	Alexandre Cozer	Os falos de Priapo e as masculinidades romanas: sexo, humor e religião na Priapeia (Circas Séc. I D. C.)	M
2018	Gerferson Damasceno Costa	Prazeres revelados: produção de sentidos de consumo e subjetividade na Revista G Magazine	M
2018	Jorge Luiz Teixeira Ribas	Reinaldo Arenas: revolução, nação e homoerotismo em Cuba (1959-1980)	M

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.

*Identificação do trabalho: "M" para Mestrado; "D" para Doutorado; e "P" para Profissionalizante.

**APÊNDICE B – QUADRO – TEMÁTICAS E TEMAS CORRELATOS
APRESENTADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES**

Ano	Nº de dissertações e teses	Temáticas	Temas correlatos
1994	Dissertações: 1	Sexualidade	Sexualidade; Prazer.
1997	Dissertações: 1	Sexualidade	História Social; Imprensa – Rio de Janeiro (Cidade) – 1898-1916; Pornografia; Comportamento Sexual.
1998	Dissertações: 1	Gay	História oral; Homossexualidade; Brasil contemporâneo.
2000	Teses: 1	Sexualidade	Historiografia; Mulheres; História; Identidade; Brasil; História – Séc. XX;
2002	Teses: 1	Identidades de gênero	Brasil – Império, 1822-1889; Brasil – República; Feminismo; Subjetividade; Gênero; Imprensa; Mulheres; Educação.
2003	Dissertações: 1	Masculinidades e identidades	Identidade sexual; Comportamento sexual; Masculinidade (Psicologia); Individualidade; Recife (PE) – Vida e costumes;
2004	Dissertações: 1	Homossexuais	História social; Teses; Homossexualismo; Uberlândia; Homofobia;
2006	Dissertações: 2	Gays; Travestis	Gênero; Prostituição; Corpo humano; Sexo;
2008	Dissertações: 2	Queer; Homossexualidade	Identificações queers; Performance de Gênero; Pedro Almodóvar; História e Sexualidade; Grécia Clássica.; Homoerotismo; Iconografia e Literatura de Banquete.
2009	Teses: 4	Homossexualidade; Gays; Lésbicas	Homossexualidade; Ciência; História; Rio de Janeiro; Safo (Crítica e interpretação); História Antiga; Literatura Grega; Linguagem e História; Crítica Feminista; Cultura Política Homoerótica; Grécia Antiga; (Pós)Modernidade; Cientificismo; Literatura; Historiografia; Síndrome de imunodeficiência adquirida; Homossexualidade masculina; História; Brasil;
2010	Dissertações: 2 Teses: 1	Sexualidade; Homossexualidade	Sociabilidade gay; Identidade de gênero; Espaços segregados; Representação, G magazine; Virilidade; História; Cinema; Estados Unidos;
2011	Dissertações: 2 Teses: 2	Homossexualidade; Relações de Gênero	Homossexualidade entre homens; Subjetividade; Masculinidades; Homofobia; Interior do Brasil; História oral; Relações de Gênero; Prostituição; Imprensa; Representações; Discursos; História Tempo Presente; Gay; Cidade do Recife; Década de 1970; Diversidade; Cultura; Democracia;
2012	Dissertações: 3 Teses: 1	Homossexualidade; Sexualidade	História da Medicina; Doenças Venéreas; Rio de Janeiro; Prostituição; Século XX; Candomblé. Babalorixás; Bahia; Biografia; Motel; Amor; Sexo; Corpo; Prostituição; Homossexuais; Representações; Movimentos Sociais; Campo Jurídico; Princiologia Jurídica;
2013	Dissertações: 5	Homossexualidade; Masculinidade	Masculinidade; Homem; Subjetivação; Discurso; Imagem; Seriado; Internet;

			Homossexualidade; Televisão; História Social; Renovação Carismática Católica; Brasil; Meios de comunicação; O Rio Nu; Smart; Civilização; Gênero; Crimes; Sexualidade;
2014	Dissertações: 12	Gay; Masculinidades; Transgêneros; Relações de Gênero; Violência contra prostitutas, travestis e homossexuais; Sexualidades	Transgênero; Identificação; Armário; Fronteira; História; Homossexualidade; Identidade; Poder e Subjetividade; Gênero; Cinema; História; Representações Sociais; Contos De Fadas; Cultura; Identidade religiosa e de gênero; Igrejas inclusivas; Ministérios de recuperação/conversão de travestis; Etnografia ciborgue; História oral; Facebook; O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo; Rondas policiais; Delegado Richetti; Cidade de São Paulo; Notícias Populares; Imprensa; Sexualidade; Transição democrática; Sexualidades desviantes; Diário Catarinense; Imprensa; Masculinidade; Inquisição; Visitações do Santo Ofício; Sodomia; Performatividade de gênero; Escola; Gênero; Sexualidades; HIV/Aids; Criciúma; Saúde; Discursos; Literatura; Identidade; Caio Fernando Abreu Hervé Guibert; Imprensa; Masculinidades; Família; Classe Média; Brasil.
2015	Dissertações: 10 Teses: 2	Sexualidade; Homossexualidade; Sexualidades; Transexualidade; Travestis; Lésbicas	Processos de subjetivação; Microterritórios; Performatividade; Travestilidade; Travestis; Transviadas; Identidades de Gênero; Sexualidade; Imprensa Homossexual; Moralização; Prostituição; Erotismo; Prazer; Ditadura; Anonimato; Homossexualidade; Memória; Queer; Lampião da Esquina; Ditadura; Estado; Brasil; Representações; História Cultural; In-visibilidade; Lesbianidades; Escola; Juventudes; Sodomia; Inquisição; Presídios; Relações de Gênero; Gênero e masculinidade no Século XIX; Homossexualidade masculina; Medicina; Medicina Legal; Higiene; Travesti público-midiatizado; Farmacopornografia; Fascínio; Estigma; Contra-discursos;
2016	Dissertações: 8 Teses: 1	Homossexualidade; Masculinidades; Religião, gênero e sexualidade; Homossexuais; Sexualidades; Gay;	Homossexuais; Lampião; Identidades de Gênero; Imprensa; Ditadura; Silas Malafaia; Religião; Hegemonia; Gênero; Homossexualidade; Hormônios; Eugenia; Opoterapia; Educação; Gênero; Políticas públicas; Sexualidade; Ecumenismo; Protestantismo; Ditadura Militar; Igreja Batista; Eunucos; Estudos queer; Análise de discurso; Literatura latina; História do Império Romano; Pornografia - História - Brasil; Masculinidade; Ditadura - Brasil. Homens - Identidade. Periódicos brasileiros; Imperador Adriano; Pinel, Doença; Medicina; Crime.
2017	Dissertações: 5 Teses: 1	Homossexualidade; Gay; LGBTs; Identidades; Transexualidade; Homossexualidade	Subjetividade; Transexualidade; Visibilidade; Orientação sexual; Identidade de gênero; Homofobia. Corpo LGBT; Sexualidade; Homossexualidade; Discursos; Política; Sexualidade; Gênero; Jornal Lampião da Esquina; Homoerotismo; Masculinizada. Bicha Pintosa; Velhices; Corpo; Experiência; Dzi

			Croquettes; Masculinidades; Ditadura; Experiência.
2018	Dissertações: 8 Teses: 1	Sodomia; Homossexualidade; Travesti/Transexual; Identidades; Sexualidades; Trans; Masculinidades; Gay.	Sexualidade; Estética da Existência; Abjeto; Práticas educativas; Corpo; Discursos; Representações Sociais; Gênero; Gays; G Magazine; Masculinidade; Priapo; Religião Romana; Riso Romano; Epigramas; Moralidade; Inquisição; Bigamia; Sodomia; Grão-Pará e Maranhão; Travestis e Transexuais; Movimentos sociais; AIDS; História oral; Reinaldo Arenas; Literatura; Sexualidade; Revolução Cubana; Subjetividades; Experiências Trans; Relações de Amizade; Campos Dos Goytacazes; Feminilidades; Jornal; Subjetividades; Crime de sodomia; Circulação de ideias; Justiça eclesiástica de Pernambuco; Tribunal da Inquisição de Lisboa;
Total	79		

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BDTD CAPES (1987-2018), 2022.